



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Marco Costa e Tiago Branco*

Sumário

Os trabalhos tiveram início pelas 10 horas e 07 minutos.

No Período dedicado ao Tratamento de Assuntos Políticos, procedeu-se à apresentação de vários Votos. Desde logo, um [Voto de pesar pelo Falecimento do Padre Manuel Garcia da Silveira](#), da autoria do Grupo Parlamentar do PSD, tendo sido lido pelo Deputado Paulo Silveira. O Voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

Seguidamente, foi presente pelo Deputado social-democrata Luis Soares um [Voto de pesar pelo Falecimento de José Gabriel Nunes](#), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, não sem antes terem usado da palavra a Deputada Andreia Costa (*PS*) e o Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*).

Passou-se, de seguida, às declarações políticas em que interveio o [Deputado José Pacheco \(CH\)](#), para intervir na tribuna. Sobre a mesma, intervieram a Deputada Alexandra Manes (*BE*), à qual se seguiram os Deputados Pedro Neves (*PAN*), João Bruto da Costa (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*), António Lima (*BE*), Paulo Estevão (*PPM*), Rui Martins (*CDS-PP*), Rodolfo Franca (*PS*), Deputada Délia Melo (*PSD*) e ainda o Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*).

Também da tribuna, e no âmbito das declarações políticas, usou da palavra o [Deputado Nuno Barata \(IL\)](#), ao qual se seguiram os/as seguintes Deputados/as: Rui Martins (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), António Lima (*BE*), Rodolfo Franca (*PS*), Délia Melo (*PSD*) e ainda o Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*).

Também para proferir declaração política, subiu à tribuna o [Deputado Vasco Cordeiro \(PS\)](#), que despoletou as intervenções dos Deputados João Bruto da Costa (*PSD*), Pedro Neves (*PAN*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), bem como o Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*).

Já entrando na ordem do dia, foi presente em plenário pelo Deputado Independente Carlos Furtado, o [Projeto de Resolução n.º 93/XII - “Criação de Mecanismo Compensatório para o Setor dos Lacticínios”](#).

O ponto seguinte - [Proposta de Resolução n.º 4/XII – “Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano 2020”](#), apresentada pela Mesa da ALRAA foi aprovado por unanimidade.

Posteriormente, teve lugar a apresentação da [Petição n.º 8/XII – “Pela preservação da zona costeira de São Vicente Ferreira”](#), apresentada por Blanca Martín-Calero Medrano, na qualidade de primeira subscritora, sendo que procedeu à sua leitura a Deputada Joana Pombo Tavares (*PS*). Sobre este tema, intervieram as Deputadas Valdemira Gouveia (*PS*), Sabrina Furtado (*PSD*), bem como os Deputados Rui Martins (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), Carlos Furtado (*Indep.*) e Nuno Barata (*IL*).

O ponto seguinte - **Petição n.º 15/XII – “Alteração do 1.º Lanço do Projeto de Melhoria de Acessibilidade à Freguesia das Furnas”**, apresentada por Luís Alberto Ferreira Moniz, na qualidade de primeiro subscritor, foi igualmente apresentada pela Deputada Joana Pombo Tavares, à qual seguiram-se os/as seguintes Deputados/as:

Rui Martins (*CDS-PP*), José Pacheco (*CH*), António Lima (*BE*), Gustavo Alves (*PPM*), Nuno Barata (*IL*), Carlos Furtado (*Independente*), Pedro Neves (*PAN*), José Contente (*PS*) e Joaquim Machado (*PSD*).

Logo depois, teve lugar a apreciação e votação do [Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 92/XII – “Pela suspensão das alterações ao modelo de transporte marítimo de passageiros e dos encaminhamentos para passageiros aéreos não residentes”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, tendo o mesmo sido apresentado pelo Deputado José Ávila. Seguiram-se no uso da palavra, os Deputados António Vasco Viveiros (*PSD*), Carlos Furtado (*Independente*), Rui Martins (*CDS-PP*) e Paulo Estêvão (*PPM*). Tendo-se registado dois empates seguidos, a iniciativa foi rejeitada. Proferiram, ainda, declarações de voto os Deputados Vasco Cordeiro (*PS*), Carlos Furtado (*Independente*).

Sendo esta a última vez que marcaram presença nesta Legislatura, como Deputados Regionais, no Parlamento dos Açores, foi concedida a palavra, excecionalmente, aos Deputados Sérgio Ávila e Francisco César para proferirem breves palavras de despedida, aos quais seguiram-se os Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Pedro Neves (*PAN*), Rui Martins (*CDS-PP*), José Pacheco (*CH*), António Lima (*BE*), Carlos Furtado (*Independente*), bem como o Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*) e ainda o Presidente da Assembleia Legislativa da RAA (*Luis Garcia*).

A terminar os trabalhos, foi ainda presente a Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de fevereiro de 2022, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 19h25.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada.

Faça favor Sr. Secretário.

Secretário: Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Berto José Branco Messias

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Joana Pombo Sousa Tavares

João Vasco Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

Lubélio de Fraga Mendonça

Manuel José da Silva Ramos

Maria Isabel Góis Teixeira

Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho

Mário José Dinis Tomé

Miguel António Moniz da Costa

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca

Rui Filipe Vieira Anjos

Sandra Micaela Costa Dias Faria

Tiago Alexandre dos Santos Lopes

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Vasco Alves Cordeiro

Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da Ponte

Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Eduardo da Cunha Freitas

Délia Maria Melo

Elisa Lima Sousa

Flávio da Silva Soares

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

José Joaquim Ferreira Machado

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Carlos Cota Soares

Marco José Freitas da Costa

Paulo Alberto Bettencourt da Silveira

Paulo Duarte Gomes

Rui Miguel Mendes Espínola

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Salomé Matos

Vitória Alexandra Correia Pereira

Partido Popular (CDS/PP)

Jorge Paiva

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Rui Miguel Oliveira Martins

Bloco de Esquerda (BE)

Alexandra Patrícia Soares Manes

António Manuel Raposo Lima

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão Alves

CHEGA (CH)

José Eduardo Cunha Pacheco

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida Sousa

Partido Pessoas, Animais e Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Deputado Independente

Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário.

Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, esta manhã está reservada ao Período de Tratamento de Assuntos Políticos.

Os tempos definidos pela Conferência de Líderes são os seguintes:

PS – 48 minutos;

PSD – 40 minutos;

CDS/PP – 16 minutos;

BE e o PPM – 12 minutos cada;

Chega, IL e PAN – 10 minutos cada;

Governo Regional – 20 minutos.

O Sr. Deputado Independente já não dispõe de tempo para este Período de Tratamento de Assuntos Políticos.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com os Votos que deram entrada na Mesa.

O primeiro deles é um Voto de Pesar apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, pelo falecimento do Padre Manuel Garcia da Silveira.

Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Padre Manuel Garcia da Silveira

Faleceu aos 80 anos de idade o padre Manuel Garcia da Silveira, pároco jubilado da Igreja Matriz de Velas.

O Padre Manuel Garcia da Silveira nasceu na freguesia da Praia do Almoxarife, no concelho da Horta, na ilha do Faial, a 20 de fevereiro de 1941.

Estudou e formou-se no Seminário Episcopal de Angra, tendo sido ordenado presbítero no dia 8 de junho de 1967, na igreja paroquial da sua terra natal por D. Jaime Garcia Goulart, bispo de Díli.

Trabalhou algum tempo junto das comunidades emigrantes dos Estados Unidos da América, onde estava a sua família, sendo nomeado em 1969 pároco da Piedade e da Calheta do Nesquim, na ilha do Pico. Em 1975 é nomeado pároco

da Luz na ilha Graciosa e 1980 pároco das Velas na ilha de S. Jorge até à sua jubilação.

Foi enquanto Pároco na Matriz de Velas, mas também enquanto Professor da Escola Básica das Velas, que todos pudemos testemunhar a sua notável erudição e a excelência dos seus dotes oratórios que cativaram os seus alunos e paroquianos durante longos anos.

O Padre Manuel Garcia da Silveira tinha uma especial atenção ao património artístico religioso, sendo um profundo conhecedor de arte Sacra, a ele se devendo a criação do Museu de Arte sacra da Igreja Matriz da Vila das Velas, bem como outros melhoramentos significativos efetuados no edifício, nomeadamente a recuperação do órgão de tubos e os vitrais da Matriz, tarefas que só o seu profundo conhecimento, mas também a sua capacidade de mobilizar vontades, tornaram possíveis.

Da sua bibliografia ressaltam as seguintes obras, em edições de autor: Padre Manuel Garcia da Silveira, “Pegadas de uma Caminhada”, em coautoria com António Neves Leal, livro com mais de 400 páginas, e que retrata a sua vida, desde a sua infância à intimidade familiar, passando por eventos como a sua formação de seminarista, a sua ordenação sacerdotal e as experiências de imigração até às efemérides a que esteve ligado.

Outra das suas obras foi “Subsídios para o Estudo do Património Artístico e Cultural da Matriz de Velas”, que foi apresentada pelo Dr. Vitor Rui Dores no âmbito das comemorações dos 50 anos da sua ordenação, que ocorreu em 1967, na Igreja Paroquial da Praia do Almocharife, nos dias 8 e 9 de julho de 2017, tendo tido ainda a oportunidade de, em Roma, entregar em mão ao Papa Francisco um exemplar desta obra.

Publicou ainda as obras “Mensagens que falam”, em 2017, e “Uma voz perdida no meio do Atlântico”, em 2018.

Em 2018 foi agraciado com a Ordem de Mérito, Grau de Comendador, pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

Após a sua jubilação foi nomeado capelão da Casa de Repouso João Inácio Sousa, onde através da palavra e da celebração eucarística levou conforto, esperança e consolo aos utentes desta Instituição, sendo também capelão da Santa Casa da Misericórdia das Velas.

"Em 2020, o padre Manuel Garcia da Silveira doou em testamento à sua paróquia natal o seu acervo pessoal contendo mais de mil objetos e que estão visitáveis num espaço evocativo da sua memória na Igreja Paroquial da Praia do Almoxarife.

O Administrador Diocesano de Angra lamentando a sua morte referiu “deste ilustre membro do presbitério açoriano que, ao longo de mais de 50 anos, dedicou a sua vida ao Povo de Deus nas ilhas do Pico, na Graciosa e em São Jorge; destaca-se a sensibilidade e delicadeza no trato com as pessoas e instituições que serviu, bem como o seu amor à cultura, à pregação, ao ensino e ao património religioso.”

O seu contributo foi imenso na ação pastoral como Sacerdote, como pedagogo e enquanto Professor, mas também como grande erudito e agente cultural.

A ilha de São Jorge, em especial a paróquia das Velas, ficou mais pobre e triste no passado dia 29 de janeiro com a notícia da sua partida, vítima de complicações após uma queda, faleceu em Velas na sua terra de adoção.

O seu funeral aconteceu no dia 31 de janeiro na sua terra Natal, a Praia do Almoxarife, sendo presidido pelo Ouvidor da Horta, Padre Marco Luciano Carvalho.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região

Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento o
padre Manuel Garcia da Silveira.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à família, às paróquias de
Velas e da Praia do Almoхарife e à Diocese de Angra do Heroísmo.

Horta, sala das sessões, 10 de fevereiro de 2022

Os deputados

Paulo Silveira

Rui Espínola

António Vasco Viveiros

Elisa Sousa

Salomé Matos

José Joaquim Ferreira Machado

João Bruto da Costa”

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há intervenções?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Pesar também é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, pelo falecimento de José Gabriel Rocha Nunes.

Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Luis Soares.

Deputado Luis Soares (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Falecimento de José Gabriel Rocha Nunes

José Gabriel Rocha Nunes nasceu a 23 de dezembro de 1941, na freguesia de Santa Bárbara, concelho de Angra do Heroísmo.

O Sr. José "Caneta", como era conhecido, serviu muitas das coletividades da freguesia das Doze Ribeiras, onde desenvolveu projetos fundamentais para o seu desenvolvimento e foi impulsionador em diversas entidades e instituições.

Quando, a 1 de janeiro de 1980, o grande Terramoto abalou as Ilha Terceira, São Jorge e Graciosa, era ele o presidente da Junta de Freguesia das Doze Ribeiras, localidade que ficou completamente destruída. Como autarca daquela freguesia, arregaçou mangas, e deu muito de si para a reconstrução da mesma.

O Sismo de 1980, com a magnitude de 7,2 na Escala de Richter, foi o mais avassalador dos últimos 200 anos nos Açores, tendo ceifado a vida a 73 pessoas e afetado ou destruído cerca de 15 mil imóveis naquelas três ilhas.

Coube assim ao Sr. José Gabriel Nunes liderar e apoiar localmente o longo processo de remoção dos escombros e a consequente reconstrução das Doze Ribeiras onde, como nos restantes lugares de Terceira, São Jorge e Graciosa, a solidariedade esteve patente, não apenas nos apoios oficiais do então Governo Regional, liderado pelo Dr. Mota Amaral, mas nas ações entre pares, onde cada cidadão ajudou o seu próximo de forma generosa.

Lavrador de profissão. Foi Presidente da Junta de Freguesia das Doze Ribeiras de 1977 a 1983.

Foi Presidente da Casa do Povo das Doze Ribeiras de 1981 a 1989.

Foi Presidente da Comissão do Império das Doze Ribeiras de 1972 a 1974.

Foi sócio fundador da Sociedade Filarmónica Rainha Santa Isabel das Doze Ribeiras, sendo o sócio n.º 1 da associação e seu o primeiro presidente desde a sua fundação, em 1979, até 1988. Retomou o cargo em 1993 e 1994.

Deixou-nos no passado dia 28 de janeiro, aos 80 anos de idade, deixando para a posteridade as memórias de um homem simples, e que trabalhou em prol da sua terra e da sua comunidade.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de fevereiro de 2022, a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento de José Gabriel Rocha Nunes.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à sua família, à Junta de Freguesia das Doze Ribeiras e à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Horta, Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2022

Os Deputados,

João Bruto da Costa

António Vasco Viveiros

Elisa Sousa

Rui Espínola

Joaquim Machado

Luis Soares”

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista quer associar-se a este Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. José *Caneta*, relevando o papel que teve enquanto autarca e na dinamização da reconstrução da sua freguesia que foi completamente destruída pelo sismo de 1980.

Para além disso, como aqui foi dito e muito bem, teve também um papel muito ativo na sua comunidade, enquanto dinamizador da sociedade filarmónica da sua freguesia que subsiste até aos dias de hoje com muita atividade, formando muitos músicos e sendo muito relevante, em termos culturais, na nossa ilha, bem como também com um papel relevante nas nossas comunidades emigrantes.

Por tudo isto e pelo que aqui foi dito, e muito bem, pelo Sr. Deputado Luis Soares, associamo-nos a este Voto de Pesar pelo seu falecimento.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Pedro Pinto faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CDS associa-se a este Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. José Gabriel da Rocha Nunes.

Salientamos todo o seu percurso de vida, nomeadamente toda a sua dedicação cívica em prol do desenvolvimento da nossa terra, a ilha Terceira e, em particular, das Doze Ribeiras. E, portanto, obviamente que nos associamos a este Voto de Pesar, endereçando à sua família as sentidas condolências.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com este Voto de Pesar, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos, agora prosseguindo com as declarações políticas. É a vez do Chega fazer a sua.

Para tal tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, Sr. Deputado.

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais desejo um feliz Dia de Amigas às Sras. Deputadas (é importante manter a nossa tradição apesar de não podermos comemorar como gostamos e como é natural fazer).

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Comemorar é “ficar em casa!”

O Orador: O Sr. Deputado Paulo Estêvão tinha-se oferecido para outras “graças” esta noite, mas pronto, parece que não vai ser possível devido à pandemia.

Posto isto, as minhas primeiras palavras, em nome da democracia, na qual muito acredito, são para felicitar todos os candidatos às últimas eleições legislativas nacionais. Assim felicito os eleitos, desejando votos de muito bom trabalho em prol da nossa terra açoriana. Têm uma grande responsabilidade na defesa da nossa Autonomia e até mesmo no seu aprofundamento. Quase meio milhão de portugueses já perceberam a diferença entre o que é um sistema e o que é o nosso regime. Entenderam o que é um projecto que privilegia o mérito, que protege quem realmente trabalha, que se preocupa com a saúde e educação das populações, que dinamiza a economia, que promove a cultura, que ampara os idosos, que não esquece a juventude e diz sempre presente aos mais necessitados. No CHEGA, não estamos a reescrever a História, nós estamos a escrever a História de um povo que será libertado das amarras e delírios de uma

esquerda manipuladora, oportunista, geradora de desequilíbrios e promotora da pobreza. O nosso bom e sábio Povo, aos poucos, vai sabendo quem está instalado à mesa das mordomias do Estado, os tais provocadores da desinformação, da manipulação da verdade e, muito mais grave, da difusão das mentiras como se fossem verdades incontestáveis. São os tais que nos apelidam de fascistas, homofóbicos, racistas e muitos mais “istas”. São os tais que nos chamam de antidemocráticos, mas que à primeira oportunidade são eles mesmos os primeiros a criarem cercas e linhas vermelhas à volta do CHEGA, como se tem visto. Serão quase meio milhão de portugueses fascistas por acreditarem nos valores de Deus, Pátria, Família e Trabalho? Alguém acredita nisto? Da minha parte não acredito nem defendo qualquer fascismo ou ditadura, nem mesmo esta que vamos vivendo aos poucos, em que uns mandam e outros aceitam. Esta já seria outra discussão que ficará para outro dia. Afinal quem é quem neste jogo de ilusões e de sombras? Será este homem que está aqui à vossa frente? Um pai, um marido, um cidadão, um amante da sua terra, da sua cultura? Acham mesmo que alguém assim pertenceria a algo nefasto e diabólico como tentam caracterizar o meu partido?

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): O senhor faz a pergunta e dá a resposta!

O Orador: Julgo que ninguém no seu perfeito juízo iria concordar com este retrato apenas possível em cabeças onde abundam graves perturbações mentais, desculpem-me a franqueza. Este bom Povo está cada vez mais atento, mais esclarecido ao ponto de ter conferido ao CHEGA, nestas últimas eleições legislativas, a confiança e a vontade expressa em nos colocar como terceira força política Nacional e Regional. Finalmente abriu os olhos. Em dois anos os portugueses acordaram para a realidade, uns deram-nos a confiança para prosseguirmos e acreditaram no projecto CHEGA, os outros estão ainda na expectativa. Nos próximos quatro anos e fruto do nosso trabalho, dedicação e espírito de missão estaremos a disputar a governação deste país como únicos

patronos da direita em Portugal em prol da verdadeira liberdade dos portugueses e principais guardiões democráticos contra a extrema-esquerda radical, propagandista, promotora das injustiças sociais e contra as liberdades e garantias de um Estado de direito transparente, sério e dedicado ao desenvolvimento da nossa Nação. O Povo já não colhe a demagogia, Srs. Deputados, e a manipulação sobre os pobres de espírito e da promoção dos pobres para a colheita de dividendos eleitorais.

Deputada Alexandra Manes (BE): E a manipulação?

Vocês criaram um monstro!

Deputada Ana Luís (PS): Um monstro, mesmo!

O Orador: O povo é sábio e soberano. Mostraram-no no passado dia 30 de janeiro.

Deputada Alexandra Manes (BE): Alimentaram um monstro!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

São factos e é a realidade. Eu sei que dói a muitos. Mas Sras. e Srs. Deputados, é a democracia a funcionar como tanto apregoam quando lhes convém. Aceitem que dói menos. São quase meio milhão de portugueses que toda a esquerda e todos os sectores mais encapotados da sociedade agora insistem em excluir e desprezar. Até há aqueles que insultam os livres eleitores apenas porque depositaram a confiança democrática no CHEGA. Grandes democratas, não acham?

Deputado José Gabriel Eduardo (PS): E vergonha na cara?!

O Orador: Os senhores, os donos disto tudo, tudo têm feito para acabar com o CHEGA até por via da Constituição o tentaram dando razão a Freud quando dizia que o “Estado proíbe ao indivíduo a prática de actos infractores, não porque deseje aboli-los, mas sim porque quer monopolizá-lo”. Até parece que estamos a falar dos Sócrates, dos Salgados, dos Rendeiros e de tantos outros

que sugam este país. A democracia para estes senhores instalados no sistema não é mais que um quintal que só produz fruta podre e selvajaria democrática. O CHEGA não esconde aquilo a que se propõe fazer a bem da sociedade. O CHEGA não se aproveita dos mais fragilizados para sustentar cadeiras partilhadas entre extrema-esquerda e aquela esquerda que namora por conveniência tipo estrabismo político. Namorar para os dois lados em simultâneo. O CHEGA não tem agendas escondidas como aqueles que na última campanha passaram nos pingos da chuva, na sombra dos ataques ao CHEGA e que, na galopante bipolarização, conseguiram passar um espírito liberal à laia da “crónica dos bons malandros”.

Sr. Presidente da Assembleia:

Quero apenas terminar dizendo que o CHEGA esteve, está e estará nesta Assembleia a defender a verdade e o interesse de todos os açorianos sem jogos de bastidores e sem cedências ao despesismo. Estamos e sempre estaremos ao lado dos mais idosos, dos nossos lavradores, dos nossos pescadores, dos lesados do Banif, de todos aqueles que trabalham arduamente e que são roubados diariamente através de pesados impostos que vão parar à algibeira dos poucos que se esforçam ou que se aproveitam do sistema.

Deputada Alexandra Manes (BE): E dos amigos do Chega!

O Orador: O que ficou por dizer? Muita coisa, Sra. Deputada.

Deputada Alexandra Manes (BE): E os investigadores do DOP, onde andam?

O Orador: Talvez a prometida remodelação do Governo Regional, as inúmeras nomeações deste Governo, o futuro da SATA e a respectiva dívida, entre muitas outras questões. Umás ficarão nas caves, outras no sótão.

Já manifestei a posição do CHEGA sobre a governação e o estado de coisas na Região. O próximo passo não será por palavras nem omissões. Os Açores e os açorianos, para o CHEGA, estarão sempre em primeiro lugar e merecem mais e

melhor. Afinal não somos de extrema-direita, mas somos sim de extrema necessidade e de extrema importância. Somos a terceira força nesta Região.

Disse.

Muito obrigado.

Presidente: Está feita a declaração política.

Antes de abrir as inscrições, Sr. Deputado José Pacheco, permita-me que lhe diga...

Deputado José Pacheco (CH): Diga!

Presidente: ...que há determinada linguagem e expressões que não são adequadas em termos parlamentares.

Deputado José Pacheco (CH): Quais?

Presidente: Por exemplo, “graves perturbações mentais” dirigidas a quem quer que seja. O Presidente desta Mesa não considera que seja uma expressão adequada no âmbito parlamentar. E peço-lhe que das próximas vezes tenha atenção a esse tipo de linguagem.

Estão abertas as inscrições.

Deputado José Pacheco (CH): Obrigado Sr. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS)

Presidente: O Sr. Deputado José Pacheco pede a palavra para?

Deputado José Pacheco (CH): Apenas para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado.

Deputado José Pacheco (CH): Realmente pode haver algum excesso de linguagem que não é para ofender ninguém. É a linguagem que eu uso nos meus discursos. Mas ouvi nesta Casa uma expressão muito curiosa: “assassino de ciganos. E “O senhor quer matar ciganos”! E isto passou em branco.

Já outras expressões também foram proferidas, são nos apartes, mas são audíveis.

Se a regra é para mim, que a aceito de bom grado, será para todo este Parlamento.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Eu já ontem pedi desculpa à câmara, porque essa expressão passou-me. Já tive oportunidade de a confirmar no vídeo e sou o primeiro a lamentar que não me tenha apercebido dessa expressão na devida altura, senão teria feito o mesmo reparo, porque é isso que me compete. E peço desculpa à Câmara e aos açorianos por esse facto de não ter ontem me apercebido dessa expressão.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Peço desculpa Sr. Deputado, mas o Sr. Deputado Pedro Neves pediu a palavra para uma interpelação, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu só quero que fique registado em ata que não é a primeira vez que o Sr. Presidente avisa vários Deputados, que não o Chega que agora está a fazer-se de vítima dizendo que foi o único avisado.

O Sr. Presidente da Assembleia já visou vários Deputados de várias bancadas sobre o excesso de linguagem.

Sr. Deputado José Pacheco, você não é vítima.

Todos nós já fomos avisados, eu próprio também já fui avisado pelo Sr. Presidente da Assembleia.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está inscrito o Sr. Deputado João Bruto da Costa, a quem dou a palavra, faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deputada Andreia Cardoso (PS): É agora!

O Orador: Diga Sra. Deputada?

Deputada Ana Luis (PS): Não estava a falar consigo.

O Orador: Peço desculpa. É que realmente, e como já chamei a atenção, a acústica... nos seus apartes, quando eu estou no uso da palavra, de facto, parece que são para mim.

Deputada Ana Luís (PS): Os apartes são regimentais, ou o senhor já se esqueceu?!

O senhor conhece essa acústica melhor do que eu, de certeza absoluta!

O Orador: Peço desculpa pela interpretação errada.

A democracia é isto. É termos de lidar com opiniões diferentes...

Deputada Alexandra Manes (BE): É ter que *engolir sapos!*

O Orador: ...com opiniões que se expressam em linguagens que por vezes não concordamos, ou da forma que achamos possa ser um bocadinho menos agressiva nos termos, mas que não deixa de dizer aquilo que vai no sentimento dum representante do povo.

Deputada Alexandra Manes (BE): Que cambalhota!

O Orador: E nós, desde o 25 de abril, em termos do que é a nossa Constituição e a nossa democracia, damos o espaço de liberdade a que existam partidos e grupos de cidadãos que são admitidos na Casa da Democracia para poderem transmitir as suas opiniões, as suas angústias, os seus anseios e as suas divergências.

Não obstante as discordâncias que são naturalmente patentes nalgumas afirmações tidas pelo Sr. Deputado José Pacheco do Chega, naquela tribuna, nós não podemos deixar de respeitar que houve muitos milhares de portugueses que se reviram nesse projeto e nessa forma de transmitir a mensagem.

O respeito por todos tem que partir de nós. O respeito pelos outros parte de nós. E não podemos dizer que há cidadãos que não são capazes de avaliar a sua opção política ou que estão menos capacitados, em termos de avaliação daquilo que são as suas escolhas em cada momento democrático, que é o momento do voto.

Deputada Alexandra Manes (BE): Não faça isso ao PSD!

O Orador: Nós temos preocupações comuns com quase todos, ou com todos, os partidos representados nesta Assembleia.

Deputado Sérgio Ávila (PS): O Joaquim Machado fazia isso melhor!

O Orador: E é nessas opções comuns que nós nos devemos focar em termos de construir uma sociedade melhor, mais justa e mais equilibrada na divergência, mas também no diálogo. E se nós não podemos mudar algumas opiniões, devemos respeitá-las e mostrar porque é que discordamos. Não podemos é permanecer em silêncio no confronto democrático. Não podemos deixar de dizer que também não concordamos com algumas opiniões. Já disse isso ao Sr. Deputado José Pacheco, nesta Casa, e por mais do que uma vez.

Não estaremos sempre de acordo e não estamos sempre de acordo. Mas naquilo que pudermos construir um futuro melhor para os açorianos, não deixamos de ouvir todos os eleitores que expressam as suas opiniões, independentemente do partido em que votam e os partidos são admitidos às eleições por um conjunto de regras democráticas que são fiscalizadas pelo tribunal maior deste país que é o Tribunal Constitucional.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Não somos nós que decidimos sobre essa matéria, é a Constituição da República Portuguesa.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Não podemos ignorar aqueles cidadãos que não se reveem nas nossas posições ou nas nossas formas de lidar com os assuntos que estão em cima da mesa, ou com a democracia que temos de trabalhar, discordando naquilo que discordamos, frontalmente dizemos quando não estamos de acordo; naquilo que podemos construir um futuro melhor para aqueles que representamos – e não vou elaborar sobre as teorias da representação do povo, porque poderíamos dizer muito sobre essa forma de representação. Nós, aqui, somos representantes dum povo. E temos que respeitar todos aqueles que estão legitimamente sentados nesta Assembleia.

É isso que fazemos. E é isso que todos façam em relação a nós próprios.

Muito obrigado.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Eu não vou estar aqui a atacar o Chega, não é isso que nós queremos, os eleitores é que mandam e foram eles que votaram nas urnas. Só temos é que dar os parabéns a todos os partidos políticos, sejam os que tiveram sucesso ou aqueles que tiveram uma derrota. E temos que assumi-la. Mas eu gosto sempre

de desconstruir o tipo de discurso que é um bocado falacioso, porque já foi usado – e eu vi isso como um *déjà vu* em 2019 com o outrora Deputado à AR André Ventura – de uma forma de vitimização, face ao Sr. Presidente da Assembleia da República. Mas aqui o que acontece é que não há nenhuma cerca sanitária ao Chega.

Porque é que o Chega diz que tem uma cerca sanitária colocada por todos os partidos, mas faz (acordos) de incidência parlamentar?

Não há aqui nenhuma cerca!

Ninguém está a metê-lo de lado!

O Sr. Deputado está a fazer confusão entre a Assembleia da República e a dos Açores!

Aqui não vai ter sorte, porque aqui somos democratas, somos honestos e deixamos trabalhar totalmente todos os partidos que foram eleitos – essa é a diferença!

Se for para fazer uma passagem do discurso da AR para os Açores, não vai resultar, porque o Sr. Deputado tem uma incidência parlamentar aqui nos Açores, o que faz toda a diferença.

O Sr. Deputado, aqui, não é oposição. E como não é oposição nem ninguém irá contra algumas iniciativas, o senhor tem o seu espaço nesta Assembleia. E da mesma forma, só podemos pedir ao Sr. Deputado para ter cuidado com a linguagem, embora eu não tenha sentido que ela tenha sido dirigida à minha pessoa. Mas seja para mim ou para qualquer deputado desta Assembleia, acho que não estamos a elevar o nosso discurso, usando algumas frases mais impróprias que, ao fazer esse ataque, também não está a ajudar o Sr. Deputado do Chega.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Aqui há uns anos atrás, na televisão, passava um anúncio que o Sr. Deputado José Pacheco não me levará a mal mencionar, sobre a campanha de prevenção rodoviária que era o *Pepito*. A páginas tantas, esse anúncio dizia qualquer coisa como: “E Pepito julga-se o melhor condutor do mundo e... estampa-se”!

Julgo que foi mais ou menos o que aconteceu aqui e ao que a Assembleia acabou de assistir neste plenário.

O Sr. Deputado José Pacheco, qual *Pepito*, julga-se o melhor condutor do mundo e estampou-se! E porquê?

Porque ancorou-se na sua intervenção, naquilo que supostamente é uma injustiça em relação ao Chega.

Bom, eu gostava de dizer o seguinte, para que não restem dúvidas quanto ao posicionamento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista nestas questões. Aliás, reitero, hoje aqui, aquilo que disse na noite das últimas eleições: eu tenho respeito pelo Sr. Deputado José Pacheco, como membro desta Assembleia, e, naturalmente, tenho esse respeito, também, porque mereceu o voto, quer nas eleições regionais quer nestas nacionais, dos nossos concidadãos. Mas que não reste a mínima dúvida de que nós somos adversários políticos.

Tudo, naquela que é a sua conceção de sociedade, de política, da forma como nos devemos organizar, separa-nos. E aquele que eu considero ser o meu dever é exatamente este, isto é, combater politicamente as ideias, as propostas e os propósitos do Chega que conflituem com aquelas que eu considero serem as ideias mais adequadas para a forma como a nossa sociedade se organiza.

Ancorou-se o Sr. Deputado José Pacheco na sua declaração política, nos resultados eleitorais. Esqueceu-se foi de dizer algo muito simples: a nível nacional, em 5.647.496, 5.236.531 votos disseram **não** ao Chega. A nível regional, em 84.084 votos, 79.098 disseram **não** ao Chega.

Portanto, Sr. Deputado José Pacheco, a sua dimensão é exatamente a dimensão que o povo açoriano e o povo português quis dar-lhe. Mas a razão pela qual eu acho que o Sr. Deputado José Pacheco, achando-se o *Pepito, melhor condutor do mundo*, se estampou na sua intervenção, foi exatamente porque pretende construir e replicar aqui, o discurso que a nível nacional o seu líder tem seguido. Só que há um pequenino problema que já foi, aliás, e muito bem, salientado pelo Sr. Deputado Pedro Neves.

O Sr. Deputado José Pacheco está numa contradição insanável. É que o senhor quer afirmar-se como antissistema, mas faz parte e é condição essencial para que este Governo Regional exista.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Esta é uma das suas incongruências e da incongruência do seu partido, porque fazer parte da solução que é essencial para este Governo se manter, limita-o, desde logo no seu discurso. Mas também nas suas propostas, limita-o até na sua coerência, porque aquilo que o senhor fez ali na tribuna, as medidas, os casos, o senhor apregoa-se como o defensor do “não aos cargos políticos”, “não às nomeações”, mas o Sr. Deputado José Pacheco é apoiante do maior Governo da história da Autonomia.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Onde é que está a sua coerência?!

O Sr. Deputado José Pacheco afigura-se como um paladino da transparência. Mas nós temos uma comissão de inquérito sobre um assunto que é exatamente o contrário à transparência, na nossa apreciação, e que é o caso das agendas mobilizadoras e o senhor apoia o Governo que está a ser investigado por esta Assembleia por causa disso.

Onde é que está a sua coerência?!

Sr. Deputado José Pacheco, o senhor não quer combater o sistema. O senhor **faz parte** do sistema. O senhor está **amarrado** ao sistema. E, portanto, por muito

que o senhor apregoe e proclame, o senhor faz mais parte do sistema do que os partidos que não suportam esta solução governativa.

Presidente: Agradeço que termine Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Portanto, Sr. Deputado José Pacheco, a sua intervenção merece, da parte do Partido Socialista, uma apreciação muito simples: foi o Chega e o Sr. Deputado José Pacheco, a ser o Chega e o Sr. Deputado José Pacheco!

Diz uma coisa lá fora, diz uma coisa daquela tribuna, mas faz exatamente o seu contrário!

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Intervenho de forma breve para, em primeiro lugar, afirmar que todos os partidos que aqui estão, e os que estão representados nos diversos órgãos da nossa democracia, estão com o voto dos portugueses, dos açorianos, o que lhes dá legitimidade democrática para a sua representação. No entanto, não são igualmente aceitáveis as ideias dos vários partidos, porque numa democracia há ideias que não têm lugar e há princípios que não têm lugar. A democracia não pode tolerar, em primeiro lugar, quem a quer destruir e quem é intolerante para quem vive numa democracia.

Por isso, uma democracia, este Parlamento e a nossa sociedade não podem ser tolerantes, embora algumas pessoas defendam e praticam essas ideias, porque a democracia e os partidos democratas – e aqui há vários partidos democratas – não podem ser tolerantes com o racismo, com a xenofobia, não podem ser tolerantes com quem quer destruir a democracia.

A intolerância para com os intolerantes, que alguém escreveu e não fui eu – obviamente não estou a inventar nada - é um princípio que nós reafirmamos e as ideias que o Sr. Deputado José Pacheco não podem toleradas em democracia. Por isso, o Bloco de Esquerda combaterá o racismo, a xenofobia e a vontade de fundar uma outra república com princípios do antigo regime. “Deus, Pátria, Família”, tudo o que muita gente lutou contra para instaurar um sistema democrático que permitiu – é verdade! – que um partido como o Chega chegasse ao Parlamento. Alguém, evidentemente, achou que deveria. Mas esse é um problema que temos para resolver e temos que combater. E o Bloco de Esquerda combaterá sempre essas ideias.

A forma como o senhor se dirige aos outros Deputados e a outros partidos, demonstra bem a sua natureza e a natureza desse partido que chega ao ponto de dizer que tem desequilíbrios mentais.

Deputado José Pacheco (CH): E chamar de assassinos?! Acha normal?!

O Orador: É a forma de demonstrar os meios, os métodos e a linguagem que esse partido acha que são adequados para fazer o combate político.

O Chega aqui no Parlamento tem lugar e faz muitas críticas e aponta muitos problemas, intervindo em várias áreas com as suas ideias, dizendo defender todos os setores. Um dia diz que defende uns, noutra dia quer extingui-los, como por exemplo, extinguir lotas, ou dizer que os investigadores querem é passear de barco e são uns malandros que não querem fazer nada; já não bastava os pobres, também os investigadores são malandros. Mas, de facto, o que eu gostaria de ver é o que propõe o Chega, para além da conversa e do *blá*

blá blá do dia a dia e de falar em ratos e carrapatos, o que é que propõe o Chega? Que propostas é que apresenta o Chega nesta Casa?

Eu convido a irem ver que propostas é que o Chega apresentou neste Parlamento. O que é que está aqui a fazer, para além de *dizer coisas?! Algumas delas insultuosas para quem aqui está e para muita gente que está lá fora.*

Eu olho para o site do Parlamento e não vejo nada em termos de propostas do Chega!

É o partido que menos propostas apresenta neste Parlamento e isso quer dizer alguma coisa!

Quer dizer que o Chega quer apenas falar, insultar e...*dizer coisas!*

Propor e trabalhar, como o senhor diz tanto que faz, aí já não é consigo!

No meio disto tudo, o que mais me preocupa, é quem vem responder à sua intervenção tentando, de certa forma, traduzi-la ou amaciá-la e torná-la aceitável. E fá-lo, Sr. Deputado João Bruto da Costa, porque dependem do Chega a sua bancada e o seu Governo. E isso é de facto preocupante e demonstra bem a grande mudança que os senhores concretizaram no nosso sistema político. Foi realmente uma mudança que de facto tem e continuará a ter efeitos extremamente negativos e não é só nos Açores, é no País.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Veja lá donde é que vem o seu partido!

O Orador: Efeitos perversos no País.

Deputado Rui Espínola (PSD): O senhor ainda não percebeu!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É preciso ter lata!

E é bom que tenham consciência dos efeitos que a decisão do PSD, do CDS e do PPM terá no futuro do País e no futuro dos Açores,

Deputado Gustavo Alves (PPM): Mas a abstenção é nossa

O Orador: porque essa decisão, ainda hoje, está a ter consequências e terá, no futuro, muitas mais.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Veja as consequências!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Depois da 2ª Guerra Mundial...

Deputado Francisco César (PS): Oh temos tempo!

O Orador: Temos tempo, temos!

Em democracia tem que existir tempo para pensar, tempo para analisar e não apenas para dizer coisas desgarradas do contexto e sem qualquer tipo de análise.

Em democracia tem que existir tempo.

Eu quero fazer uma pequena reflexão.

Depois da 2ª Guerra Mundial, o Partido Comunista incluiu-se dentro daqueles partidos que participavam ativamente na vida democrática da Europa Ocidental. Muitos achavam que deveriam proibir a existência do Partido Comunista. Mas isso não foi opção, tendo em conta que a União Soviética foi um dos vencedores da 2ª Guerra Mundial.

O Partido Comunista que não defendia, nem defende, ideais democráticos, não defende o pluralismo, aliás onde o Partido Comunista chegou ao poder, o que aconteceu foi que apenas ficou o Partido Comunista com o direito de participar e de ser eleito, através das assembleias populares e da sua democracia direta. E, portanto, o que acontece é que o PC nunca foi um partido democrático, nunca foi um partido que defendesse o pluralismo. E, no entanto, participou no âmbito das eleições das diversas democracias ao longo do período pós 2ª Guerra Mundial.

Em Espanha, quando a democracia foi restaurada, um dos grandes problemas era legalizar e permitir que o Partido Comunista participasse nas eleições. E

isso foi ultrapassado, o Partido Comunista foi legalizado e participou nas eleições a partir de 1978 em Espanha.

Os Partidos Comunistas de toda a Europa têm vindo a perder força e a desaparecer dos parlamentos.

Como é que se resolveu a questão do debate democrático?

Resolveu-se participando, através dos debates, das ideias e os Partidos Comunistas, e o seu conjunto de ideais foram derrotados nos parlamentos democráticos em toda a Europa. E, hoje, não são uma força significativa em qualquer país da Europa Ocidental.

Esta foi a resposta das democracias ocidentais e foi a resposta inteligente.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Sérgio Ávila (PS): E a respeito do Chega? Nada?

O Orador: Eu considero que em relação a outras forças políticas, que sejam extremistas e tenham ideais diferentes daqueles que defendem os partidos tradicionais, as sociais-democracias, o socialismo democrático, a democracia cristã, as forças ecologistas e outros movimentos e correntes, nós não podemos dizer **nunca**. E é errado que assim se faça. E quem o fez proibindo os Partidos Comunistas, depois teve problemas gravíssimos, teve um problema até de legitimação desses partidos em relação à ordem vigente.

Portanto, o que há a fazer é debater democraticamente com quem pensa de forma diferente. Podemos não concordar com as suas ideias, mas o debate faz-se todos os dias nos parlamentos da Europa Ocidental e também no Parlamento dos Açores.

Quem não concorda com as ideias só tem de fazer o seguinte: participar no debate, apresentar argumentos diferentes dos que o Sr. Deputado José Pacheco aqui apresenta e não as proibições. As proibições, em democracia, não funcionam. E, portanto, o sistema democrático é que funciona, porque há um conjunto muito significativo de portugueses que votou no Chega. E vamos

proibi-los de manifestarem aquela que é a sua opinião política? E depois de proibirmos a eles, vamos proibir mais quem?! Quem é que nós vamos proibir a seguir?!

É assim que funciona a democracia. Ela não funciona com proibições e sim com debate democrático.

Eu devo dizer, e termino já, que todos os dias sinto – ainda hoje – o Partido Socialista no Corvo, impede o voto secreto na Assembleia para a eleição de pessoas.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

É verdade!

Foram eleitos para o Conselho de Ilha do Corvo de braço no ar, os Conselheiros que vão representar os seus pares no Conselho de Ilha do Corvo!

É este tipo de votação que é defendido pelo Partido Socialista no Corvo, onde foram impedidos de entrar na Assembleia Municipal membros eleitos pela Coligação, para participar nela. E, portanto, este tipo de comportamentos é que são inaceitáveis. E eu não vejo ninguém do Partido Socialista a condenar este tipo de procedimentos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Isto é que são exemplos concretos, não é a teorização, é na prática, sofrer este tipo de comportamento de quem não deixa que possa existir o voto secreto quando se elegem pessoas, quando se elegem representantes para o Conselho de Ilha. Isto são exemplos práticos de falta de democracia!

Finalmente, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, gostava de dizer ainda que, depois, todos tentam instrumentalizar o Chega; a esquerda tentou instrumentar com o fantasma do Chega para obter a votação que teve. É isso que tenta fazer todos os dias. E um dos argumentos apresentados pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro é

inacreditável. Eu já não me lembro da expressão que utilizou ontem, mas é inaceitável que tenha utilizado este tipo de exemplo. Alguém como o Sr. Deputado fez isto.

Veja bem, o senhor apoia um governo cuja prática é contestada numa comissão de inquérito.

Quantas comissões de inquérito teve o seu Governo em relação a matérias muito específicas Sr. Deputado?!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E o senhor veio aqui condenar o Governo e acha que o Chega tem que mudar a sua posição nesta Assembleia, porque há a decorrer neste momento uma comissão de inquérito!

Deputada Ana Luís (PS): Porque é incoerente!

O Orador: O senhor apresenta este argumento sem se rir, Sr. Deputado! É impressionante como é que é possível...

Presidente: Tem que terminar Sr. Deputado.

O Orador: ... que o Sr. Deputado faça isto e tenha este tipo de comportamento?!

Vou mesmo terminar, dizendo-lhe Sr. Deputado, que eu percebo que havia de facto aqui um sistema com 24 anos. E esse sistema hegemónico, quase eterno, é que terminou! E isso é que lhe custa!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

Deputada Ana Luís (PS): Ó Rui vou-te lembrar aquilo que disseste no debate na RTP-Açores, há dois anos!

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Obrigado Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para o CDS, em democracia, o povo é efetivamente soberano. E o povo escolhe sempre bem. Cabe a nós, os que são eleitos, respeitar a decisão do povo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: E apesar de há pouco o Sr. Deputado Vasco Cordeiro ter insinuado que este Governo tinha práticas duvidosas, porque estava a ser investigado por práticas nebulosas e porque havia uma comissão de inquérito que pendia sobre a sua ação, a verdade é que tal como o Sr. Deputado Paulo Estêvão bem esclareceu, as comissões de inquérito são um instrumento de fiscalização desta Assembleia e não é isso, pelo menos até haver conclusões que indiquem alguma prática efetivamente gravosa ou danosa para a Região. E houve várias comissões de inquérito no passado, inclusivamente durante os seus Governos, e não foi por isso que houve alguma perda de legitimidade da ação governativa.

Deputado Francisco César (PS): É a nossa opinião!

Deputada Andreia Cardoso (PS): É a nossa opinião, tão legítima como a de qualquer outro deputado!

O Orador: Houve uma fiscalização e isso é extremamente importante.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Por isso, essa insinuação – Sr. Deputado Vasco Cordeiro – não lhe ficou muito bem.

Por outro lado, apreciei o que foi dito, e que é também a nossa visão, sobre o respeito pela decisão do povo.

Concordo e corroboro, na sua totalidade, aquela que foi a sua apreciação, que foi diferente das muitas vozes públicas do Partido Socialista, relativamente ao que disse e reiterou hoje, sobre respeitar a decisão do povo e opormo-nos, politicamente, àquilo que sejam formas, ideias, projetos e propostas que sejam contrárias à nossa visão para a sociedade.

Efetivamente, isso foi algo que este Governo, particularmente o CDS, disse sempre que não faria cercas sanitárias a qualquer partido que tivesse sido eleito democraticamente pelos açorianos. Nós não fazemos cercas sanitárias a 5% da população que decidiu escolher um partido que não foi o nosso. Essa foi sempre a nossa posição.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Relativamente a extremismos, nós ainda temos bem presente na nossa memória, partidos que têm representantes e militantes que cercaram e perseguiram pessoas, colocaram bombas...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): É bem verdade!

Deputado Miguel Costa (PS): Isso está difícil!

O Orador: ...não sei... o PSR, a UDP.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O pai das irmãs Mortágua!

O Orador: E, por isso, na nossa perspetiva, Sr. Deputado António Lima, para o CDS não é só o extremismo de direita que é mau.

Deputada Ana Luís (PS): Para o CDS o extremismo de direita, agora é mais ou menos!

O Orador: Qualquer extremismo é mau. E o extremismo de esquerda está bem presente nas nossas memórias, é e foi muito mau no nosso País!

Há partidos que fizeram parte e continuam de soluções governativas que também esse histórico.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E não o vi, na sua altura, dizer isso!

Termino dizendo apenas que houve uma apreciação feita pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro em relação a eleições. E realmente o que aconteceu e a solução governativa que temos, foi fruto duma maioria que não votou no Partido Socialista nem no Bloco de Esquerda.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

Deputada Ana Luís (PS): Tem é de dizer isso ao Sr. Deputado José Pacheco!

O Orador: E que não quis replicar na Região uma geringonça como aquela que acontecia no continente.

Esse também é um facto.

Deputada Ana Luís (PS): O Sr. Deputado José Pacheco não pensa assim!

O Orador: Ou seja, houve uma maioria que não votou no Partido Socialista e que escolheu, no fundo, esta solução governativa que se apresenta e que está a trabalhar em prol de uma nova alternativa na governação dos Açores e que tem um novo rumo e uma mudança de paradigma. E é por isso que temos também um Parlamento muito mais plural, muito mais democrático...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não é muito mais!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ah não é democrático?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ele está a dizer muito mais democrático. Não é muito mais democrático, é **mais plural!**

O Orador: É muito mais democrático. Então não é?!

É igualmente democrático. As práticas democráticas mantêm-se, mas efetivamente é um Parlamento mais plural e que adquiriu uma maior centralidade, algo que se havia perdido há muitos e muitos anos.

Muito obrigado.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Ana Luís (PS): Democracia é chamarem-nos “atrasados mentais”.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Há quem me chame ordinário!

Deputado Miguel Costa (PS): O Sr. Diretor Regional publicou coisas bem piores que o Sr. Presidente mandou apurar!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): O quê? Eu?

Deputado Miguel Costa (PS): O Sr. Diretor Regional!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, dou a palavra ao Sr. Deputado José Pacheco para o encerramento desta declaração política.

(Apartes impercetíveis trocados entre vários deputados das bancadas da Coligação e do PS)

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, (pessoal lá em casa, amigos e amigas) ...

Eu posso ficar aqui o resto do dia nisto!

Presidente: Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, permitam que o Sr. Deputado José Pacheco intervenha.

Penso que estão reunidas agora as condições para fazer a sua intervenção, Sr. Deputado José Pacheco. Faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado Sr. Presidente.

Estes costumam ser os momentos em que se ouvem as tais frases que eu tenho coragem de dizer em voz alta e outros só as dizem em surdina!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, após ter sido eleito, uma das coisas que eu disse, e continuo a achar, é a pluralidade dos partidos. Continuo a defender isso. Acho que é importante, até para termos razão, haver outros partidos doutros extremos, doutros lados, para podermos ter razão, ou acharmos que temos razão.

Ninguém é dono da verdade. E se achar dono da verdade... é tolo! – perdoem-me a expressão.

A verdade é que a democracia faz-se com todos. E como dizia o Sr. Deputado João Bruto da Costa, não temos que concordar todos. Temos é que saber trabalhar uns com os outros.

Penso que da minha parte, tenho dado o exemplo de trabalhar com o PS quando há necessidade, fazer o mesmo com o Bloco de Esquerda...

Deputada Alexandra Manes (BE): O quê senhor?!

Deputado António Lima (BE): Não, não!

O Orador: ...tenho dado esse exemplo.

Agora, ler o que eu li dum dirigente do Bloco de Esquerda de que os votantes no Chega eram inconscientes?! Inconscientes?!!

A democracia só é para o lado dos senhores?!

E mais: enquanto os senhores estão fechados nas bibliotecas, preocupados com o vosso umbigo, eu estou na rua a lutar pelo meu povo, todos os dias!!!

Vou estar aqui no Faial, vou estar na Terceira, vou estar com os pescadores! Eu não ando a inventar.

E sabe porquê?! Porque as vossas propostas são **remendos!!**

Eu tento fazer coisas de raiz!

Eu vim para aqui para mudar este sistema!

Deputada Alexandra Manes (BE): Qual sistema, Sr. Deputado?!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas qual sistema senhor?!

O Orador: Eu não vim para aqui para dar continuidade ao sistema!

A situação não é confortável, não, não é!

Eu quando mergulhei neste mar, sabia que ia-me molhar!

Deputada Alexandra Manes (BE): Já se molhou!

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor está agarrado ao *sistema!*

O Orador: Mas há uma coisa: eu sei nadar muito bem. E é desde os 5 anos.

Deputado Berto Messias (PS): Não é o que se vê!

O Orador: E já agora a propósito de *Pepito*...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: ...e sei que o Sr. Deputado tem sentido de humor e eu também, mas até 2020 o *Pepito* era o senhor. Agora está na minha vez, pronto, também não tem mal nenhum!

Quanto à democracia, que ela seja saudável, que seja feita com todos. Não pode é ser uns acharem que devem dizer aquilo que dizem e que os outros não têm direito a dizer. Temos todos direito!

O que se está a fazer ao Chega, a nível nacional, é uma vergonha!! **Uma vergonha!!** E isto tem que ser dito. É um partido democrático, está no Tribunal Constitucional, foi aceite e tem quase meio milhão de portugueses a votar nele!

Haja também aqui alguma decência! Seja na República, como aqui. Há aqui 2 deputados eleitos que também têm a obrigação de chegar lá e dizer que a democracia não é assim.

A democracia é feita com todos e com respeito pelas ideias de todos!

Quanto a racistas e homofóbicos, eu já disse naquela tribuna, estamos conversados!

Deputado Berto Messias (PS): Não, não estamos!

Deputada Alexandra Manes (BE): E as propostas?!

Presidente: Está encerrada esta declaração política.

O Chega esgotou o seu tempo para esta manhã de PTAP.

Vamos prosseguir com a próxima declaração política. Para tal, dou a palavra ao Sr. Deputado Nuno Barata.

Deputado Nuno Barata (IL): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, Srs. Membros do Governo:

No dia 30 de janeiro festejámos a democracia. Longe de mim estava que, 10 dias depois, estivéssemos aqui repudiando a democracia. Mas não vou falar disso.

Em boa hora entendeu o XIII Governo da Região Autónoma dos Açores lançar a debate uma estratégia para a educação a 10 anos.

A Iniciativa Liberal encara com enorme satisfação essa iniciativa do Governo que envolve também os Partidos com assento Parlamentar e para a qual tentaremos contribuir.

Na verdade, o Iniciativa Liberal entende que a educação e a formação são a melhor “autoestrada” possível para retirar da situação de pobreza muitos dos açorianos que nela se encontram mergulhados. Nesse sentido, seremos parceiros ativos e aliados críticos, mas presentes, na definição de políticas de educação

que possam garantir a alavancagem da sociedade açoriana para posições mais confortáveis no seio da União.

Nós liberais acreditamos nas empresas, na capacidade dos mercados se autorregularem, mas sobretudo acreditamos nas pessoas e acreditamos que a liberdade dos cidadãos e a sua capacitação sem peias lhes permite a busca de soluções e caminhos inovadores e empreendedores, ao invés do seguidismo e do condicionalismo paternalista que tem sido prática corrente no nosso País, na nossa Região.

Essa prática levou, na verdade, a uma determinada letargia social e política da qual pretendemos sair.

No entanto, não nos demitimos das preocupações sociais e entendemos que, na esteira do pensamento das novas correntes liberais (*social liberalism*), a equidade no acesso à educação e aos cuidados de saúde primários é fundamental para garantir coesão social e o crescimento socio profissional que redundará, certamente, numa sociedade mais justa e logo mais livre, mais criativa e mais próspera.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Pela frente temos um Quadro Financeiro Plurianual e um outro mecanismo financeiro dedicado à recuperação e resiliência, ambos com recursos financeiros que nos permitirão recentrar políticas e concentrar esforços no sentido de ações inovadoras, arrojadas, destemidas e determinadas, pois acreditamos que só fazendo diferente podemos almejar alcançarmos resultados melhores.

O documento estratégico para a educação que foi apresentado pelo Governo aos Partidos políticos, no passado mês de janeiro, é bastante incipiente, mas não deixa, no entanto, de ser um bom princípio de trabalho, um indutor das políticas que se consideram necessárias para melhorar os resultados e aquilo que nós desejamos para os açorianos.

É fundamental formar para o futuro e isso não se faz com métodos ultrapassados nem com os meios de sempre. Os alunos, na sua larga maioria, já estão à frente da escola no que concerne a meios tecnológicos de aprendizagem. Ora, aqueles que, por razões financeiras ou sociais não têm acesso a esses meios, se a escola pública e a privada não lhes derem esses meios, perdem o “comboio”. Não podemos insistir na dicotomia maniqueísta de que uma escola é boa e a outra não serve, não podemos insistir na ideia de que apenas a escola pública serve os mais pobres e remediados, há que inovar também na forma de financiar o ensino dando liberdade de escolha aos alunos para frequentarem o ensino privado pelo mesmo custo que tem o ensino público, só assim será garantida equidade e só assim será apetecível às escolas públicas, no quadro da autonomia que lhes deverá ser concedida, inovarem e investirem, no sentido de se tornarem apetecíveis para alunos de todas as origens sociais e económicas.

A formação em pensamento computacional é, pelo exposto no parágrafo anterior, fundamental para alcançarmos o desiderato estratégico a que nos propomos. No entanto, ao nível do ensino pré-escolar e do 1º Ciclo, é fundamental garantir que não haverá sobrecarga dos educadores e dos professores. Uma das críticas mais recorrentes que vem da parte dos professores do 2º e 3º ciclos e até do secundário, é que muitos alunos chegam a esses níveis de ensino sem as chamadas competências básicas, ou seja, sem saber ler, escrever e contar.

Ora, mais uma vez em nosso entender, o sistema não deve sobrecarregar ainda mais o pré-escolar e o básico com a formação em pensamento computacional, porque ninguém desenvolve esse tipo de competências se não souber ler e escrever com facilidade na língua nativa, bem como, na cada vez mais internacional língua inglesa, ou sem noções básicas de aritmética que é a base para a matemática, que por sua vez é a base para a informática.

Devido aos programas serem extensos torna-se escasso o tempo para o desenvolvimento da crítica e da criatividade. O raciocínio lógico e a abstração são pouco desenvolvidos e trabalhados. Ora o bom uso das novas tecnologias agiliza esses processos e potencia a capacidade do aluno em adquirir essas competências. No entanto, a escola carece de meios. Tome-se por exemplo o estado deplorável a que chegou a Escola Secundária Antero de Quental, com uma rede de internet quase inexistente, muito fraca, que raramente funciona bem, com escassos recursos informáticos, nomeadamente computadores, videoprojectores, quadros inteligentes (*smartboards*) e outros. As suas estruturas físicas a carecerem de uma intervenção profunda e de obras de recuperação, reparação e manutenção. Provavelmente este é um problema que se replica por muitas das escolas mais antigas da Região.

É urgente desburocratizar a escola e principalmente libertar os professores das tarefas que lhes retiram tempo para o ensino, para a sua formação e para a sua requalificação e para fazerem aquilo para o qual estão vocacionados que é ensinar. Os docentes estão assoberbados com burocracia que deveria ser reduzida ou nessa impossibilidade garantida por pessoal não docente, reservando aos professores apenas a nobre tarefa de ensinar.

Assistimos nos últimos 20 anos a uma instabilidade tremenda na carreira docente que não é motivadora, essas questões deverão ser dirimidas a muito curto prazo. Só com a última transição de carreira os docentes perderam cerca de 3 anos. Deve este tempo ser devolvido para manter os atuais professores no sistema e ao mesmo tempo deve ser feito um esforço de valorização da profissão no sentido de cativar os mais jovens para a carreira docente e para o ensino público e privado.

Os alunos devem ser acompanhados o mais possível na escola, devendo inclusive chegar a casa e não necessitarem de pegar mais nos livros, que já deviam ser *gadgets* na sua totalidade, mas isso está no princípio. No entanto, o

desenvolvimento e o envolvimento da comunidade escolar são fundamentais para a criação até de um certo sentido de pertença. O envolvimento dos encarregados de educação é um passo importantíssimo no processo educativo. Será uma grande luta pois o desinteresse é enorme, como sabemos, mas no futuro, acreditamos, que se irão colher bons frutos com vantagens para todos. Sabemos que será uma luta titânica que muitas vezes levará à desilusão e ao desalento. Irá ser frustrante trabalhar com tanto desinteresse, mas acreditamos que vale o esforço, que muitos educandos irão beneficiar bastante com este envolvimento.

Mais uma vez, atente-se num exemplo: as escolas da costa norte da ilha de S. Miguel, onde houve uma tentativa de ministrar uma formação muito básica de informática para os pais poderem acompanhar e ajudar nas aulas, quando os filhos estiveram em isolamento profilático, a essas aulas e formações só apareceram os encarregados de educação que delas não necessitavam.

A nossa comunidade escolar é pequena, mesmo muito pequena. Não se compreende tanta resistência em partilha de serviços, de professores e até de pessoal não docente, paralelamente à autonomia da escola, em termos de gestão, como falei há pouco, deve haver uma agilização de procedimentos por forma a garantir complementaridade entre escolas.

As linhas gerais que agora nos foram presentes e que com o contributo de todos (os que assim entenderem) serão melhoradas e aprofundadas num futuro próximo, é – Sra. Secretária Regional da Educação - o “pontapé de saída” de uma estratégia cheia de boas intenções e cuja operacionalização irá carecer de um avultado investimento em meios técnicos e humanos, meios esses que, em nosso entender, apenas estarão disponíveis nos próximos anos, tendo em consideração o novo quadro plurianual da União Europeia, conjugado com o Plano de Recuperação e Resiliência.

Disse.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado Nuno Barata.

Informo que esgotou o seu tempo para este período de tratamento de assuntos políticos. E estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Neste caso, não posso passar ao encerramento, porque o Sr. Deputado Nuno Barata já não tem tempo.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Encerrou-se a si próprio...

Deputado Nuno Barata (IL): Eu sabia que vos ia deixar sem palavras!

(Risos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Afinal...!

Deputado Nuno Barata (IL): “Afinal havia outra...!”

(*) **Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo: Faço uma intervenção para sinalizar o entendimento estratégico que aqui também é reconhecido na declaração política do Iniciativa Liberal.

A projeção duma sociedade quanto à capacidade das novas gerações fazerem da educação o seu principal elevador social, económico e cultural, não pode dispensar o envolvimento de todos.

Não é difícil enquadrar e comungar do objetivo. Mas é árdua a tarefa de fazer e encontrar o método mais adequado.

Como fazer para atingir o objetivo que é comum a todos por consenso, devo dizer, aliás, fácil.

A questão é passar das palavras aos atos, com meios e recursos alocados com suficiência possível para alcançar resultados e também perceber que, mesmo com a ciência apoiada, como fazer para atingir os melhores resultados.

Por isso, em nome do XIII Governo, saúdo e acolhemos, como pretendemos desde a primeira hora, a participação crítica no encontro do melhor caminho para atingir os melhores resultados.

É por isso que na programação dos meios financeiros que os fundos comunitários nos permitem, entendemos que a Agenda para convergência social é mesmo prioritária. É mesmo essencial para alavancar um percurso de sucesso, para que possamos, neste presente, iniciar o caminho que deixe um legado às novas gerações de melhores oportunidades do que aquelas que esta geração presente recebeu.

No plano regional, nacional, europeu e mundial, estamos provavelmente perante as gerações mais qualificadas, em relação ao passado. Mas não o suficiente para sermos competitivos na nossa geografia, na nossa comunidade com aquela que é a envolvente globalizante da vida económica, social e cultural que hoje vivemos e com ela convivemos.

É por isso que este Governo fará tudo para que se promova participação e reflexão estratégica nesta Agenda para a educação, saúde, cultura, inclusão, emprego e para a qualificação, com a máxima prioridade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Deixo, por isso, esta nota de satisfação em relação ao tema da declaração política. É que acompanhar estes trabalhos, esta reflexão, com sentido crítico proponente, terá sempre acolhimento por parte do XIII Governo, venha de onde vier.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E que possa traduzir-se, também, em ciência, cultura e experiência, para que possamos percorrer, com estratégia, essa política de resultados que

queremos alcançar. E é por isso que designámos uma Agenda de convergência, não apenas de crescimento e de acrescentar. É preciso, sim, acrescentar com suficiência para convergir e não acrescentar o mínimo para divergir.

Permitam-me, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que neste contexto também possa fazer uma referência, uma vez que aqui se introduziu já a temática da pluralidade e da democracia como elemento essencial dela própria, quero também sinalizar a outra, a da representatividade dos territórios no funcionamento dos órgãos de soberania. Temos nesta Casa e neste Parlamento, dois Srs. Deputados que, fruto das últimas eleições, passarão agora a fazer um percurso de saída deste Parlamento e uma entrada noutra, a Assembleia da República.

Aos dois, desejo as maiores felicidades. E, em nome do XIII Governo, a expectativa de que possamos contar com o esforço deles nesta defesa plural dos interesses comuns dos Açores e do nosso desenvolvimento, onde se inclui também esta Agenda para a convergência social da Região Autónoma dos Açores no contexto nacional e europeu.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Presidente do Governo Regional.

Continuam abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Trouxe-nos o Deputado Nuno Barata, e agora percebo eventualmente porque é que ontem não interveio sobre a declaração política do CDS que versava sobre educação dado que queria abordar o mesmo tema, não se percebeu foi o silêncio dos outros partidos, mas vamos ver se hoje alguém “vem a jogo” e se aceita o repto que hoje o Sr. Deputado Barata nos trouxe aqui.

Efetivamente é importante que aborde este tema, mas não posso deixar de notar que o Sr. Deputado hoje deixou de ser “libertário”, como nos tem demonstrado ao longo deste período em que está na IL aqui nesta Assembleia, para dizer que afinal o liberalismo já tem um pendor social. Ou seja, o novo liberalismo é, na verdade, o CDS, porque nós é que sempre zelámos para que não se deixasse ninguém para trás. Não sei se é algum saudosismo, mas compreendo, Sr. Deputado. Na verdade, o CDS sempre foi um partido defensor da iniciativa e da livre determinação dos cidadãos, mas nunca se esqueceu do pendor social que o estado tem de ter, para inverter a exclusão social. E para que se possa ativar o elevador, sempre considerámos que a educação é um fator preponderante e primordial para ativar esse elevador social.

Por isso, é que o CDS tem um vasto histórico transversal a todas as fases do percurso educativo dos cidadãos que, aliás como ontem tive oportunidade de dizer, começa por quebrar a pobreza de berço com as creches gratuitas; segue com os manuais escolares gratuitos para o ensino básico, com o prémio de mérito para o ensino superior; com os programas de ajuda ao pagamento de propinas. E é, efetivamente, esse o pendor social que o CDS sempre viu, para que não fique ninguém para trás, porque acreditamos que o percurso educativo e a capacidade de manter os jovens cidadãos num percurso formativo educativo, é o que permitirá, do ponto de vista económico e social, elevar os patamares de crescimento e de bem-estar social na Região e na Europa. Aliás, ontem também falei na importância de nós começarmos a convergir para aquilo que são os indicadores, de resto, é um esforço que é feito por todos os governos, não é

exclusivo deste, já vem de trás, porque infelizmente não temos conseguido dar os saltos qualitativos que nós todos esperávamos e que estavam também na base das políticas que foram tomadas anteriormente. Mas, sem dúvida que aquilo que foi realçado nesta declaração política, foi a abertura que este Governo e que a Sra. Secretária da Educação trouxe, ao querer um pacto para a década, em que todos participem ativamente e que consigamos continuar a estar unidos neste esforço de convergir com os dados europeus e sair do fundo da tabela dos indicadores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Terminando dizendo, aquilo que já foi dito pelo Sr. Presidente do Governo de que este novo Quadro – PO 20/30 – será uma grande janela de oportunidade. Senão vejamos, quando cerca de 50% do valor deste Quadro de apoio é, efetivamente, vocacionado para a convergência social e isso será, sem dúvida, um grande fator impulsionador. E, esperamos nós, acreditando que esses passos estão a ser dados pela Sra. Secretária, que este pacto para a década possa ser o primeiro passo para invertermos de vez aquilo que têm sido os indicadores do passado e para que haja, efetivamente, uma convergência e que possamos ter um sistema educativo que forme cidadãos, que os traga para a vida ativa, com competências e capacidade de serem empreendedores e de invertermos os ciclos de pouco crescimento que temos tido. E que possam permitir um efetivo crescimento e uma prosperidade económica e social na Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito rápida, ainda quero ficar com tempo para a declaração política do Partido Socialista, para dizer essencialmente duas coisas.

Em primeiro lugar, felicitar a Iniciativa Liberal por trazer este tema e considerar que é um tema fundamental. Nós temos que melhorar o processo educativo na nossa Região, bem como os nossos resultados. Isso é essencial para ganhar a batalha do desenvolvimento da RAA.

Em segundo lugar, dizer que o facto da IL estar empenhada no diálogo que foi lançado por parte do Governo Regional em relação à construção do novo paradigma e de um projeto credível na área da educação, um projeto participado por diversos agentes educativos e também pelo conjunto da sociedade, nomeadamente os partidos políticos, considero que é fundamental. E a Iniciativa Liberal mostrou aqui o seu total empenho neste diálogo que é algo absolutamente novo, porque com o anterior Secretário da Educação, este diálogo pura e simplesmente não existia. Inclusivamente, neste Parlamento, ao longo de 6 anos, foi aprovada uma iniciativa na área da educação que tivesse sido apresentada por outra força política que não o Partido Socialista. Só por aí se vê como é que o sistema estava fechado aos contributos da sociedade e aos contributos de outros partidos políticos.

Em terceiro lugar, dar-lhe os parabéns por também a Iniciativa Liberal ter mudado algum do seu paradigma inicial sobre esta matéria, porque ainda me lembro das suas propostas iniciais que colocavam os alunos universitários a pagar inteiramente os seus cursos.

Deputado Nuno Barata (IL): Isso é falso!

O Orador: E ficavam com uma dívida para o resto da vida.

Mas vejo que a Iniciativa Liberal já não mantém esse princípio programático e essa proposta. Portanto, é uma evolução que se saúda, Sr. Deputado.

Deputado Nuno Barata (IL): Não me obrigue a ser arrogante, Sr. Deputado Paulo Estevão! Isso é falso!

Deputado Berto Messias (PS): Grandes amigos, Sr. Deputado!

Deputado Paulo Estevão (PPM): Está no programa!

Deputado Nuno Barata (IL): Leia o programa todo. O programa tem de ser bem interpretado!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Intervenho nesta declaração política sobre uma matéria que é de facto importante – a educação – que a Iniciativa Liberal nos traz, bem como, sobre uma parte da sua intervenção relativa à elaboração da estratégia sobre a educação que o Governo promoveu.

Em primeiro lugar, começo por dizer que muito nos separa da IL, a nível programático. No que diz respeito à economia principalmente, mas não só, até nalgumas matérias da educação, muito nos separa. Mas, de facto, como é óbvio, cabem tanto as ideias do Bloco de Esquerda como as da Iniciativa Liberal naquele que é o espectro de opções legítimas que existem em democracia e os diferentes caminhos que o povo deve escolher para o seu futuro.

Essas diferenças que temos em relação à Iniciativa Liberal, não as deixamos de acentuar, só que elas são perfeitamente legítimas e cabem todas no mesmo espaço democrático, ao contrário do que acontece com outros partidos, como já aqui debatemos. E este é um ponto que gostaria de assinalar.

Pegando naquilo que estava a dizer, nós partilhamos dalgumas das preocupações ali proferidas por parte do Sr. Deputado Nuno Barata,

nomeadamente a respeito da carreira docente, à sua revisão do ponto de vista dos escalões, para que se eliminem normas que levam a que muitos professores estejam muitos anos na base da carreira; relativamente às infraestruturas, estou perfeitamente de acordo nessa matéria, bem como com muitas outras.

Discordamos, no entanto, duma ideia que o Sr. Deputado trouxe e que nos parece promotora duma iniquidade no acesso à educação, que é a ideia do “cheque em si”; uma ideia até algo romântica, porque poderá parecer, à primeira vista, que trará benefícios para todos, que promove uma ideia que é cara à IL, isto é, a concorrência entre escolas, mas que, na verdade, promove a concentração nas escolas com melhores condições, das classes sociais mais favorecidas; e nas escolas com menos condições, das classes sociais mais desfavorecidas. Essa ideia é contrária àquilo que consideramos que deve ser o princípio da escola pública, que é acessível a todos, que promove uma integração das diferentes classes sociais, que promove essa partilha do mesmo espaço e da mesma escola, promovendo, assim a melhoria da qualidade do ensino.

Isso para nós é fundamental. E só a escola pública o faz de forma mais democrática possível, porque a escola também é um espaço de democracia. Mas há muito mais do que isso que eu, por falta de tempo, não vou naturalmente abordar, mas há muito mais a fazer na escola. E sempre que somos convidados, como não poderia deixar de ser, nós contribuimos com ideias e propostas que já fizemos chegar ao Governo para a elaboração da estratégia para a década na área da educação. Seja em relação às questões mais do ponto de vista laboral, que são importantes, mas não as centrais nesta matéria, porque realmente as políticas da educação devem estar viradas e centradas nos alunos; com um enfoque muito importante no necessário e urgente(emergente) combate ao abandono escolar precoce; com o necessário aumento do apoio escolar...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Vai ficar sem tempo para falar sobre a declaração política do PS.

O Orador: Já vou terminar, Sr. Deputado Paulo Estêvão, não se preocupe. Dizia eu, do apoio escolar nas escolas, para que cada vez menos alunos – e isto é também uma fonte de desigualdade – não tenham que recorrer a explicações, porque muitos alunos e muitas famílias não têm como pagar essas mesmas explicações. E é a escola que tem que promover esse apoio escolar nela própria.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Qual é a sua sugestão, Sr. Deputado?

O Orador: Sr. Deputado Pedro Pinto considera que elas devem manter-se como estão, com as famílias a gastar centenas de euros para que os alunos tenham explicações. Considera que esse é um bom modelo e assim se vê a nossa diferença para com o CDS.

Muito obrigado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Vai dar indicações nas escolas?

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo Partido Socialista, o Sr. Deputado Rodolfo Franca.

(*) **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por dizer que o Partido Socialista entende que, sobre esta matéria, muito nos une e muito nos separa.

O que nos une, parece-me inegável, é o facto de que temos todos o objetivo claro de melhorar o sistema do ensino na nossa Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E muito bem!

O Orador: E, portanto, não há ninguém nesta sala, nem na nossa Região, que não concorde com esta lógica, porque este princípio é aquele que a todos nos une.

Porém, muito nos separa, desde logo, a palavra “pacto”.

Secretária Regional da Educação (*Sofia Ribeiro*): Isso não é sério, Sr. Deputado!

O Orador: Passo a explicar se me permitirem.

Secretária Regional da Educação (*Sofia Ribeiro*): Não é verdade!

Deputado Nuno Barata (*IL*): Estratégia não é pacto!

O Orador: Ah foi emendada a palavra “pacto? Já não é afinal? Pronto.

Desenvolvendo o raciocínio, quero com isto dizer que desde 2015 foi estabelecida uma estratégia para a década, no âmbito do ensino, na RAA – o Prosucesso.

Fazendo as contas, 10 anos, terminará em 2025. E, portanto, logo aqui há alguma contradição que, do nosso ponto de vista, é confuso compreender.

Se o Governo entende que é importante dar continuidade às políticas educativas – e penso que isso nos une, então como explica que pretende ignorar os últimos 3 anos da estratégia para a década, denominada de Prosucesso?

Secretária Regional da Educação (*Sofia Ribeiro*): Isso não é verdade!

O Orador: E, por inúmeras vezes, já tivemos oportunidade de demonstrar que contrariamente àquilo que V. exas. pretendem fazer crer, foi (com os seus problemas) um sucesso. E é por aqui que eu gostaria de pegar.

A nossa opinião, aliás como foi entregue à Sra. Secretária no nosso contributo para a década, é que tendo ela sido iniciada em 2015, deve a mesma ser repensada, refletida e não jogada fora.

Se a Sra. Secretária e esta Casa pretendem uma nova estratégia, não estamos de acordo. Concordamos, sim, em repensar o que está em cima da mesa, em trabalhar em conjunto, em traçar e fazer um novo diagnóstico para aprofundar aquilo que nos foi pedido. E não será a avaliação externa que temos também em cima da mesa, como princípio, que nos faz crer que essa avaliação de diagnóstico foi feita. A nosso ver, devemos começar então por uma avaliação diagnóstica, com alguma celeridade, mais tempo não achamos correto que deva

passar, aliás desde meados do ano passado que andamos a dizer que falta uma estratégia repensada da parte do Governo e agora é que ela apareceu, por isso entendemos que foi um ano perdido...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já lhe vou dizer o que é tempo perdido!

O Orador: ...em avaliações externas, em vez de se aplicar as medidas que se deveriam ter aplicado.

Entendemos, ainda, que devem ser traçadas metas, não apenas intermédias, como a Sra. Secretária há poucos dias referiu, mas sim um horizonte para o qual pretendemos atingir, sendo que posteriormente, as metas intermédias farão todo o sentido, quando tiverem sido traçadas nesse horizonte. Não nos parece também coerente nem lógico, a existência de metas intermédias, sem a existência dum objetivo final ao qual pretendemos chegar e que me parece que a Sra. Secretária não tem muito interesse em traçar.

Secretária Regional da Educação (Sofia Ribeiro): Isso não é sério!

O Orador: Posto isto, o Partido Socialista está disposto a trabalhar com tudo o que for necessário para que o nosso contributo possa ser positivo, no sentido duma melhoria do nosso sistema educativo, em todo ele. Mas não estamos disponíveis para encontrar estratégias que são, algumas delas, “remendos”.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Remendos?!

O Orador: E como ontem foi aqui dito, achamos que ao mexer nos diplomas e a repensar tudo isto, isso deve ser feito com consciência, com profundidade, com seriedade e não deve ser feito com algum populismo que tantas e tantas vezes vem para cima da mesa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Inacreditável!

O Orador: Para concluir, Sr. Presidente, queria ainda sublinhar que o Partido Socialista também destaca a educação como das áreas mais importantes para

serem aprofundadas, desenvolvidas e que estarão na base de levar a Região para patamares sociais – vamos dizer assim – que todos também pretendemos.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Délia Melo.

(*) **Deputada Délia Melo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, gostaria de começar por felicitar a Iniciativa Liberal por trazer a debate o tema da educação. E é de salientar que nós debatemos a educação num dia histórico para os Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade.

A Oradora: E é um dia histórico, porque a Região registou em 2021 a menor taxa de abandono escolar precoce.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): O que corre mal é culpa do passado, o que corre bem é mérito próprio! É preciso ter lata!

Deputado Francisco César (PS): Isso foi assim... caído do céu!

Deputada Ana Luís (PS): Essa taxa caiu do céu! Não houve um trabalho anterior?!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Isto é verdade. São factos.

A Oradora: Em dados divulgados hoje, nós estamos nos 23,2%.

Já lhe vou responder Sra. Deputada Ana Luis. E vou dizer que é fruto das políticas deste Governo Regional...

Vozes das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: ... que fez com que a taxa baixasse significativamente.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

Deputada Ana Luís (PS): Oh Sra. Deputada!

Deputado Berto Messias (PS): Deixem a Sra. Secretária Regional falar, que ela é que é ponderada!

A Oradora: Nós estamos a falar numa baixa de 14%, depois numa estagnação que se verificou na governação socialista.

É uma baixa histórica!

É a maior baixa de sempre!

Deputada Ana Luís (PS): Isso tem um nome, mas eu não vou dizer qual é!

A Oradora: É preciso, contudo, continuarmos sempre a trilhar o nosso caminho e a pensar na educação. Aliás, durante a auscultação dos diferentes partidos políticos e representações parlamentares a propósito do Programa Operacional e mesmo na Comunicação do Sr. Presidente do Governo Regional aqui esta semana, a educação foi eleita como um pilar basilar para alavancar a nossa sociedade para melhores indicadores sociais.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputada Andreia Cardoso (PS): A Sra. Deputada já percebeu porque é que fica difícil?

A Oradora: Aliás, em audiência a propósito do PO 20/30, o próprio Grupo Parlamentar do PSD, na pessoa do seu líder parlamentar, focou que a educação, na sua transversal a toda a sociedade, é aí que estão os mecanismos que permitem o desenvolvimento e o crescimento da sociedade.

Deputada Ana Luís (PS): Está tudo feito, não precisa mais nada!

A Oradora: é preciso, por isso, que a nossa ação presente, não esquecendo o passado, nunca deixe de pensar o futuro.

Por falar no passado, vem o Sr. Deputado Rodolfo Franca lembrar que já tinha sido delineada uma estratégia para a década, o tal Prosucesso de que tanto se falou nos últimos tempos. Mas continua convicto de que o Prosucesso foi, de facto, um sucesso, quando depois de largo debate, nós verificámos que há grandes lacunas que carecem de melhoria.

Deputada Ana Luís (PS): Mas isso não implica que não houve sucesso!

A Oradora: E este Governo já mostrou abertura suficiente para dizer e para aceitar que aquilo que vem bem feito do passado vai continuar, mas há que repensar aquilo que está mal. E, obviamente, não podemos continuar no caminho em que estávamos até agora. Tem de haver uma reflexão.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: E daí a abertura para o diálogo da estratégia da educação para a década.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: Obviamente que queremos inverter algumas situações.

Os dados que saíram hoje ainda não são aqueles que nós desejamos, por isso vamos continuar a trabalhar para que eles melhorem significativamente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): No final da legislatura falamos!

A Oradora: Mas não posso deixar passar esta oportunidade sem elogiar o trabalho que tem sido feito por este Governo Regional. E a prova mais recente disso, foi a abertura para o diálogo mostrado pela Sra. Secretária Regional da

Educação para, em conjunto, debatermos este tema tão importante para a sociedade.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: Foram todos convocados para se pronunciarem. Estamos à espera e todos nós devemos dar o nosso contributo numa ação construtiva e nunca destrutiva, como aliás, tem sido feito aqui várias vezes pela oposição.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem Sra. Deputada!

Deputada Ana Luís (PS): Vê-se, Sra. Deputada, que não é destrutiva!

A Oradora: A expressão da autonomia dos Açores tem de privilegiar a educação, como a forma de preparar as novas gerações para os desafios futuros. Daquela tribuna o Sr. Deputado falou nalgumas alterações significativas que precisam de acontecer. De facto, nós acompanhamos essa visão. E o Grupo Parlamentar do PSD já entregou, como de resto todos os outros, os seus contributos para a estratégia da década.

Falou-se aqui numa revisão de competências da educação básica, é essencial que assim se faça; é essencial capacitar os nossos jovens para as necessidades futuras, devido à evolução da tecnologia e do conhecimento. Portanto, temos de preparar as novas gerações para os desafios futuros.

Dizer, ainda, e agora de forma talvez mais clara, por que razão é que nós obtivemos esses resultados?

Esta baixa na taxa de abandono escolar precoce deve-se, mais uma vez, digo, às políticas educativas implementadas pelo Governo Regional. E quais foram essas políticas?

Deputado Sérgio Ávila (PS): Oficializaram o ano letivo em outubro!

Presidente: Sra. Deputada tem de terminar.

A Oradora: Estou a terminar Sr. Presidente.

Nós estamos a falar na recuperação das aprendizagens.

Estamos a falar na redução do número de alunos por turma nas disciplinas laboratoriais.

Estamos a falar no reforço em mais de 50% de professores de apoio.

Deputados João Bruto da Costa (PSD) e Carlos Freitas (PSD): Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Estamos a falar na articulação com a Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego, com um maior acompanhamento aos jovens, apostando na formação e na qualificação.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: Portanto, esta é uma evidencia da estratégia para a construção de políticas com resultados.

Teremos, então, de continuar a trabalhar em conjunto em prol da educação, em prol dos Açores.

Disse.

Deputada Ana Luís (PS): Os senhores não querem trabalhar em conjunto!

Deputado Berto Messias (PS): A sua intervenção é um atentado ao consenso político, Sra. Deputada!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo e não tendo tempo o Sr. Deputado Nuno Barata para encerrar esta declaração política, ela fica assim encerrada.

Vamos fazer um intervalo e regressamos às 12h15.

Eram 12 horas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos, dando continuidade às declarações políticas.

Eram 12 horas e 19 minutos.

Para tal, dou a palavra ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro para fazer a declaração política pelo Partido Socialista.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No passado dia 10 de janeiro, a Comissão Europeia tornou pública a ficha referente aos Açores de um estudo mais vasto, por ela elaborado, relativo ao impacto da Covid-19 nas regiões ultraperiféricas.

Este estudo tinha dois objetivos principais: dar uma análise aprofundada, baseada em evidências sobre o impacto, a curto, médio e longo prazo, da pandemia de Covid-19 nas RUP e também propor, baseados nessa análise, as medidas adequadas ao reforço da resiliência e da recuperação das RUP, na sequência dessa pandemia.

Esta ficha tornada pública em relação aos Açores, deve ser um importante elemento de análise e de ponderação, sobretudo naquilo que tem a ver com o caminho percorrido e com algumas propostas em relação ao futuro.

Na perspetiva do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a situação presente, em termos de Covid-a9, impõe-nos alguns cuidados e alguma reflexão.

Em primeiro lugar, termos presente que pese embora a duração desta pandemia que nos tem afetado, não pode nem deve ser um critério que force a Região a tomar medidas, sem a devida ponderação daquele que é o atual estado sanitário da Região. Por outro lado, é também uma medida sobre a qual devemos ter presente que aquele que é o conhecimento que, neste momento, se detém sobre o vírus SARSCOV-2, permite ultrapassar uma dicotomia entre medidas restritivas e medidas de outra natureza, centrando-se nestas últimas, na nossa opinião, a ponderação cuidada dos passos a seguir.

O atual momento e a situação presente, traz-nos algumas preocupações sobre aquilo que estamos a enfrentar. E essa preocupação tem a ver, sobretudo, com o facto que alguns dos limites das “linhas vermelhas” dos critérios que foram definidos pelo Governo Regional, estarem, no nosso entender, a ser ultrapassados, ou perigosamente perto disso. Refiro-me, não tanto em relação ao número de infetados, mas sobretudo, em relação ao número de internamentos e ao número de óbitos.

Temos razões para estar preocupados, sobretudo com um dado objetivo que não pode nem deve deixar de estar presente e que tem a ver com a elevada prevalência que existe ainda neste momento e que, segundo os últimos dados tornados públicos, a elevada prevalência – dizia eu – da estirpe *Delta* na nossa Região, face à estirpe *Ómicron*.

Esta situação impõe cautelas e cuidados, sobretudo para não seguirmos as medidas, e outras atuações, desde logo verificadas a nível nacional. Ou seja, o facto dos Açores serem a Região do País em que a estirpe *Delta* tem ainda uma

maior prevalência face à estirpe *Ómicron* e em virtude disso, o facto de ser uma estirpe que traz, potencialmente, maior dano à saúde do que a outra estirpe (*Ómicron*), é mais grave, impõe-nos cuidado, impõe-nos, sobretudo, uma grande frieza e cautelas naqueles que devem ser os passos a seguir. Sobretudo, é necessário ter presente este dado que nos parece essencial: nós não podemos definir medidas, nem devemos definir medidas, que partam dum princípio de que a situação nos Açores é igual à situação que se verifica noutras partes do País.

A elevada prevalência da estirpe *Delta*, pelo seu potencial de trazer como consequência uma maior pressão, que na nossa opinião já se está a verificar, sobre o Serviço Regional de Saúde, impõe precauções e cautelas acrescidas. Sobretudo, e mais uma vez, aspetos como a informação, a clareza e a capacidade de esclarecer e tranquilizar a nossa população, parecem-nos essenciais.

É por isso que aproveito também esta oportunidade para permitir e suscitar o esclarecimento de notícias que nos chegaram a nós, Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e que se afiguram particularmente preocupantes. Suscito esse assunto aqui, para permitir que, perante todos, também o Governo Regional tenha a oportunidade de esclarecer se assim é, se não é, se foi ou se está a ser.

Chegaram-nos notícias de que num hospital da nossa Região – o Hospital do Santo Espírito da ilha Terceira – foi, ou está a ser, dada uma orientação de juntar doentes Covid em enfermarias com doentes não Covid. O assunto é grave e merece, por isso, com sentido de responsabilidade, que o mesmo seja desmentido, se for esse o caso; esclarecidos os contornos em que foi tomado, também se for esse o caso, porque não podem restar dúvidas, que mantemos nesta matéria, um rumo certo e uma certeza. Daí deixar também no âmbito desta declaração política, a questão concreta:

- Tem o Governo Regional conhecimento desta situação?

- Se ela aconteceu, ou seja, se foi dada uma orientação de juntar doentes Covid e não Covid na mesma enfermaria, que critérios é que orientaram uma decisão desse teor e dessa natureza?

Mas o estudo que foi divulgado pela União Europeia, e voltando a ele, permite também uma análise quanto à forma como a Região, desde o início da pandemia de Covid-19, tem atuado, os nossos *pontos fortes* e os nossos *pontos fracos*.

Eu começaria por salientar alguns dos aspetos que o estudo elenca como positivos.

Em primeiro lugar, salientar a apreciação que é feita quanto ao bom andamento do processo de vacinação na nossa Região. Este é um elemento positivo em relação ao qual o Governo Regional deve manter o rumo que tem definido, corrigindo alguns aspetos que nos parecem importantes, seja na vacinação em si mesma, seja na relação entre a vacinação e testagem.

Um dos elementos que, quanto a nós, deve ser corrigido tem a ver com o que aconteceu com a reabertura das escolas, em que a testagem e a vacinação estiveram, na nossa apreciação, descoordenadas e de forma alguma articuladas.

Uma segunda apreciação que é feita nesse estudo divulgado pela União Europeia, tem a ver com as medidas de apoio social aos trabalhadores e às empresas. A apreciação que é feita nesse estudo, indica claramente que as medidas implementadas pelo Governo Regional e pelo Governo da República evitaram – e cito – “o colapso imediato do emprego na Região Autónoma dos Açores”. Esse tipo de atenção e de medidas, é um daqueles casos em que devemos também estar particularmente atentos, sobretudo porque como também deriva do estudo, um dos setores económicos de referência da nossa Região, como é o caso do turismo, foi e é um dos setores que ainda está a ser afetado por esta situação.

Relativamente às recomendações que são feitas, o estudo elenca, sobretudo, cinco as quais correspondem, na sua generalidade, a opções que foram tomadas no âmbito da preparação do Plano de Recuperação e Resiliência e que, da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, entendemos ser necessário reiterar e, por outro lado, acelerar a sua execução.

Presidente: Agradeço que termine Sr. Deputado.

O Orador: Já termino Sr. Presidente.

As medidas são, em primeiro lugar, as relativas à digitalização da Administração Pública; em segundo lugar, as de promoção dos Açores como local de trabalho remoto; a terceira relativa ao desenvolvimento da oferta ecoturística regional, sobretudo na componente do desenvolvimento de competências; o quarto relativo ao apoio ao setor leiteiro regional, para melhor realizar o seu potencial e aqui sinalizaria aquela que nos parece ser uma contradição entre este objetivo e essa medida e o programa financiado pelo Governo Regional de redução da produção; e, por último, aquilo que tem a ver com a diversificação do setor das pescas numa forma sustentável.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista traz, nesta declaração política, estes assuntos a esta tribuna e a esta câmara, porque entende que, pese embora aquilo que tem a ver com o tempo decorrido desde o início da pandemia, devemos manter-nos vigilantes e atuantes, mas sobretudo proativos, na prevenção não apenas daquelas que ainda hoje se verificam ser as consequências do ponto de vista sanitário desta pandemia, mas principalmente, sobre aqueles que parecem ser os efeitos económicos e sociais que ainda perduram e, rezeamos nós, ainda perdurarão.

Exortamos, por isso, o Governo Regional, exortamos, por isso, esta Assembleia a uma análise aprofundada do contributo que esse estudo traz, das intervenções que esta declaração política também pretende constituir como contributo para essa reflexão, de forma a podermos continuar a ultrapassar este vendaval que

nos assolou, esta tempestade que nos assolou e a precaver ao máximo os efeitos nefastos que ela pode trazer para a Região Autónoma dos Açores e para o povo açoriano.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Está feita a declaração política e estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Cumprimento o Sr. Deputado Vasco Cordeiro pela sua declaração política nesta sessão plenária de fevereiro e por nos trazer realmente assuntos que são da máxima relevância para o futuro dos Açores e para o povo açoriano. Mas permita-me, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que lhe faça também um reparo relativamente ao tom com que abordou a questão do combate à pandemia nos Açores.

Nós temos sempre que ter uma perspetiva de recolhermos, por um lado, todos os dados que estejam disponíveis e sejam fidedignos em relação às matérias relacionadas com a pandemia, à sua incidência e às suas consequências, desde logo e principalmente ao nível da saúde, que é certamente aquele fator que mais nos preocupa e a todos os cidadãos de há 2 anos a esta parte e, por isso, o reparo que faço é sobre o tom alarmista com que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro traz...um boato do qual ouviu falar.

Acho que a condição do Sr. Deputado neste Parlamento e na sociedade açoriana, obrigava a que se certificasse da veracidade da informação que traz e que é de alguma forma alarmista.

Eu não tenho os dados fidedignos nem o posso afirmar. Mas a informação que tenho é de que não é verdade aquilo que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro afirmou.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ele não afirmou!

O Orador: É a informação que tenho. E naturalmente o Governo Regional, ou o hospital que referenciou, poderá e deverá pronunciar-se sobre isso. Mas nós estamos a entrar numa fase muito diferente no lidar com esta pandemia, que também obriga a que as medidas adotadas sejam adequadas a uma realidade de saúde pública, social, económica e dos diferentes aspetos com que a Europa se tem debatido. E não podemos deixar de, primordialmente, dar atenção àqueles que são os especialistas e o aporte especializado sobre esta matéria, bem como o conhecimento que se vai gerando sobre ela.

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro traz outro tema, e para terminar esta questão de abordagem do tema da pandemia, acho que é mesmo essencial, é muito importante para a sociedade, para as relações sociais, para as relações entre pessoas, para o relacionamento entre todos nós enquanto cidadãos na questão da pandemia, que não haja criação nem de climas de dúvida, de incerteza ou de desinformação. E esse papel exige do Partido Socialista algum cuidado quando faz determinadas afirmações, seja neste Parlamento, seja em comunicados ou nas redes sociais, porque os atores políticos têm naturalmente uma projeção social e mediática que não pode deixar de ser atendida. E, portanto, lançar a dúvida, a incerteza ou o alarmismo...

Deputado José Ávila (PS): Tudo coisas que o senhor fazia!

O Orador: ...baseado em alguma desinformação, não é a melhor maneira de lutarmos contra este fenómeno da pandemia e dos Açores poderem avançar com a certeza de que estamos a fazer bastante naquela que é uma das regiões que tem conseguido bons resultados no combate à Covid-19.

Deputado José Ávila (PS): Tudo coisas que o senhor fazia! Quem não se lembra?

A memória é traiçoeira!

O Orador: Quanto ao relatório que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro citou e que foi central na sua intervenção, e à falta de melhor tempo, vou ler apenas o ponto 5 sobre as perspetivas futuras que salientou e que eu acho que não deixa de ser também animador: “atendendo aos dados disponíveis, considera-se que a economia dos Açores está numa trajetória de recuperação. O desempenho de vários indicadores, tais como o número de candidatos a empregos registado, o número de projetos de construção que são licenciados, o índice de atividade económica, sugerem que a situação socioeconómica regional já começou a melhorar. Caso essas tendências se mantenham, os Açores têm potencial para retomar o seu desempenho económico pré-pandémico em 2022. Por exemplo, as exportações do 1º trimestre de 2021 já eram superiores às do mesmo período de 2019, embora isso possa refletir parcialmente uma retoma das decisões de consumo adiadas. Indubitavelmente, a economia dos Açores encontra-se em recuperação” – fim de citação.

Presidente: Agradeço que termine Sr. Deputado.

O Orador: Já vou terminar Sr. Presidente.

Portanto, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, acho que é isto que nos deve motivar. Esta consciência de que temos a oportunidade de, já este ano de 2022, iniciar uma verdadeira retoma e estimular um índice de confiança na nossa capacidade de podermos retomar a vida normal, ainda que com os cuidados que são exigíveis atendendo à situação pandémica, mas que a sociedade e a economia açorianas e os Açores possam trazer mais desenvolvimento e criação de riqueza, atendendo também às medidas que têm sido implementadas pelo Governo Regional para que esse facto aconteça.

Isso deve estimular-nos, dar um clima de confiança e trazer aos açorianos uma mensagem de que estamos a conseguir libertar-nos deste problema económico, gerado por esta pandemia que tanto nos tem apoquentado.

É esta mensagem de confiança num futuro que já este ano possa trazer melhores resultados para os Açores e para os açorianos, que eu queria deixar nesta Casa, porque acho que é fundamental que o PS se possa juntar também para estimular a confiança dos açorianos no seu futuro.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros Governo:

Eu irei falar sobre três coisas daquilo que foi a declaração política do PS, uma das quais o PAN não tem qualquer conhecimento e que é a relacionada com os doentes Covid e os não Covid estarem exatamente na mesma sala. E como não sou um técnico nem especialista em termos de epidemiologia para saber o que deve ou não ser feito, não vou dar uma política. Irei, obviamente, buscar essa informação, pois parece-me que, enquanto cidadão, não é o mais adequado. Mas deixo reservas, porque não tenho informação nem sou a pessoa indicada para falar sobre esse assunto.

Depois temos outra coisa com a qual concordo e que tem a ver com a digitalização que foi uma bandeira extremamente forte por parte do PSD na campanha das regionais de 2020, em que o outrora candidato, e agora Presidente do Governo, reforçou bastante, e com razão, porque também era uma

bandeira do PAN pois veríamos que era o futuro, mesmo sem Covid, este apenas acelerou a necessidade, a nível mundial, para que a digitalização fosse algo extremamente importante, sendo que a própria União Europeia deu até uma grande abertura monetária, em relação à transição digital; mas, neste momento, acho que podemos fazer mais, porque não temos, pelo menos o PAN não tem, informação necessária para falar sobre a transição digital nos Açores. O que achamos é que há robustez dada no orçamento do ano passado e do orçamento para 2022 para a transição digital, mas não vemos da parte de quem está a fazer essa transição, a informação do que é que está a fazer. O PAN acha que não estão a fazer as transições necessárias em termos de digitalização. Talvez falte essa informação que nós não temos, porque não vemos absolutamente nada sobre a transição digital. Para nós, esse é um ponto extremamente importante e sem dúvida que nos pode colocar como um grande projeto piloto, a nível nacional, sobre a transição digital.

Portanto, pedia ao Governo que nos dê mais informação sobre este assunto, em que termos do que é que está a ser feito por parte do Governo sobre a transição digital.

Há outra coisa que foi dita pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro e que não é verdade: o leite. Ora, o leite dentro desta recomendação da ficha dos Açores sobre o estudo do impacto do Covid, nada diz sobre aumentar a quantidade de leite – nada diz. Diz, sim, para aumentar a proteção e bem-estar animal relativamente à vaca; diz para aumentar produtos orgânicos, neste caso, para que haja um produto de valor acrescentado e que é exatamente aquilo que o PAN defende, ou seja, que haja uma reconversão do setor e ela só pode ser feita com uma redução da produção de leite e com um produto de valor acrescentado. Não podemos nunca competir no mercado aberto, no mercado livre, após o fim das quotas leiteiras – que já sabíamos em 1998, 2003 e 2008 que iam acontecer – e todos os partidos fecharam os olhos em 2015.

Esta é uma verdade: temos que reduzir no leite, não conseguimos produzir pela quantidade. É impossível, porque não temos (quantidade) suficiente para uma Região tão pequena, de modo a conseguirmos competir com países dentro da União Europeia, ou mesmo fora dela. Só reduzindo a quantidade de cabeças de gado, a quantidade de leite e aumentar o valor acrescentado, é que vamos conseguir ter um valor económico um pouco acima daquilo que é esperado.

Por isso, as recomendações da União Europeia relativamente ao caso que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro falou, não é verdade, isto é, eles nunca dizem para aumentar a quantidade; dizem, sim, que temos de olhar para estes produtos de uma forma sustentável e orgânica. Não estou aqui a dizer que concordo ou não com isso, mas na verdade não diz nada daquilo que foi afirmado aqui, logo concordo com o que o Governo está a fazer, no sentido de que temos que reduzir o produto face a cada animal que dá o leite, seja leite ou derivados, e isso é que é sem dúvida o futuro que os Açores têm. Além disso, é preciso ter mais setores, não devemos ser apenas uma monocultura, é preciso que haja mais setores (não terciários) primários, nomeadamente a reconversão que podemos fazer para a horticultura, fruticultura, silvicultura e vitivinicultura.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Temos tanto potencial e tanta capacidade, mas mais uma vez olhamos unicamente para um só setor.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros Governo:

Relativamente a este relatório sobre o impacto da Covid-19 nas regiões ultraperiféricas, nomeadamente nos Açores, efetivamente há alguns dados que merecem a nossa atenção e a nossa profunda reflexão, porque não só são

preocupantes como decorrem naturalmente do impacto duma pandemia a nível global. E também temos que atender a que o facto de sermos uma região ultraperiférica, confere-nos algumas fragilidades que territórios num continente não terão.

Temos, por exemplo, problemas ao nível de subqualificação e competências gerais da população, mas isso já é histórico.

Também temos problemas de concentração excessiva de trabalhadores num número muito limitado de setores, mas isso decorre da dimensão da nossa economia e estão sinalizados no próprio relatório.

Também temos altas taxas de pobreza relativa, mas isso decorre da pequenez da nossa economia e do facto de estarmos isolados no meio do Atlântico e, com isso, haver dificuldades para a nossa economia.

Portanto, tudo isto são desafios que se colocam a este Governo e a esta Assembleia para trabalharmos conjuntamente, no sentido de reduzir cada vez mais todos estes fatores que nos condicionam diariamente e que já nos condicionam há várias décadas.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: No entanto, o relatório também nos confere algumas perspetivas animadoras, o Sr. Deputado Bruto da Costa referiu algumas. E, portanto, a União Europeia verifica que, neste momento, a economia dos Açores já está numa trajetória de recuperação e isso é otimista para nós, deve-nos estimular a continuar neste caminho; que a vacinação também está com uma boa taxa, tal como Sr. Deputado Vasco Cordeiro assinalou e isso é merecedor de destaque, resulta do esforço dos Governos, sobretudo do esforço e da abnegação dos profissionais de saúde, mas também da atitude dos açorianos que aderiram à vacinação, contribuindo duma forma muito ativa para lutarmos conjuntamente contra esta pandemia.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: E, portanto, devemos aguardar serenamente a sua evolução. Será prematuro andarmos aqui a declarar o fim da pandemia, como já verifica em alguns países da Europa...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

isso é um risco muito grande e transmite para a sociedade sinais que podem ter consequências muito graves, devemos ser muito prudentes nesta matéria, conservadores e, por isso, apelamos a que todos façam um esforço conjunto de união em torno deste esforço coletivo, porque todos somos poucos para vencer esta pandemia.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

(*) **Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo: A temática que a declaração do Grupo Parlamentar do Partido Socialista aqui trouxe é de facto, igualmente como a questão relativa à estratégia para a educação há pouco abordada, matéria relevante e que potencialmente nos une, no que diz respeito aos objetivos.

Tenho, por isso, enorme gosto em poder dar nota, não apenas aqui ao Parlamento, mas em jeito de reconhecimento às açorianas e aos açorianos, que sobre a problemática epidemiológica, a Região e o Povo dos Açores foram um bom exemplo de reação ao desconhecido, de preparação para as oportunidades

de solução, mas sobretudo, de avaliarem uma atitude e um comportamento que fizesse do excesso da prudência, uma aposta e uma repulsa à negligência na ação.

Por isso, sob o ponto de vista epidemiológico, o contágio e a propagação, fruto de bons comportamentos, foi nos Açores das mais baixas em relação ao País e a todas as suas regiões.

Sob o ponto de vista da preparação e dedicação dos profissionais de saúde, não há nada que dizer senão **gratidão** a todos os profissionais...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ...que em todas as unidades de saúde nesta Região, puderam dedicar-se para além do que era a sua obrigação ou mesmo para além dos recursos que lhes eram disponibilizados, porque fomos confrontados nessa altura, com faltas de stock em matéria de equipamentos de proteção individual e tantos outros necessários para poder reagir com mais prontidão. Mas, ainda assim, tudo fizeram para que pudéssemos ter no controle epidemiológico uma vantagem comparativa, em relação ao que acontecia no resto do País e na Europa.

Também é verdade que fruto desta dedicação, não estivemos, felizmente, em risco de colapso. E, por isso, no tratamento da doença, na preparação do que eram as disponibilidades para a cura, estivemos bem. E, por isso também, no País e na Região, fomos verdadeiramente aqueles que mais casos de óbitos tivemos e menos problemas de tratamento. E isto é bom.

Deputado Manuel Ramos (PS): Ao contrário!

O Orador: Menos casos de óbitos, obrigado pela correção. E então sinalizo e reforço esta diferença positiva nos Açores.

Igualmente no processo de vacinação, já um elemento que felizmente a ciência permitiu com rapidez, também fomos um excelente exemplo no País. O nosso processo de vacinação foi pioneiro na conquista de uma unidade comunitária,

com o exemplo (europeu) da ilha do Corvo e a potenciação que demos na valorização e na majoração da disponibilidade de vacinas para as ilhas sem hospital. Mais uma vez, o nosso povo aderiu. Não temos casos de negação relativamente ao processo de vacinação. E hoje temos, por isso, uma vacinação completa de cerca de 90% da população. A dose de reforço já atinge 45% da população. Estamos com um total de casos positivos onde 0,4% dos mesmos é que estão internados; e em cuidados intensivos estão 0,04%.

É, por isso, um momento de balanço positivo.

Ademais, fruto do próprio evoluir epidemiológico, também outra nota, esta variante que é mais transmissível, felizmente a que agora prevalece, é menos severa. Ora somos, por isso, também nessa matéria, cautelosos, apesar desta condição e temos tomado as medidas de prudência adequadas. E acompanhados, como sempre fizemos, com o aconselhamento científico. Fomos pioneiros na criação duma Comissão Especial de Acompanhamento da Luta contra a Pandemia, com especialistas na matéria e estivemos a fazê-lo bem e continuaremos a fazê-lo bem, com base nesta prudência.

Gostava de assumir, porque é bom também aceitar aquilo que corre menos bem, mas fruto da avalanche de telefonemas que aconteceram na linha de contato telefónico, com a procura excessiva e não prevista, que de facto criou algumas dificuldades. Mas encontrámos soluções, sob o ponto de vista de aplicações informáticas, para minimizar este problema que foi real quanto à disponibilidade do atendimento telefónico, com a prontidão máxima. No entanto, não entrámos em situação de colapso.

Presidente: Agradeço que termine Sr. Presidente.

O Orador: Para terminar, Sr. Presidente, e porque a temática é complexa e muito pertinente, sendo que implicaria muito tempo para um debate de tanta ação e tanta coisa que este XIII Governo realizou, tal como o anterior Governo

realizou também, nesta matéria, gostaria de contribuir para aliviar o percurso do boato.

Não é aceitável que possamos, no Parlamento ou em qualquer outro lado, adensar o boato em vez de clarificar as situações.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E, por isso, deixando uma palavra aos profissionais do Hospital do Santo Espírito da ilha Terceira, e aos seus dirigentes, de confiança no seu saber, na sua competência e na dedicação, para que evitem situações que não sejam compatíveis com a ciência e com a prudência. Confio.

Deputado Carlos Silva (PS): Não é isso que está em causa, Sr. Presidente!

O Orador: Pelo contrário, a informação que temos é que há efetivamente nas enfermarias 3 e 4 lugares ainda disponíveis para tratar – e é onde estão concentrados – os doentes positivos.

O que acontece muitas vezes é que podem entrar doentes internados que, por outras razões e outras comorbilidades, entram para tratamento hospitalar e, depois, verifica-se que estão positivos. E, nessa matéria, os circuitos são separados e são tratados devidamente.

Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Duarte Freitas): Muito bem!

O Orador: Aos profissionais do Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira a minha congratulação e confiança, em nome do governo.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Presidente do Governo.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

O PPM sempre olhou para esta questão do combate à Covid-19 e suas consequências, com sentido do dever e, sobretudo, como uma questão do regime autonómico.

Se tivéssemos falhado, nesta matéria, isso significaria o colapso do sistema autonómico. Se nós não tivéssemos a capacidade para, até em muitos casos, melhorar e ter uma resposta mais eficaz do que aquela que foi desenvolvida no território continental.

Por isso, este foi um desafio para a Região Autónoma dos Açores demonstrar as competências e as nossas capacidades, enquanto autogoverno. Também mostrar que o Povo dos Açores, os profissionais na área de saúde e toda a comunidade açoriana, teve a coragem e o empenho de enfrentar esta situação com a determinação que se lhe exigia e com espírito de solidariedade que é tão natural para as nossas gentes. Por isso, considero que este desafio foi, e continua a ser, ultrapassado com sucesso. Isto não quer dizer que não se continue a ter o mesmo rigor, a mesma capacidade de análise, a mesma determinação em ultrapassar estas dificuldades.

Mas olhando para a ficha da região ultraperiférica que é o tema que hoje nos trouxe o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, e o respetivo estudo de impacto da pandemia Covid-19 nas RUP, eu fico com a convicção que, de facto, tivemos sucesso.

Quero aqui ler o 2º parágrafo sobre as perspetivas futuras, está na página 25, para além do 1º parágrafo que já foi lido anteriormente pelo Sr. Deputado Bruto da Costa, que diz o seguinte: “O plano de vacinação contra a Covid-19 nos Açores avança a bom ritmo, alinhado com a tendência verificada no continente.

A flexibilização das restrições em conformidade, reforçaria ainda mais a recuperação económica especialmente no setor do turismo e da hotelaria, setores particularmente atingidos pelos efeitos negativos da pandemia”.

Ora, além de sinalizar a capacidade de recuperação e de que nos encontramos numa trajetória de recuperação económica, também se sinaliza aqui o bom ritmo do plano de vacinação. E também se sinaliza algo que o Governo já tem vindo a fazer e que é a adoção de medidas de flexibilização, que pode fazer com sentido de responsabilidade e não colocar em causa tudo o que já foi conseguido.

Presidente: Agradeço que termine Sr. Deputado.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

Por isso, eu considero que este desafio está a ser ultrapassado.

Gostava apenas, por uma questão de rigor em relação ao que disse o Sr. Deputado Pedro Neves, de fazer uma referência sobre o que vem dito na página 30 e que diz o seguinte: “Por conseguinte, seria fundamental aumentar as exportações do setor leiteiro da Região, continuando a melhorar a sua produção biológica e os elevados padrões de bem-estar animal”.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): A questão é fazer!

O Orador: Portanto, em resumo e para concluir, Sr. Presidente – já me advertiu nesse sentido – dizer apenas que temos de prosseguir o rumo da responsabilidade, do envolvimento do conjunto da comunidade, aceitando todos os contributos – todos os contributos são importantes, e também o contributo do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, devido às responsabilidades que já teve no passado, tem obviamente um conjunto de conhecimentos acumulados nesta matéria. E são conhecimentos e é um contributo que o PPM valoriza.

Deputado Gustavo Alves (*PPM*): Muito bem!

O Orador: Quero apenas dizer-lhe que esta é a postura que o PPM teve, e V. Exa. poderá testemunhar, quando não integrava o Governo. E, portanto, continuamos a mesma postura na oposição e agora que estamos numa situação diferente.

É necessário o sentido de responsabilidade, união, solidariedade e acreditar na determinação do povo açoriano para ultrapassar esta situação. E não é só acreditar, não é uma questão de crença, são os factos, são os relatórios que demonstram que é isso que está a acontecer.

Deputados Gustavo Alves (PPM) e Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muto obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves para uma interpelação.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu só queria pedir ao Sr. Deputado Paulo Estêvão que me faculte essa página 30, porque a minha página que é em inglês sobre o relatório dos Açores, eu não tenho mesmo nem tenho acesso a isso. Eu estou a ver no site da União Europeia e na página 30 não está isso, por isso gostava que me facultasse, pois, a informação que eu tenho em termos das recomendações da União Europeia nunca falam da quantidade.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado. Está registada a sua interpelação.

Não havendo mais pedidos de intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro para encerrar esta declaração política.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo: Em primeiro lugar, agradeço os esclarecimentos e as intervenções que foram feitas a propósito da declaração política feita pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Obviamente que não posso deixar de abordar nesta conclusão, o reparo feito pelo Sr. Deputado João Bruto da Costa em dois pontos. O primeiro ponto é que estou sinceramente convencido de que a forma de abordar aquilo que foi desmentido pelo Sr. Presidente do Governo foi esta, porque isso permitiu exatamente isso. A questão foi colocada aqui e foi esclarecida aqui.

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Pior seria, na análise que fiz, se tivesse feito um requerimento, deixando pairar exatamente a questão. Não. Foi colocada aqui a questão e foi desmentida pelo Sr. Presidente do Governo. E portanto, julgo que isso contribui para o esclarecimento desta questão, de que é falso o rumo, o boato ou a informação que nos chegou de que no Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira tenha havido a mistura de doentes Covid com doentes não Covid. Acho que isso é essencial.

O segundo ponto que lhe posso dizer, Sr. Deputado e Sr. Presidente, é que nunca (nunca se diz nunca), não foram muitas vezes em que eu tenha ficado tão satisfeito e tão feliz por ter sido desmentido tão prontamente.

Relativamente a outros aspetos da intervenção que foi aqui referida, há um dado que é essencial, ou seja, nós não podemos esquecer que pese embora a circunstância da ficha relativa aos Açores ter sido divulgada no passado dia 10 de janeiro, o relatório de onde foi retirada essa ficha, é de 31 de outubro. E o próprio relatório, ou seja, previamente a toda esta renovada tempestade da Ómicron. Esse relatório é claro quando diz que: “No entanto, a insularidade dos Açores torna o ritmo da recuperação incerto em comparação com Portugal

continental e a EU como um todo. As incertezas – continuo a citar – relacionadas com a evolução económica global e a Covid-19, por exemplo, novas variantes mais contagiosas, restrições persistentes às viagens, continuarão a afetar a economia regional. Por exemplo, o setor do turismo sofreu um duro golpe em 2020. As tendências atuais dos dados disponíveis, tais como o número de passageiros das companhias aéreas e os rendimentos do alojamento turístico, sugerem que é pouco provável que se recupere totalmente até 2023, na melhor das hipóteses” – fim de citação.

Neste relatório eu não valorizo, particularmente, essa parte, porque ele foi feito na altura em que foi feito e a situação evolui. Valorizo a apreciação positiva que é feita em relação às coisas que estão a ser bem feitas, valorizo aquilo que são indicações para o futuro. E, portanto, desse ponto de vista, julgo que é esse, sobretudo, o sentido do relatório, mais do que a apreciação datada de algumas considerações que o mesmo faz, por exemplo, nestas citações que acabei de fazer, como na citação que o Sr. Deputado João Bruto da Costa acabou de fazer. Para concluir, a mensagem que eu gostaria de transmitir é, sobretudo, uma mensagem de prudência e de cautela, porque efetivamente a situação nos Açores, do ponto de vista da incidência da Ómicron e da Delta, na relação entre esta última e a primeira, é diferente. E, infelizmente, eu acho que nós temos tido a prova disso. A Delta provoca uma pressão potencial sobre o Serviço Regional de Saúde que, felizmente, a Ómicron não provoca.

Mias o que a questão do número de infetados, o que me preocupa, neste momento, é a questão das hospitalizações e dos óbitos. E julgo que esses são dados que reforçam a necessidade desta cautela, porque realmente se nós tivéssemos a prevalência da Ómicron que existe no continente ou noutras partes do País, provavelmente a pressão que agora existe quer em termos de internados, quer na trágica consequência de óbitos, seria melhor. Mas isso não está na mão do Governo Regional controlar. Não é o Governo Regional que

determina se temos mais Ómicron ou menos Ómicron. Mas já é o Governo Regional que define as medidas que devem ser aplicadas. E o que eu gostaria de dizer é que esse dado parece-me essencial. E, portanto, cautela, prudência nesta avaliação. Oxalá que nós tivéssemos já na fase de concluir pelo fim da pandemia, mas aí eu junto a minha voz à voz do Sr. Deputado Pedro Pinto: cautela, porque nós ainda estamos no meio dum temporal, no meio duma tempestade e é importante termos a consciência disso, sob pena de deitarmos a perder tudo aquilo que foi alcançado até este momento.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Está encerrada esta declaração política.

Vamos encerrar os nossos trabalhos para o almoço. Regressamos às 15 horas.

Bom almoço a todos.

Eram 13 horas e 12 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias e Sr. Secretário Regional, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos com a agenda.

Eram 15 horas e 05 minutos.

Presidente: Ao abrigo do Artigo 81º do nosso Regimento, o Sr. Deputado Independente solicita a palavra para apresentação em plenário do Projeto de Resolução n.º 93/XII - “**Criação de Mecanismo Compensatório Para o Setor dos Lacticínios**”.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado para a apresentação da iniciativa. Dispõe de 10 minutos.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Indep.*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A nossa Região sempre foi reconhecida pela qualidade dos produtos que produz. Nunca foi reconhecida pela quantidade, por motivos óbvios. Mas a qualidade dos produtos foi sempre a nossa imagem de marca, também ela reconhecida nos produtos de laticínios comercializados e produzidos na Região. Prova disso mesmo, é que em 1968 a Prolacto instalou uma unidade de produção nos Açores que teve como objetivo, a compra e transformação dos produtos lácteos, produzidos na Região, valorizando assim seguramente os produtos que essa mesma empresa comercializa.

Mais tarde, também na nossa Região e concretamente na ilha de S. Miguel, o grupo francês BEL fez avultados investimentos com a aquisição, transformação e modernização duma unidade de produção já naquela altura existente em S. Miguel.

Fica desta forma provado que o reconhecimento dos nossos produtos não é só uma imagem ou uma ideia que o nosso povo com orgulho ostenta, mas também por aqueles que vieram até ao meio do Atlântico para comprar, transformar e comercializar os produtos lácteos produzidos na Região.

Todavia, há a salientar outros elementos relacionados com a produção do setor dos laticínios na Região. Nos últimos, também, os operadores e produtores agrícolas tiveram de realizar avultados investimentos para, a partir daí, obterem outros resultados em quantidades, em higiene e segurança na produção dos produtos que produzem, mas também na valorização dos seus ativos e que representam ainda hoje, infelizmente, elevados custos com encargos financeiros que hoje tornam-se quase incomportáveis de manter, pelo facto de estarmos na presença de elevados custos de produção que foram exponencialmente

agravados nos últimos meses, pelo custo dos combustíveis, dos cereais e de toda a máquina que envolve a produção agroalimentar desses produtos.

O que é certo é que essa perda de rentabilidade económica trouxe motivos quase insustentáveis para a lavoura açoriana. E temos de ter em consideração que se não forem tomadas medidas urgentes para combater esse grave problema que assola os nossos produtores agrícolas, podemos estar no início do fim de algo que nos é muito caro: a produção agrícola na Região, especificamente a que está relacionada com o setor leiteiro.

Não fossem esses já motivos mais do que preocupantes para este setor, temos ainda a agravante de que as indústrias transformadoras da Região estão altamente dependentes daquelas que são as grandes cadeias de distribuição a nível nacional.

É por isso que temos que olhar o problema, tentando encontrar soluções.

Obviamente que na presença desta situação, já existem linhas de pensamento, algumas das quais apontam para a redução da produção, outras que optam por outro modelo, nomeadamente pela diversificação da produção, como por exemplo, produzir menos leite e mais produtos transformados como o queijo, onde o País atualmente ainda não é autossuficiente em termos de produção, mas claro está que qualquer medida que seja tomada neste sentido obedecerá, obviamente, a algum tempo para a sua implementação.

No entanto, o setor dos laticínios não pode esperar mais e precisa de medidas urgentes para colmatar esse grande problema de insustentabilidade que hoje se vive neste setor.

É preciso ainda atendermos ao facto de que o setor leiteiro, por si só, representa muito da economia regional. E que o insucesso desta atividade económica representará certamente graves problemas e constrangimentos para toda a economia regional.

Por isso, é desta forma que independentemente da profissão que cada açoriano tenha, não pode dissociar-se que o bem-estar da sua vida depende também do sucesso desta atividade.

Tendo presente esta realidade, e considerando que o Tratado de funcionamento da União Europeia, no seu Artigo 349, prevê a possibilidade de criar mecanismos diferenciadores para as regiões ultraperiféricas e onde se enquadra este tipo de situação que temos, ou seja, que a nossa economia para além de todos os constrangimentos duma região ultraperiférica, ainda depende (e de que maneira) deste setor.

Como dizia, considerando essa janela de oportunidade que representa esse Artigo 349 do Tratado de funcionamento da EU, apresento aqui um Projeto de Resolução, utilizando para o efeito um mecanismo europeu que é o POSEI, possa a partir daí considerar esse mecanismo que será um mecanismo compensatório do preço de produção do leite pago atualmente ao produtor na Região.

Bem sabemos todos que o preço pago ao produtor diferencia, e muito, da média paga na EU. E, no fundo, este mecanismo o que pretende é exatamente criar uma compensação para que os produtores de leite dos Açores possam, no mínimo, ter um preço igual àquele que é praticado em média na EU.

Por isso, este Projeto de Resolução tem como primeiro ponto resolutivo a criação duma subcomissão da Comissão de Economia, com o objetivo de desenvolver os esforços necessários junto da Assembleia da República, do Ministério da Agricultura, da Comissão do Parlamento Europeu da Agricultura e Desenvolvimento Rural, do Parlamento Europeu e da própria Comissão Europeia, no sentido de sensibilizar para este grande problema que é a falta de sustentabilidade do setor dos laticínios nos Açores.

Daí, apelo que esta Casa considere este Projeto de Resolução como algo muito importante para que se melhore os padrões de vida nos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Está apresentado o diploma.

Dispõe o nosso Regimento de um período para pedidos de esclarecimento.

Pergunto se há algum pedido de esclarecimento?

(Pausa)

Parecendo não haver, vamos então avançar na nossa agenda com o ponto n.º8, **Proposta de Resolução n.º 4/XII – “Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano 2020”**, uma iniciativa apresentada pela Mesa da ALRAA e que foi elaborada pelos serviços, como é habitual nos termos da nossa Orgânica.

O relatório foi elaborado pela Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Foi aprovado por unanimidade. E distribuído por todos.

Pergunto se há algum pedido de esclarecimento?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação desta Proposta de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A Proposta de Resolução n.º 4/XII foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Avançamos para o ponto n.º9 da nossa Agenda, **Petição n.º 8/XII – “Pela preservação da zona costeira de São Vicente Ferreira”**, apresentada por Blanca Martín-Calero Medrano, na qualidade de primeira subscritora.

Rege esta matéria o Artigo 192º do nosso Regimento.

Os tempos aprovados pela Conferência de Líderes são de 8 minutos cada grupo e representação parlamentar; e de 5 minutos para o Sr. Deputado Independente, para apreciação da Petição.

Iniciamos com a apresentação do relatório. Para o efeito tem a palavra a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares, relatora da Comissão. Faça favor Sra. Deputada.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER

PETIÇÃO N.º 8/XII - “PELA PRESERVAÇÃO DA ZONA COSTEIRA DE SÃO

VICENTE FERREIRA”

18 de janeiro de 2022

INTRODUÇÃO

A Comissão Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável reuniu no dia 8 de novembro de 2021, na Delegação da Assembleia Legislativa na ilha São Miguel e ainda com recurso a meios telemáticos, para apreciação e relato sobre a **Petição n.º 8/XII – “Pela preservação da zona costeira de São Vicente Ferreira”**.

A presente Petição reúne um total de 908 (novecentos e oito) assinaturas, tendo como primeira subscritora Blanca Martín-Calero Medrano, e deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a 19 de maio de 2021. Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores, a referida Petição foi remetida à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, por se tratar de matéria da competência desta – *ambiente*, conforme determina o artigo 2.º da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º

1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pela Resolução n.º 49/2021/A, de 11 de agosto e pela Resolução n.º 52/2021/A, de 25 de outubro.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa e exerce-se nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na atual redação.

A apreciação da Petição e a elaboração do respetivo relatório cabe à Comissão Especializada Permanente competente em razão da matéria, nos termos do disposto nos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

CAPÍTULO II

ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua redação atual) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido Regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade, em reunião do dia 28 de junho de 2021, tendo tal decisão sido comunicada formalmente à primeira subscritora.

CAPÍTULO III

OBJETO DA PETIÇÃO

Os Peticionários vêm, através deste instrumento e em defesa da preservação da zona costeira de São Vicente Ferreira, expor os motivos para que não se avance com a construção prevista dos dois novos empreendimentos turísticos de grande dimensão junto à zona dos Poços de São Vicente Ferreira (dois hotéis de cinco estrelas, um na rua dos Poços-caminho da Beira Mar, com 208 camas, e outro no espaço da antiga fábrica da Baleia, com 92 quartos e 5 apartamentos de luxo) a uma distância de um quilómetro um do outro, tendo em conta, segundo os peticionários, o seguinte:

- “1. Que já existe suficiente oferta de alojamento turístico de grande dimensão na envolvente imediata e próxima (Vale do Navio, Açorsonho, Pedras do Mar), além de outros de menor dimensão (Whalesbay Hotel, São Vicente Lodge Atlantic Retreat, Quinta de Nossa Senhora de Lourdes, Lodge Natur Zen, Solar do Conde, ...) e uma numerosa oferta de alojamento local que, no conjunto, oferecem um número de camas considerável e adequado à capacidade de carga da zona.
2. Que a zona balnear dos Poços e rede viária da área envolvente já sofrem uma forte pressão, sendo impensável que nesta zona possa haver mais movimento de pessoas e circulação de veículos sem alterar de uma forma significativa as características do espaço, para além de resultarem em constrangimentos significativos para quem usufrui desta zona, quer sejam residentes na ilha, quer sejam visitantes.
3. Que hotéis com esta dimensão respondem a um tipo de turismo mais intensivo, o que na Região, segundo as políticas e estratégias recentemente adotadas nesta área, não se revela coerente, pois é defendido, e promovido de base, um turismo de natureza num destino sustentável (e certificado), para o qual empreendimentos com estas características (especialmente dimensões / capacidade) não contribuem, pois é sabido que hotéis desta

dimensão e características / serviços são bastante mais ineficientes e consumidores de recursos, com uma elevada pegada ambiental.

4. Que hotéis com estas especificidades arquitetónicas e de volumetria resultam em situações de dissonância visual e paisagística muito significativas numa área como a desta bacia litoral da costa norte, não sendo assimiláveis em termos paisagísticos pela estrutura urbana e rural que caracteriza este troço da costa da ilha de São Miguel, e que apresentaram uma grau de exposição paisagístico bastante considerável a partir de diversos pontos de interesse paisagístico, resultando numa situação de degradação da qualidade visual e paisagística (sendo o exemplo mais próximo o do miradouro existente no morro das Capelas, mas que terá igual efeito a partir de outros pontos / miradouros), característica esta pela qual é muito procurada precisamente este troço de costa.
5. Tendo em conta a política relativa à gestão da paisagem e as características dos hotéis em apreço, estes vão desvirtuar, por diferentes motivos, a paisagem que se propõem integrar, especialmente pela sua dimensão e, no caso do hotel da Rua dos Poços-Caminho da Beira Mar, pelas características orográficas do terreno que obrigará a uma alteração significativa do mesmo. No caso do hotel que ocupará a antiga fábrica da Baleia, deveria respeitar os traços e características da arquitetura vernacular considerada como característica da zona envolvente, bem como a singularidade cultural e histórica do local onde vai surgir (antiga fábrica da Baleia cuja chaminé em avançado estado de degradação corresponde a uma das raras estruturas alusivas a esse património cultural quer da ilha, quer da Região, ainda existentes na ilha). De facto, verifica-se que este empreendimento, a surgir tal como está atualmente projetado, resultará num elemento completamente desproporcionado e dissonante com o resto da

estrutura e malha mista urbana e rústica daquele local, situação que questiona o cumprimento da legislação, nomeadamente:

- a) A alínea c) do nº5 do DLR 17/2019 de 24 de julho, no que se refere à integração arquitetónica e urbanística das propostas dos dois empreendimentos hoteleiros.
- b) O DLR 35/2012/A de 16 de agosto, no que se refere à proteção da paisagem.
- c) O DLR 15/2012/A de 2 de abril, no que se refere às funções de interesse público que a paisagem desempenha, nos campos cultural, ecológico, ambiental e social, como recurso favorável à atividade económica, quando respeitada, o que não acontece nos dois empreendimentos hoteleiros.
- d) A Resolução do Conselho do Governo Regional n.º 135/2018, de 10 de dezembro, que adapta à Região Autónoma dos Açores a Convenção Europeia da Paisagem, que refere os objetivos e orientações para a gestão da paisagem, cujas propostas arquitetónicas dos dois empreendimentos hoteleiros não salvaguardam.
- e) A alínea d) do art.º83º do Plano Diretor Municipal de Ponta Delgada, relativamente aos seus parâmetros de construção.”

CAPÍTULO IV

DILIGÊNCIAS EFETUADAS

A quando da deliberação das diligências a efetuar no âmbito da presente Petição, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho decidiu solicitar parecer por escrito à Câmara do Comércio de Indústria de Ponta Delgada e às organizações não governamentais de ambiente nos Açores oficialmente registadas, designadamente: Associação Ecológica Amigos dos Açores; AFAMA - Associação Faialense dos Amigos dos Animais; ALERTA -

Associação do Escotismo Católico dos Açores; ACDRG - Associação Cultural, Desportiva e Recreativa da Graciosa; AJITER - Associação Juvenil da ilha Terceira, Associação Os Montanheiros; Associação Asas do Mar - Instituto de Ornitologia Marinha dos Açores; AZORICA - Associação de Defesa do Ambiente; AZULINVADE - Associação Ambiental; CNE - Escotismo Católico Português - Junta Regional dos Açores; Gê-Questa - Associação de Defesa do Ambiente; Norte Crescente - Associação de Desenvolvimento Local; OMA- Observatório do Mar dos Açores; QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza Núcleo Regional; TRYBIO - Associação de Produtores e Consumidores de Agricultura Biológica e SPEA - Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves.

Foi rececionado o parecer da AFAMA - Associação Faialense dos Amigos dos Animais, o qual se anexa ao presente relatório e dele faz parte integrante. Por seu turno, a TRYBIO - Associação de Produtores e Consumidores de Agricultura Biológica informou a Comissão que não procedeu à emissão de parecer, por se tratar de matéria que “não se enquadra no fim da Trybio definido estatutariamente”.

A Comissão deliberou igualmente ouvir em audiência presencial, a primeira subscritora da Petição, o Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, a Presidente de Junta de Freguesia de S. Vicente Ferreira e o membro do Governo Regional com competência na matéria.

Da Audição à primeira subscritora, ocorrida a 7 de outubro de 2021:

Peticionária Blanca Medrano, que iniciou a exposição e apreciação genérica do objeto da Petição, tendo a mesma referido que, esta petição foi assinada por 1000 pessoas pedindo que se preserve a Zona Costeira de S. Vicente Ferreira, depois de anunciada a construção de dois hotéis de grandes dimensões a uma distância muito próxima um do outro, sendo um a ocupar o espaço da antiga

fábrica da baleia e outro no Caminho dos Fenais da Luz quase a 1 km um do outro e sendo do conhecimento dos peticionários que terão mais de 200 camas. Disse ainda já haver muito alojamento turístico de grande dimensão na zona e que tem de se ter em conta o hotel Vale do Navio, o Açor Sonho que são de grande dimensão e também os mais pequenos, e termos que ter em conta o número de camas que há na zona.

A zona Balnear dos Poços sofre grande pressão sobretudo no verão onde vão várias pessoas constantemente tomar banho e com mais pessoas a frequentar aquele lugar vai ser impossível ali viver, além do que, o parque de estacionamento está constantemente cheio.

Estes hotéis não correspondem à política do Governo que é de considerar a Região como destino sustentável e como pretendemos ter esse turismo sustentável e de natureza se depois são aprovados grandes empreendimentos de dimensões desproporcionadas que além de trazer um fluxo imenso de pessoas que consomem muitos recursos vão poluir o ambiente, além de que nesses tipos de projetos não estão consideradas estas exigências.

Referiu ainda que os hotéis em causa têm uma volumetria brutal e vão ter grande impacto na paisagem. O POTRAA (Plano de Ordenamento Turístico da RAA) estar suspenso há alguns anos por estar obsoleto, mas houve alteração à suspensão e acolhe como medidas em conta, o respeito pela convenção da paisagem, e nenhum dos dois respeita essa convenção.

Um deles é inserido na zona plural que vai ter um impacto brutal e outro na fábrica da baleia que a sua arquitetura em nada se coaduna com a malha urbana e não cumpre a legislação.

Vistos os processos dos hotéis especificamente há o incumprimento do PDM no que diz respeito ao Hotel *Oceans Dream* o que fica entre S. Vicente e Fenais da Luz onde parece que o projeto tem cinco pisos na zona em que o PDM

permite apenas 3 pisos e ainda excede o índice de construção que está no PDM, sendo certo que a Direção do Turismo só aprovará se for cumprido o PDM.

A peticionária pediu a junção dos documentos, da memória descritiva e o parecer do arquiteto da Câmara, como o projeto não cumpre os requisitos do PDM.

Pela Deputada **Sabrina Furtado do PSD** foi referido ficar registada a gravidade da violação do PDM num processo dessa envergadura e, que este processo deve ser objeto de reavaliação e tendo em conta a pressão existente na zona balnear, se não devíamos caminhar para um processo de requalificação tornando-a mais aprazível.

Pelo **Deputado do PAN, Pedro Neves**, foi feito o agradecimento à peticionária pela apresentação da iniciativa e referiu estar tudo dito em relação à violação ao PDM, e esta pretensão de fazer este tipo de empreendimento nos Açores nada ter a ver com o plano dos Açores, relativamente ao turismo sustentável e que somos contra este tipo de empreendimento e que este não deverá ser viabilizado.

O Deputado do BE António Lima, cumprimentou os peticionários que vieram levantar questões de problemas que põe em risco o modelo de desenvolvimento da Região, que do ponto de vista turístico, é um modelo que está mais no papel do que na realidade. Uma vez que o papel aceita tudo o que são palavras no que diz respeito à sustentabilidade, mas o que se vê não tem adesão aos documentos orientadores, ou seja, a violação dos princípios é quase sempre a regra.

Continuou ainda o Senhor Deputado dizendo que, há nesses projetos um tipo de construção tanto pelo número de camas como pelo enquadramento referido na petição que não está adequado à zona e mais uma vez, há que alertar a sociedade em geral para os problemas que podem advir para a construção deste tipo. Já aconteceu no passado e de tempos a tempos nota-se que já não são intenções, mas sim concretizações.

Referiu ainda o Senhor Deputado António Lima, que o ano passado foi proposto pelo BE no orçamento do ano passado a suspensão de todas as autorizações para hotéis com mais de 25 camas, pois sem a existência do POTRAA nós estamos totalmente dependentes da vontade do governo em autorizar ou não os novos empreendimentos, que é uma decisão política e como se vê não tem em conta as linhas orientadoras e a própria Legislação desta matéria. Esta autorização, destes hotéis e outras têm sido autorizadas, mas estas construções são autorizadas, conforme a vontade clara do Conselho do Governo.

Foi feita a pergunta pelo mesmo Senhor Deputado, sobre que tipo de construção é que estamos a falar que ao nível da volumetria, mas também, a nível de arquitetura e materiais e do enquadramento que esses hotéis têm naquela zona em que estamos a falar para que conste do relatório.

A petionária respondeu que sobre a volumetria do hotel da fábrica da baleia que no início projetaram 4 pisos, houve parecer negativo da Câmara e reduziram para 3 pisos, e circula pelas redes sociais que o estudo arquitetónico é uma construção moderna, sem distintivo nem penso, que tenha espaço, tendo mais a ver com estética. Disse ainda que o outro hotel está num terreno muito acidentado e muito regular e ocupa o espaço, fazendo 5 pisos, dois dos quais, estão abaixo da soleira e os outros três estão acima e ocupa praticamente toda a frente do terreno, e vai ter um impacto visual na paisagem.

À segunda pergunta do Deputado António Lima do BE, quanto ao hotel que está na zona da fábrica da baleia disse que gostaria de perceber os poucos vestígios restantes, se há alguma preocupação à memória dessa fábrica da baleação, e se há algum enquadramento do ponto de vista arquitetónico daquele espaço com a história da caça à baleia, da baleação e da fábrica que ali existia e que infelizmente só restou a chaminé.

À pergunta respondeu a peticionária que de facto vão preservar a chaminé e a hélice, e vão fazer um núcleo museológico dento do hotel, o que pensam ser um absurdo e a política de proteger a baleação da zona é pintar os guinchos e por umas casinhas em cima e que teria de ser verdadeiramente interessante preservar a fábrica e que acham que não fica salvaguardada.

No uso da palavra a **Deputada Valdemira Gouveia do PS**, referiu congratular-se com a iniciativa por corresponder a um direito fundamental consignado na Constituição da República Portuguesa, no seu artº 52º. Acrescentando que, com o *boom* turístico que tem havido nos Açores, a procura de alojamento, por parte de quem nos visita, certamente o que é inevitável não pressupõe autorizar todos os projetos nem igualmente inviabilizá-los, no entanto temos sempre que analisar com muito cuidado, através das entidades próprias e do Conselho do Governo.

Questionou ainda a Deputada Valdemira Gouveia do PS, se na petição não deve ser construído nenhum hotel naqueles locais, ou apenas pretendem redefinir o que pode ser construído?

A peticionária respondeu que com a petição não querem dizer que naquela zona não deve haver hotéis e que não querem turismo, mas sim, o que deve ser adequado, ou não, naquela zona, ou seja, é uma questão de dimensão e de contextualização. Disse ainda que naquela zona existem centenas de camas que não são ocupadas durante o ano, para quê construir mais! Mas, se quiserem construir, porque não construir empreendimentos de adequada dimensão, pequenos empreendimentos onde exista tal sustentabilidade, que possam empregar pessoas que fiquem lá o ano todo e que não dependa do fluxo massivo que vai e vem que dependa de sazonalidade. A continuar assim nós vamos estragar as nossas ilhas.

O turismo é um motor económico, e deve ser potenciado, mas que turismo queremos. Queremos um turismo de massas ou um turismo sustentável?

Se estas políticas não são sustentáveis para as pessoas, também não são para o turismo.

Os políticos terão de pensar seriamente e o POTRAA, deve ser aprovado, porque se continuarmos assim acaba tudo e o que estiver feito, não voltamos atrás. É irreversível.

Pela Presidente da Comissão, Barbara Chaves foi dito que uma vez não estarem inscritos mais deputados para esclarecimento, então esta petição seguirá a tramitação normal na Comissão e seguirá para plenário para análise.

Da Audição ao Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, ocorrida a 8 de novembro de 2021:

O Senhor Presidente da Câmara, Pedro Nascimento Cabral, iniciou a sua intervenção referindo a distinção de dois planos sendo um jurídico legal e um plano estritamente pessoal.

Relativamente ao plano jurídico-legal, entende ser o edifício jurídico sobre o qual foi construída a legítima expectativa dos empresários que decidiram iniciar e investir no projeto. Da documentação que teve acesso todos os pareceres, do ponto de vista jurídico-legal, foram positivos, desde a Câmara Municipal de Ponta Delgada, já que não violava o Plano Diretor Municipal (PDM), do Turismo e, portanto, do ponto de vista jurídico-legal não há nenhum obstáculo que possa efetivamente impedir a construção da unidade hoteleira em causa.

Por outro lado, salienta que há também um conceito fundamental, que é o conceito de uma expectativa jurídica que foi legitimamente criada pelos promotores do investimento, que já fizeram um conjunto e investimentos para a concretização do projeto em causa, que poderão ter consequências jurídicas e legais no âmbito indemnizatório causa sejam frustradas as suas expectativas em relação ao projeto.

Quanto á outra posição, pessoal e como Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada e cidadão, e não obstante a posição jurídico-legal, entende que naquele espaço e local existe uma desproporção da volumetria do edifício em causa, com a proteção da paisagem natural que deve ser preocupação de todos. Refere que se vive em ilhas e Ponta Delgada é um concelho à beira-mar e que tem preocupação relativamente à sua sustentabilidade ambiental, da sua sustentabilidade de ecossistema, da sua sustentabilidade em termos paisagísticos e, assim, entende que poderia, numa opinião pessoal e meramente informativa, poderia haver uma melhor proporção entre a volumetria da unidade em causa e o seu enquadramento paisagístico.

Do ponto de vista jurídico legal, reafirma que não há nada que obste à construção do edifício e, como tal, a situação terá de ser tratada nos locais próprios se houver uma decisão desfavorável àquela que é a legitima expectativa do promotor.

De seguida o Presidente da Comissão abriu as inscrições para perguntas, dando a palavra ao Deputado José Contente.

O senhor deputado José Contente refere que foram efetuadas, entretanto alterações ao projeto pelo promotor da obra e, nesse sentido, questiona que, se mesmo nesta alteração que foi efetuada posteriormente, se o senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada se revê naquela volumetria, já que segundo dizem, ainda ficou com alguma volumetria, ainda que possa estar de acordo com as regras do PDM.

Em resposta ao deputado José Contente, o Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada refere que na sua opinião existe ainda uma certa desproporção em volumetria em relação ao enquadramento paisagístico envolvente, mas, salienta, que é uma opinião subjetiva, sendo apenas a sua posição e opinião e que só ao próprio vincula. Refere ainda que se fosse o órgão decisor, com instrumentos legais que o habilitassem para o efeito, naturalmente corrigiria a

volumetria do edifício tendo em consideração o seu melhor enquadramento paisagístico. Porém, e atualmente nada obsta a que o construtor efetua a obra. Sublinha ainda que de futuro estas situações deverão ser mais bem acauteladas de forma a preservar o enquadramento paisagístico e a preservação da sustentabilidade ambiental, da paisagem e ambiente. Finalizou reafirmando que acha haver uma certa desproporção do edifício com o seu enquadramento paisagístico.

Salienta ainda que se poderia tentar sensibilizar o promotor, com o respetivo apoio técnico, fazer uma correção no edifício de forma a não ferir a paisagem em causa.

Posteriormente, o deputado José Contente exerce o seu poder de réplica para referir que as alterações foram “quase um mal menor” de forma a se enquadrar no PDM. Salienta outro problema, já que o projeto estando a menos de 50 metros da orla costeira então teria de haver autorização do espaço marítimo. E, portanto, existem coisas que não estão ainda devidamente e totalmente clarificadas.

A Câmara Municipal de Ponta Delgada quando autorizou a alteração do projeto refere que a solução é melhor sob ponto de vista da conformação com o PDM, mas não ficou melhor sob o ponto de vista das questões ambientais e, assim, poderia ter havido mais exigência de forma que a segunda versão (alterações ao projeto) pudesse ter-se aproximado da ideia mais integradora e não estivesse só preocupada a colocar apenas de acordo com o PDM, que é isso que julga ter acontecido.

De seguida o Presidente da Comissão dá a palavra ao deputado António Lima, referindo o deputado que a petição versa sobre dois empreendimentos e não só um. Em relação ao projeto onde se situava a fábrica da Baleia, mas também à chamada rua dos Poços, este também com uma volumetria bastante superior, com um número de quartos bastante superior. Indo ao primeiro, para separar as

situações, por que de facto são projetos diferentes, a Câmara Municipal autorizou o empreendimento e, com base em documentação que nos foi entregue à Comissão, a Divisão de Gestão Urbanística do Município deu em 2019 um parecer negativo ao licenciamento relativo ao projeto do caminho da beira-mar. O parecer negativo alicerçou-se em dois incumprimentos, relativamente ao PDM, nomeadamente ao número de pisos do edifício, em que o PDM prevê um número máximo de três pisos – sendo já uma autorização excepcional- e também porque ultrapassava os 700 m² de área bruta de construção que está prevista no Regulamento Municipal de Organização e Taxas. No entanto, seguindo o processo que foi facultado, foi autorizado e aprovado o projeto pelo Presidente e Vice-presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Assim, o senhor deputado António Lima questionou como é que a Câmara Municipal de Ponta Delgada à data (23 janeiro de 2019) em que o Vice-presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada despachou dizendo que, e tendo em consideração o parecer que era negativo, “o projeto tem todas as condições para ser aprovado”. A questão colocada pelo senhor deputado é como é que a Câmara Municipal de Ponta Delgada aprovou e permitiu um projeto que não cumpre o próprio PDM? Essa aprovação decorre com outras aprovações, nomeadamente do licenciamento do Governo Regional de acordo com o de Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores. Ou seja, se não foi assegurado o cumprimento do PDM, como parece não ter sido, todo restante o processo sofre de um vício que é o vício de todo o processo não ter cumprido o PDM logo na primeira fase de licenciamento.

Relativamente ao projeto que está previsto para a antiga fábrica da baleia, e tendo havido já uma alteração ao projeto inicial, o deputado questionou sobre quais as alterações que foram efetuadas em relação ao projeto inicial e se entende que nesta altura possa ser feita alguma coisa, tendo em conta o

património que lá está, da memória histórica da atividade baleeira e tendo em conta a sensibilidade daquela zona, nomeadamente da proximidade ao mar que não aconselha a grandes construções.

Em resposta o Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada e, relativamente à primeira questão, salienta que o parecer que foi dado pela parte do senhor Vice-presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada seguiu um princípio de legalidade e apesar de haver referência ao parecer negativo dado pela Divisão da Câmara Municipal de Ponta Delgada, tem a certeza que o parecer que o Vice-presidente, e a Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, deu deve ter obedecido a outro critério que tornou legítimo esta posição da Câmara Municipal de Ponta Delgada. Caso assim não fosse, estaríamos perante um parecer em flagrante violação do PDM com consequências que poderiam conduzir à perda de mandato. Não tendo informação concreta sobre o que está subjacente a este parecer dado pelo senhor Vice-presidente e pela senhora Presidente da Câmara à data destes factos, no entanto garantiu que este terá obedecido a procedimentos legais para a sua avaliação ser positiva. No entanto, se houver alguma questão a ser esclarecida pela Comissão, nada obsta a que esta possa convocar o Vice-presidente Câmara Municipal de Ponta Delgada para que possa dar uma explicação mais concreta sobre o assunto.

Relativamente à segunda questão, referiu que houve uma correção ao projeto e esta correção foi feita pelos projetistas e arquitetos em causa, onde limaram uma series de arestas e situações que eram necessárias. Porém, ainda assim, e a nível pessoal, entende que poderia haver uma volumetria diferente. Embora seja apenas uma opinião pessoal e subjetiva tal como cada um dos presentes pode ter uma opinião pessoal e subjetiva sobre qualquer projeto que esteja em cima da mesa. Do ponto de vista jurídico-legal, que é aquele que neste momento é direito constituído, nada obsta a que haja a construção daquele

edifício. No entanto, continuou o Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, se disser que uma zona protegida, naquela zona da antiga fabrica da baleia, aquela rua beira-mar é uma paisagem que devemos proteger, preservar a paisagem ao máximo, ter construções com o mínimo impacto paisagístico e ambiental, o Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, subscreve na íntegra essas preocupações. Porém, Ponta Delgada e São Miguel, estão e vão entrar numa fase de intensa atividade turística, já houve sinais neste sentido neste verão, e Ponta Delgada tem de estar à altura de receber estes turistas. Para Ponta Delgada deseja o melhor, melhor investimento, receber o turismo da melhor maneira, sobre tudo queremos que os turistas quando saírem de Ponta Delgada levem consigo boas memórias, do nosso povo, dos nossos costumes, das nossas tradições e sobretudo da nossa paisagem, da nossa forma de receber o nosso turismo. Como tal, o Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada deseja mais e melhor investimento, mais e melhor qualidade de vida, mais e melhores formas de elevarmos para novos patamares de desenvolvimento de forma sustentada no Concelho que tem a honra de presidir. São assim, dois planos que reitera onde esta questão pode servir de alerta para projetos futuros, para correções de diplomas legais que possam permitir a construção de novos empreendimentos, repensar qual o plano estratégico que se pretende para o turismo, em concreto para Ponta Delgada para que não haja erros de enquadramento paisagístico que possam fazer perigar aquilo que é um rosto que desempenhamos a nível internacional, que é a paisagem, o verde das paisagens e o azul do mar.

Mais em concreto às questões colocadas refere que tem a certeza que os elementos positivos dados pela Câmara Municipal de Ponta Delgada assentam em informações jurídicas credíveis e que o parecer dado pela divisão da Câmara Municipal de Ponta Delgada deverá ter sido ultrapassados. No que diz respeito à segunda questão embora concorde em absoluto, é apenas uma

questão e opinião meramente pessoal que tem uma ausência de instrumentos jurídicos que a possam sustentar e defender.

Em resposta o senhor deputado António Lima, disse que em primeiro lugar e em relação ao PDM, do Regulamento de Urbanização, o que lhe causa estranheza é que há um alerta claro da Divisão da Câmara Municipal de Ponta Delgada relativamente ao não cumprimento de duas situações muito objetivas, sendo o número de pisos e área de construção. Não colocando em causa que haja outra justificação legal para a decisão, porém no próprio processo esta justificação poderia estar clara e não apenas dizer que se autoriza de acordo com os elementos que estão subjacentes ao parecer da Divisão de Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Ponta Delgada e que esta questão merece ser devidamente esclarecida já que se trata de um licenciamento de um hotel de grande dimensão, de um grande projeto para o Concelho e para a Região não podendo subsistir dúvidas quanto à legalidade e cumprimento do PDM e se o PDM foi ou não integralmente cumprido. Independentemente das questões legais existem questões de opção política que vão para além da mera definição de área e números de pisos que não é só responsabilidade da Câmara Municipal de Ponta Delgada mas também dos próprios instrumentos do Ordenamento do Território e do Governo Regional e assim, o que faz falta é um Plano de Ordenamento Turístico que ordene e restrinja a construção de grandes unidades hoteleiras na Região não sendo esse, na sua opinião, o tipo de turismo que se deve promover e o tipo de construção que se deve promover. Obviamente é uma opção política legítima como qualquer outra, não podendo deixar de lamentar o enorme período de suspensão do Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores que depois originam situações como esta. E sendo competência da câmara para licenciar a obra, mas leva a situações em que é o Conselho do Governo que se decide o que se constrói e não se constrói e, apesar de haver legislação para enquadrar essa decisão, a subjetividade dessa

legislação pode levar decisões desse tipo, que são erradas e não servem o desenvolvimento do turismo nos Açores. Aguarda-se assim a nova versão da proposta do Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores. De seguida o Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada teve a palavra e salientou que no essencial está de acordo com as questões e preocupações que o senhor deputado António Lima colocou já que Ponta Delgada tem uma paisagem única que tem de ser preservada e, quer o Governo regional, quer as câmaras municipais terão de ter esta preocupação e enquadramento equilibrado entre aquilo que é aquilo que se quer para a ilha de São Miguel, em termos de desenvolvimento económico, turístico por que se precisa de um novo paradigma que é certificar a atividade económica e alavanca-la também no turismo que, como se sabe, é essencial para elevar a ilha de São Miguel e os Açores para novos patamares de desenvolvimento e enquadrá-los como novos paradigmas que se conhece em curto prazo decorrentes de movimentações geopolíticas que reconhecem os Açores como destino seguro e muito atrativo. Aí há que encontrar um ponto de equilíbrio, terá de haver infraestruturas adequadas que possam receber os turistas não esquecendo este enquadramento com a nossa paisagem e preservação do meio ambiente.

Encontra-se hoje em dia em zonas, como as Canárias, determinadas cidades que são autênticas selvas de pedra em que não há preocupação da paisagem e do meio ambiente. Está-se atualmente no ponto certo, no caminho certo para definirmos um equilíbrio que é fundamental para receber e desenvolver o nosso turismo mas também preservar o nosso meio ambiente e a nossa paisagem única e, como tal, os decisores políticos e orgânicos terão de ter esta sensibilidade para não se cair neste tipo de discussão que se está a ter de forma a se ter um conjunto de regras objetivas que não deem lugar a interpretações pessoais ou subjetivas sobre o que deve existir ou não para determinadas localidades. Sendo por isso importante que os novos instrumentos que estão em

cima da mesa para serem aprovados e, no caso da Câmara Municipal de Ponta Delgada, na semana passada subiu uma equipa de trabalho que está a trabalhar no novo PDM , e que foi confrontada agora com uma nova carta (que é uma carta de proteção da orla costeira) provinda da Secretaria Regional do Ambiente e das Alterações Climáticas, que tem a ver com a proibição e construção em determinadas zonas de costa na ilha de São Miguel, mas que deixou o Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada apreensivo , já que lhe parece além do que é razoável, já que não se pode ter a veleidade e construir apenas no centro da ilha, também há costas, fajãs há edificação construída a poucos metros da beira mar e não se pode obrigar as pessoas a saírem daquele local, mas tudo isso já esta a merecer a preocupação da Câmara Municipal de Ponta Delgada para nos empreendimentos futuros, com a entrada em vigor do PDM, se saber em concreto onde, quando e o sitio que é Melhor construir para se ter esse equilíbrio que é fundamental e é a marca em São Miguel e nos Açores. Assim todos os contributos dos senhores peticionários e dos que de futuro poderão surgir, terão de ser bem analisados e, acima de tudo, sensibilizar os órgãos que têm estas matérias para aprovação para que este equilíbrio seja uma impressão digital para as gerações vindouras. O que se pretende é que as gerações que nos vão substituir possam olhar para trás e verificar que houve uma preocupação, que se trabalhou e que se conseguiu preservar o desenvolvimento dos Açores em termos turísticos, ambientais e paisagísticos.

Da Audição à Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente Ferreira, ocorrida a 8 de novembro de 2021:

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São vicente Ferreira, Noémia Vicente, iniciou a sua intervenção referindo que, em representação da junta de freguesia de São Vicente Ferreira, realça a importância de preservação da

reserva natural e ambiental, contudo informou serem a favor que seja construído, quer um investimento turístico quer cultural, no antigo recinto da fábrica da baleia, respeitando todas as condições e com salvaguarda do impacto ambiental. Não é intenção da construção de um *“monstro de betão, mas sim queremos dignificar aquele espaço que é o antigo recinto da fábrica da Baleia”*.

Relativamente ao outro espaço, realçou que concorda que não seja tão profícuo, benéfico a construção e mais um hotel para além dos que já existem.

O Senhor Deputado António Lima agradeceu o contributo e posição da Junta de Freguesia em relação à petição e aos projetos em causa, questionado a Senhora Presidente da Junta de Freguesia, e relativamente ao projeto previsto para o espaço da antiga fábrica da Baleia de São Vicente Ferreira, se já teve oportunidade de ver a maquete do referente projeto. E qual a sua visão sobre o projeto para o espaço em causa, um espaço com interesse histórico, na área da baleação, que tem sido muitas das vezes um património preservado em outras ilhas – as fábricas e os botes baleeiros - realçando que na ilha de São Miguel esta preservação não ocorreu, sendo São Vicente Ferreira um exemplo disso. Assim questionou qual a sua visão do projeto, o seu enquadramento no espaço e se efetivamente preserva e valoriza o espaço e a memória das Capelas e São Vicente Ferreira.

Questionou ainda se, quando a Senhora Presidente se refere *“ao outro projeto”* se refere relativo aos Poços Caminho da Beira Mar.

A Senhora Presidente de Junta em resposta à primeira questão do Senhor Deputado António Lima, realçou que o espaço foi já alvo de várias reivindicações por anteriores juntas de freguesia e também da atual, para que no espaço da antiga fábrica da baleia fosse construído um núcleo museológico. As respostas a estes pedidos foram sempre negativas, podendo ser o espaço da Região, mas é agora de um privado.

Informou ter tido já a oportunidade de ver a maquete do projeto, não sendo o que a junta de freguesia idealizou, atendendo ser um empreendimento turístico, uma vez que pretendia ver no referido espaço, um núcleo museológico, dignificando o que foi a atividade baleeira não só de São Vicente Ferreira, mas também, Fenais da Luz até Pilar da Bretanha, sendo os baleeiros dessas freguesias.

Reforçou ainda que a pretensão da Junta de Freguesia seria núcleo museológico, dignificando o espaço e preservando não só as peças que lá se encontram ainda, sendo que o espólio, infelizmente já não é da freguesia, mas sim do privado. Informou que a Junta de Freguesia já solicitou a doação desse mesmo espólio para a própria junta, para que possa colocar em exposição e dignificar o património.

Realçou ainda que, tendo sido já o espaço adquirido por uma instituição privada, a junta apelou para que fosse respeitado, e fossem sensíveis, à natureza do espaço, à sua origem, e que preservassem pelo menos o que existe, a chaminé e uma garagem, que sejam preservados alguns dos instrumentos utilizados na caça à baleia.

Relativamente à segunda questão colocada, confirmou que se referia ao projeto de empreendedorismo relativamente ao projeto Poços Caminho Beira-Mar.

Solicitou palavra o Senhor Deputado José Contente que agradeceu a presença da Senhora Presidente e que questionou a mesma, se tinha conhecimento de um parecer antigo do Governo Regional anterior, a contestar a implementação do empreendimento turístico por duas razões: uma por porque por uma das partes do empreendimento turístico ficava fora da área *aedificanti*, e outra por não respeitar a cêrcea do que esta estabelecido para a referida zona.

A Senhora Presidente de Junta informou que não tinha informação desse parecer, o que sabia era que o espaço à muito tem sido reivindicado e solicitado no anterior governo para que o mesmo fosse adquirido pela Região e para que

fosse construído um núcleo museológico para que dignificasse aquele espaço, o que, infelizmente, não aconteceu. Reiterou novamente que, a Junta de Freguesia não teve conhecimento, nem chegou a informação relativamente a essa contestação.

Em réplica, o Deputado José Contente esclareceu que era parte do empreendimento que ficava fora da área *aedificanti*, sendo a proposta inicial, não sabendo se esta situação, entretanto foi alterada. A Direção Regional do Ambiente, na altura, deu parecer parcialmente negativo, porque havia uma zona que ficava fora da área *aedificanti* e porque havia uma desconformidade, que se ultrapassava a cêrcea prevista para o que estava estipulado.

O Senhor Deputado Pedro Neves interveio agradecendo a presença da Senhora Presidente de Junta na Comissão, realçando que se trataria provavelmente de uma pergunta retórica, realçando que, tendo em conta que o Governo Regional é do PSD, que a Câmara Municipal é do PSD, e em 2009 eles prometeram que iriam proteger, a zona das Capelas e de São Vicente Ferreira, não acha a Senhora Presidente que se calhar, não vai mesmo acontecer, porque existe uma promessa política, do mesmo partido político, e por isso vamos considerar, à partida que este partido vai defender a parte da maior fábrica dos Açores, que é São Vicente Ferreira, e não vai acontecer absolutamente nada?

Em resposta, a Senhora Presidente da Junta informou que, independentemente de ser PSD ou PS, qualquer Governo Regional deveria salvaguardar este recinto, este espaço, sendo neste momento este Governo Regional PSD, tem a certeza irão dar o seu melhor para que também seja respeitado e seja tido em conta, as questões de impacto ambiental. Realçou que em outras instâncias, em momentos anteriores, teria sido a hora e momento oportuno para a aquisição do terreno, quando esteve à venda, na qual não era o PSD, era o PS, e que em várias reivindicações dos executivos da Junta de Freguesia, nada foi feito. Lembrou que em 2014, voltou ao local com o então Secretário responsável por

esta área, e que a resposta foi negativa, ou seja, nada abonou a favor da freguesia, a este investimento que seria de dignificação para quem trabalhou naquele espaço e de quem viu muito do património que lá estava a seguir para outros destinos, o que não era o correto. Relativamente às responsabilidades e quem será que irá finalmente, resolver a situação, neste momento é muito mais complicado que anteriormente. Realçou que atualmente que existe uma empresa privada que adquiriu o espaço, que tem um projeto de empreendedorismo turístico para a zona, *“e que o nós poderemos fazer, o que o PSD poderá fazer, será de todo reivindicar, certificar-se, salvaguardar o impacto ambiental que este terá para a freguesia e para o conselho de Ponta Delgada”*.

Em Réplica o Senhor Deputado Regional Pedro Neves, realçou que estava a ser irónico, achando ser bastante fácil, uma vez que o outrora Presidente da Câmara é agora Presidente do Governo Regional, e da forma da classificação do património que é cultural e caso o quisermos defender, a lei assim o defende, independentemente de ser privado ou não. Isto é cultural, um património da Região, mesmo que seja da freguesia, que seja da concelhia, ou seja da Região, é muito fácil fazer uma classificação e fazer um barramento de qualquer infraestrutura relativamente a algo que é um património edificado da Região Autónoma dos Açores.

Realçou ainda que, mesmo o PS tinha essa promessa desde 1997, por isso não estou a atacar o PSD, *“estou a dizer que tento de um lado como do outro nós temos essas promessas, e vamos achar, que à partida todos nós somos sérios, desde 1997 para fazer uma classificação para defender esse património”*, e por isso considerou ser só uma vontade política para isto não aconteça, numa zona que é uma classificação de algo que é patrimonial que não deve ser completamente destruído a fins económicos para um hotel ou uma zona turística.

Em resposta a Senhora Presidente da Junta realçou que como Junta de Freguesia tem a consciência tranquila sobre este assunto, porque foi pedido a classificação da chaminé, que se encontra no antigo recinto da fábrica da baleia, mas também do guincho, que está na zona envolvente.

Acrescentou ainda que da parte da junta foram feitos, e estão a ser feitas diligências nesse sentido pelo que cabe às entidades competentes responder pelos seus atos, e não a junta de freguesia.

A Senhora Deputada Sabrina Furtado questionou sobre as diligências que a Junta de Freguesia está a fazer de momento.

Em resposta, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia, informou que continuam a solicitar que tanto a chaminé e o guincho sejam classificados como património cultural, relativamente à preservação. Em relação a este empreendimento em concreto, no recinto da fábrica da baleia, mesmo antes de saber e antes de ser lançado e apresentado a maquete do projeto, procuraram a entidade privada, solicitando que tendo em conta o que fossem construir, que fossem sensíveis à questão cultural e patrimonial da zona. Foi-lhe transmitido que teriam em conta toda esta envolvência, mas que tendo em conta o que já foi público, e já viu nas redes sociais, não era o esperado. *“Mas tentamos e estamos cá para continuar a lutar pelo aquilo que é o património da nossa terra, da nossa freguesia”*. Tanto em termos de classificação de património, como preservação ambiental, não só, mas também, que seja contruído naquele espaço que seja algo que nos diga alguma coisa de que seja relacionado com a atividade que já foi feita no recinto.

Em réplica a Senhora Deputada Sabrina Furtado pede para que a Senhora Presidente da Junta confirme que a sua Junta se dirigiu à entidade privada, numa aproximação pedagógica e reivindicação e eventualmente não terá tido manifestado alguma vontade de forma oficial, ou contacto com a Câmara Municipal, ou até mesmo com o Governo Regional. Questionou ainda se

eventualmente estaria a falar, não só da classificação, mas até mesmo de uma providência cautelar não sei se para aí caminha, a vontade da junta e das pessoas em são vicente ferreira.

Questionou assim, se estabeleceu algum contacto com a Câmara Municipal ou Governo Regional, ou se os seus esforços, reforçando que não é uma crítica, mas sim uma ajuda, foram com a entidade privada, de forma a tentar demover da construção do projeto da forma como ele se apresenta.

Em resposta, a Senhora Presidente da Junta respondeu que numa primeira instância, em que não existia ainda projeto para o espaço, falou com a entidade privada no sentido de sensibilização. Informou ainda que já fez chegar a posição relativamente a esta situação, não em forma de protesto, mas sim de clarificação, de marco de posição em representação dos residentes, dos vicentinos e vicentinas.

O Senhor Deputado José Contente realçou um ponto importante para a discussão, que em março de 2021, houve um parecer positivo, através da Direção Regional do Turismo, foi aprovado em Conselho do Governo, a construção de um empreendimento turístico com 92 quartos e 5 apartamentos de luxo, dando alguma relevância neste momento. Realçou desconhecer se tem de sofrer licenciamento na Câmara ou não, mas deverá o Presidente da Câmara ter essa informação.

Na sequência da interpretação do Senhor Deputado José Contente, a Senhora Deputada Sabrina Furtado realçou ser importante recordar que foram os Governos anteriores que permitiram que o espaço fosse vendido a uma entidade privado, que todo o processo decorre na sequência de não se ter ouvido a Junta de Freguesia, de não se ter ouvido os próprios vicentinos e alguém ter permitido ter sido vendido a uma entidade privada e que, dificulta agora a ação da própria Região.

Da Audição ao Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia, ocorrida a 7 de janeiro de 2022:

O Senhor Secretário Regional, Mário Mota Borges, na sua intervenção começou por informar que parte da resposta é relativamente simples, e tem a ver com o projeto do hotel localizado na antiga fábrica de transformação da baleia, esse projeto teve um parecer negativo da Direção Regional do Turismo, e sendo vinculativo, é um não assunto, tendo condições para emitir, sem especiais reservas ou dificuldades, um parecer relativamente à iniciativa que nos parecia não ser compatível com o que são as restrições que estão em vigor relativamente ao licenciamento hoteleiro. Realçou também que, relativamente a características paisagísticas que são sempre mais difíceis de analisar e são sempre mais subjetivas e suscetíveis de gerar opiniões contraditórias, sendo essas as preocupações que estiveram na base desta petição, é um assunto que esta resolvido.

Relativamente ao outro projeto, que tem denominação *Ocean Dreams*, este projeto teve parecer positivo da por parte da Direção Regional do Turismo, por razões várias entre as quais, em primeiro lugar foi aprovado em 2008 ou 2009, a suspensão do POTRAA – o Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores e que na sua suspensão foram colhidas, publicadas e aprovadas medidas mitigadoras relativamente àquilo que viessem a ser iniciativas que aparecessem antes de ser aprovado o novo POTRAA. À luz dessas disposições e de outras que vieram que surgiram ao longo da última década, a apreciação foi feita pela Direção Regional do Turismo e olhando ao que são as disposições regulamentares em vigor, e ao que é a configuração da iniciativa que se explana no terreno, que tem uma expressão volumetria limitada, com dois pisos a cima do terreno e três numa zona de declive acentuado, não vimos razões não legais, nem razões de impacto paisagístico significativo, que permitissem ter um parecer negativo. Daí que o parecer foi

emitido nessas condições, à luz do que existia. Realçou que não possui ainda o POTRAA aprovado que indicará a capacidade de carga para a zona, mas essa revisão foi iniciada no final da semana, após estar concluída, não tinha sido apresentada em parlamento. Informou ainda que foi objeto de trabalho no último ano, já se encontrando pronto, aguardarmos ainda mês ou próximo irá a Conselho de Governo e logo de seguida irá ao parlamento.

De seguida o Presidente da Comissão abriu as inscrições para perguntas, dando a palavra ao Deputado José Contente.

O Senhor Deputado José Contente colocou várias questões, iniciando a refletir que o processo, como disse o Senhor Secretário, teve um parecer que foi negativo, uma vez que a área de implementação estava fora das áreas edificáveis, aliás violava o PDM, o que não se percebe, como foi aceite na primeira fase, e ultrapassava a cêrcea permitida da zona urbana, sendo que entretanto, o PDM conformou-se a situação com base nas descrições do PDM, mas sendo o Senhor Deputado José Contente questionou, tendo em conta a entrada em breve do novo POTRAA, se este novo documento conflitua com este projeto, ou se adaptou a este tipo de edificação que está prevista para esta zona.

Em resposta o Senhor Secretário Regional informou que o projeto de POTRAA que existe, em termos de capacidade de carga para esta área, não conflitua com este projeto, o número máximo de quartos está próximo do que é apresentado no projeto, realçando que este critério não é o único, existindo outros critérios que se intercetam com a decisão.

Em réplica, o Senhor Deputado José Contente, questionou se no entendimento mais económico, e não tanto desta comissão em questão, se o empreendimento é fundamental e crucial para o desenvolvimento turístico da zona, ou se de facto tem mais impactos negativos ambientais do que os benefícios económicos que

poderá trazer. Qual o balanço da apreciação feita pelo Governo Regional, nomeadamente da Secretaria que tutela o Turismo.

Em resposta o Senhor Secretário Regional esclareceu que na apreciação de um projeto desta natureza, evitam uma postura de subjetividade em relação à votação. As opiniões poderão ser diversas, e por isso evitam direcionar um percurso que haja a possibilidade de discussão de opinião de natureza subjetiva. Dentro do que são os instrumentos que têm à disposição, de natureza legal ou regulamentar, não há forma de o impedir e para além disso, entrando com uma opinião subjetiva da análise realizada pelos técnicos que o apreciaram, a sua conclusão é que o projeto não tem impactos visuais ou paisagísticos significativos. Realçou ainda que a sua traça arquitetónica compagina perfeitamente com a zona e, portanto, sem qualquer reserva, mesmo que na área subjetiva, relativamente a esta iniciativa. O mesmo não se passou com o outro projeto, que teve um parecer relativamente distante, com justificação dos impactos negativos, para além das questões regulamentares e legais que existiam.

Este parece ser um projeto relativamente pacífico, embora haja esta petição e por isso não são todos da mesma opinião e que haverá opinião diferente da que foi a da Direção Regional do Turismo.

O Senhor Deputado António Lima destacou, no seguimento das declarações apresentadas pelo Senhor Secretário Regional, o parecer negativo dado pela Direção Regional do Turismo, ao projeto para a zona da fábrica da baleia, e é com satisfação que ouve, uma vez que tendo em conta as informações conhecidas, o projeto não poderia avançar. Relativamente ao Hotel do Caminho da Beira Mar, com 332 camas, questionou se tem conhecimento do início das obras, uma vez que a autorização caduca para a semana, e se não se iniciar até essa data, a obra não se iniciará. Realçou a informação dada pelo Senhor Secretário Regional, nomeadamente que o projeto foi aprovado pelo Governo,

tendo como enquadramento o Decreto Legislativo Regional que suspende o Plano Ordenamento Turístico, mas a Resolução do Conselho de Governo que autoriza a construção deste hotel, não faz referência à última alteração do Decreto Legislativo Regional que suspende o Plano Ordenamento Turístico dos Açores. Esta última alteração já introduziu outras condicionantes, nomeadamente a necessidade de, nas medidas cautelares que foram criadas para a ilha de São Miguel, no âmbito da suspensão do POTRAA, a necessidade de haver uma articulação com o Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores, com uma avaliação do impacto económico e social do projeto, assim como uma adequação arquitetónica urbanística ao meio envolvente, tendo em conta os objetivos da qualidade da paisagem e orientações para a gestão da paisagem nos termos da Resolução do Conselho de Governo que aprovou esse plano para a gestão da paisagem. Realçou ter dificuldades em compreender que este projeto se coaduna e se integra com estas exigências, nomeadamente a articulação com o Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores e com os objetivos da qualidade da paisagem. Destacou ainda que, por um lado, no que diz respeito a uma questão mais económica, com a sua compatibilização com o Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores, um hotel com 332 camas não se encontra em consonância com o que é o Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores neste momento. Ou seja, havendo sempre margem para subjetividade, que é sempre o problema destes planos, porque são um conjunto de intenções que depois não têm efetivamente força de lei, e têm um conjunto de subjetividade que o tornam fraco, mas não vejo como pode ser compatibilizado. Realçou que no que diz respeito à adequação arquitetónica e urbanística ao meio envolvente muito menos. Um edifício de 332 camas implantado naquela zona, não está de forma alguma enquadrado com a paisagem rural daquela zona da ilha, não havendo outros edifícios praticamente com esta dimensão, volumetria, e tipo de materiais na zona, em que a

adequação do hotel é menos óbvia. Questionou assim, qual foi a análise que o Governo fez deste projeto, como procurou avaliar a sua articulação com o Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores e com o Plano para a Gestão da Paisagem. Questionou ainda, relativamente à questão arquitetónica e urbanística tenho a dizer que este hotel de 4 pisos, no qual através da Assembleia Municipal já questionamos a Câmara Municipal sobre este mesmo assunto, este projeto viola, claramente, o PDM. Por um lado, realçou não ter instrumentos de planeamento da zona, de programação e execução daquela zona, o que viola o artigo 120º do PDM de Ponta Delgada, para além de violar a volumetria máxima, e esta é perfeitamente visível, de 3 pisos, que já é excepcional para empreendimentos turísticos, tendo o hotel 4 pisos. Questionou o Senhor Secretário como pode o Governo aprovar um projeto que não cumpre com os instrumentos de ordenamento e território em vigor na região. Em relação ao POTRAA, o Senhor Deputado António Lima destacou que foi referido, pelo Senhor Secretário, que chegará ao Parlamento em breve, em maio do ano passado tinha informado que durante ano seria entregue ao Parlamento, ainda o foi não sendo o atraso ainda tão grande, mas o atraso já vem desde 2010 que estamos sem Plano Ordenamento Turístico dos Açores. Questionou qual será o processo que seguirá este plano, uma vez que o anterior Governo chegou a colocar uma proposta de plano em consulta pública, não chegou a dar entrada no Parlamento, mas qual será o seguimento que vai dar a esta nova proposta? É uma proposta apenas revista e retocada, do plano que esteve em consulta pública e criada pelo Governo anterior, ou é um novo plano totalmente refeito, porque alertou para a urgência deste processo, uma vez que estamos há mais de 10 anos de quase ausência de plano ordenamento para os Açores. Esta ausência levou a que este Governo tenha já autorizado, por exemplo, 1912 camas durante o seu mandato, o que é uma completa desregulação no sector, sem que haja qualquer limite ao crescimento do Turismo que pode causar não só problemas

ambientais e de ordenamento do território, mas também problemas do ponto de vista económico e da sustentabilidade das empresas que já existem na região e que cá operam. Destacou que toda a desregulação e ausência de instrumentos de ordenamento pode levar não só a prejuízos ambientais, mas também a prejuízos económicos muito sérios.

Em resposta o Senhor Secretário Regional reconheceu a preocupação do Senhor Deputado António Lima, que em relação à dimensão da iniciativa são preocupações relevantes, mas realçou que ou o Senhor Deputado estava a se reportar a uma versão do projeto que não é aquela aprovada ou não é a que tinha em mãos. De facto, o *Oceans Dreams* é um projeto que envolve 208 camas e por isso diferente do que referiu, algo com volume mais pequeno, sendo a presença na paisagem é significativamente diferente. Relativamente à questão da presença física na paisagem, na descrição que tem, são dois pisos acima do solo na parte visível a Sul, e sendo que três ficam numa pendência do terreno, enterrados com parte com exposição para o exterior, e outra com exposição para o solo.

O Senhor Secretário Regional partilhou as imagens do projeto, através da visualização em frente à câmara, demonstrando a implementação dos pisos no terreno, e os dois pisos à superfície, realçando que o impacto visual da construção na paisagem local, não é a que provavelmente foi analisada numa proposta anterior.

Realçou mais uma vez que, o projeto analisado foi o que tem na sua posse.

Relativamente ao cumprimento das disposições que existem até à data da sua aprovação, foram analisadas pela Direção Regional do Turismo, e realçou que caso seja necessário algum esclarecimento em particular, em algum ponto suspeito que não tenha sido atendido, apresentarão a questão completa relativamente à matéria.

No que diz respeito ao PDM, destacou ser uma competência da Câmara, e que

dentro das competências da Direção Regional do Turismo, o parecer foi positivo, mas caso a Câmara avalie e determine que viola o Plano Diretor Municipal, poderá tomar a sua posição, e informar o promotor que a iniciativa viola o PDM e que não pode ter seguimento.

Relativamente ao POTRAA, o Senhor Secretário Regional informou existir três hipóteses, tendo optado por uma. Uma delas mantinha o projeto que estava, tinha já consulta pública e faltava apenas ao Conselho de Governo posteriormente Parlamento, ou então era realizado uma alteração completa o que obrigaria a repetir todo o processo, sendo um processo mais dispendioso e moroso. Informou que optou por uma solução de realizar ajustes da proposta que exista, podendo ter uma configuração que não obrigasse a uma discussão pública, uma vez que esta tinha sido realizada e reunidas as diligências, sendo que nesta posição intermédia, foi feito o acerto dos documentos, a sua classificação em termos jurídicos, desenharam o Decreto Legislativo Regional e, portanto, em breve irá a Conselho de Governo e depois seguirá os trâmites que são habituais nestes procedimentos.

Em réplica o Senhor Deputado António Lima realçou ter-se enganado no número de camas, estava a verificar numa autorização anterior, que já tinha existido em 2019 e aí sim, eram as 300 camas, e neste momento são as 208 camas como referiu o Senhor Secretário Regional e pede desculpa por essa incorreção.

Realçou a falta de resposta a uma questão colocada, nomeadamente sobre o início das obras, qual a informação que tem sobre o processo. Relativamente à adequação do projeto a nível arquitetónico e urbanístico realçou o grau de subjetividade nessas matérias, mas de facto, à luz da estratégia do turismo que no papel é um turismo não massificado, um turismo ligado à natureza, em que não se privilegia grandes infraestruturas, este hotel, como muitos que têm sido autorizados, tem muito pouco a ver com a estratégia prevista e com a estratégia

que o Bloco de Esquerda defende. Ou seja, sendo que este tipo de empreendimentos, depende em última análise da autorização do Governo Regional, é o Governo responsável por este caminho de massificação que os Açores caminham, por mais que se diga que a sustentabilidade do turismo é a grande preocupação, que como se verifica ser essa a preocupação do Governo Regional.

Em resposta o Senhor Secretário Regional esclareceu que, o promotor tem até março deste ano para levantar o alvará para iniciar as obras, tem ainda três meses para o fazer, se o fizer a obra decorrerá o seu rumo, senão terá de reiniciar o processo, ou a revisão do mesmo, e aí terá de se compaginar com as regras que existirem.

Relativamente ao turismo de massa, o Senhor Secretário Regional referiu que continua a não ser o que é bem visto, mas realçou existirem regras para seguir, que são cumpridas, se existem algumas que se tornam desadequadas, são feitas as diligências necessárias para corrigir, mas evitando situações que haja possibilidade de decidir “*consoante estados de alma, consoante pressões de natureza mais variada*”, sendo que a opinião mantém do que é o uso ideal do sector turístico. Realçou ainda que, se comparar nos três hotéis contruídos nos últimos anos, desde a Ribeira Grande até às Capelas, e se ao comprar com a silhueta do hotel exibido, possui uma proporção mais diluída, mais estendida, menos agressivo, e por isso mesmo com os instrumentos que existem, realçou ter feito tudo o que estava ao alcance com os instrumentos disponíveis, para reduzir o impacto de iniciativas que surgissem no âmbito da construção hoteleira.

O Senhor Deputado Rui Martins realçou perceber *à posteriori*, uma vez que a sua inscrição tinha como objetivo esclarecer o que inicialmente, e pelas dificuldades de transmissão não tinha compreendido no início da comunicação. Congratulou o facto de a intervenção para a fábrica da baleia, ter tido esse

parecer, que é vinculativo, da parte do Turismo, realçando ser um não problema de momento. Relativamente ao POTRAA, tinha inicialmente percebido, e solicitou apenas que o Senhor Secretário esclarecesse que, após aprovação do POTRAA, iniciaria um novo parecer sobre o empreendimento de 208 camas, mas que não fará qualquer sentido.

Em resposta o Senhor Secretário Regional esclareceu que caso o projeto inicie no mês de março, não será sujeito a novo regulamento, uma vez que a aprovação foi já cedida, cumpre os prazos e terá o seu alvará, iniciando as obras, não sendo sujeito a novas regras, sendo esse um assunto fechado.

CAPÍTULO V

CONCLUSÕES

Na sequência das diligências realizadas no âmbito da apreciação da **Petição n.º 8/XII – “Pela preservação da zona costeira de São Vicente Ferreira”**, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, aprovou, por unanimidade, as seguintes conclusões:

- 1) A Petição foi devidamente subscrita, no mínimo, por 300 cidadãos, nos termos da alínea a) do n.º 1) do artigo 192.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pelo que reúne as condições legais para ser apreciada em reunião plenária da Assembleia;
- 2) As pretensões dos peticionários têm origem na desvirtuação da paisagem que a construção dos hotéis originará, pela sua dimensão no caso do hotel da Rua dos Poços-Caminho da Beira Mar, quer pelas características orográficas do terreno que obrigará a uma alteração significativa do mesmo. No caso do hotel que ocupará a antiga fábrica da baleia, deveria respeitar os traços e características da arquitetura vernacular, bem como a singularidade cultural e histórica do local, que corresponde a uma das raras estruturas alusivas ao património da caça à baleia na ilha.

- 3) Durante as audições foi comunicado que o projeto do hotel para a fábrica da baleia obteve um parecer negativo pela Direção Regional do Turismo, não sendo autorizado, e que o projeto *Ocean Dreams*, sofreu alterações ao inicialmente apresentado;
- 4) Durante as audições foi comunicado que o projeto *Ocean Dreams* foi autorizado quer pela Câmara Municipal de Ponta Delgada e pela Secretaria Regional dos Transportes, Turismo e Energia, e que o promotor tem até março de 2022 para requerer o alvará de construção;
- 5) Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência na matéria.

Vila do Porto, 18 de janeiro de 2022

A Relatora,



(Joana Pombo Tavares)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente



(José Gabriel Eduardo)

ANEXOS: Parecer mencionado no presente relatório.

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Está apresentado o relatório e estão abertas as inscrições para apreciação desta Petição.

Tem a palavra a Sra. Deputada Valdemira Gouveia.

(*) Deputada Valdemira Gouveia (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

“Pela Preservação da Zona Costeira de S. Vicente Ferreira”.

A Petição apresentada por um grupo de cidadãos, na qual é primeira subscritora Blanca Medrano, recebe do Partido Socialista a concordância e o reconhecimento da grande importância que tem a participação ativa por parte da nossa comunidade, neste e noutros assuntos de que se ocupa o poder político.

Os peticionários chamam-nos a atenção para a importância da preservação da zona costeira de S. Vicente Ferreira, motivados pelo projeto de construção de dois hotéis com proximidade significativa um do outro.

É-nos reportado que um dos hotéis vai ocupar o espaço da antiga fábrica da baleia e o outro será construído no caminho dos Fenais da Luz.

Mencionam, ainda, na Petição que a zona balnear dos Poços sofre de grande pressão, sobretudo no verão, com a considerável afluência de banhistas.

Ora, segundo os peticionários, a anunciada construção dos dois empreendimentos hoteleiros, nomeadamente considerando as suas dimensões desproporcionadas, terão um grande impacto na nossa paisagem.

O crescimento turístico que temos verificado nos Açores e a inevitável procura de alojamento por parte de quem nos visita, certamente não pressupõe a autorização de todos os projetos nem igualmente viabilizá-los à priori. No entanto, há que analisar cirurgicamente cada projeto, através das entidades próprias e com os departamentos do Governo com competência em ambiente e turismo.

Há que redefinir o que pode ser construído em locais como o da zona costeira de S. Vicente Ferreira, para que nada seja desenquadrado da paisagem ali existente, a qual, diga-se que é inclusivamente um chamariz turístico da nossa Região.

No caso da construção dos hotéis em causa, dizem os técnicos com conhecimento na matéria, que deve ser feita a correção da volumetria dos edifícios, para que não fique desgarrada daquela que é a paisagem.

Durante as audições foi comunicado que o projeto do hotel para a fábrica da baleia obteve um parecer negativo da Direção Regional do Turismo e não sendo, por isso, autorizado.

Quanto ao *Ocean Dreams*, foi autorizado o projeto pela Câmara Municipal de Ponta Delgada e pela Secretaria Regional dos Transportes, Turismo e Energia, tendo sido dado o prazo ao promotor até março de 2022, para requerer o alvará de construção.

Importa, mesmo assim, referir que na senda pelo progresso e desenvolvimento materializado no turismo como o atalho para o desenvolvimento económico, não podemos de modo algum apagar a identidade do nosso povo. A vida que foi dos baleeiros, está ali marcada naquele património cujos vestígios são já, infelizmente, poucos.

Essa nossa história seria progressivamente esquecida, mesmo que prometendo a preservação da chaminé e do guincho.

É certo que o turismo é um elemento crucial do relançar da economia da nossa Região, mas também é igualmente certo que não queremos um turismo massivo que desvirtue as próprias características da Região que contribuem para esse turismo, que seja simultaneamente mais sustentável e ambientalmente consciente, assim como capaz de criar postos de trabalho e, conseqüentemente, um melhor nível social.

Por tudo o que foi exposto, o Partido Socialista acolhe na íntegra o conteúdo desta Petição, deixando o alerta para a atenção nessas zonas, de hotéis com volumetria adequada e incentivando um turismo sustentável e ecológico.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata dirige uma primeira palavra aos 908 Peticionários e, nomeadamente, à 1ª Peticionária Blanca Medrano. E dizemos também à Sra. Deputada Valdemira Gouveia que, naturalmente e em coerência com a discussão de petições que já fizemos aqui sobre os mesmos objetos, concordamos com o teor da sua intervenção. No geral, cumprimentar os Peticionários, porque é sempre de saudar quando a comunidade se junta para passar a sua mensagem e para nos mostrar qual é a sua vontade. Contudo, esta é mais uma prova de que as pessoas e os açorianos que estão conscientes da sua maior riqueza, a sua natureza, nem sempre estão dispostos a trocar a mesma por questões económicas. A sua natureza é deveras grandiosa, bastante importante e não poderá ser trocada a qualquer preço. E digo isto, porque do geral e do que também podemos ver nesta Petição, sempre que se tenta construir hotéis com esta envergadura e com esta volumetria para turismo massivo, chegam-nos petições a pedir que não se faça. Torna-se por demais evidente, de uma vez por todas, que não é vontade dos açorianos que este tipo de infraestruturas seja construída e conste entre a nossa natureza.

Por isso, mais uma vez, saudar os Peticionários que, mais uma vez, nos mostraram a sua vontade.

Obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, o Grupo Parlamentar do CDS gostaria de saudar os 908 Peticionários, na pessoa da 1ª Peticionária Blanca Medrano, que no fundo se manifestaram e exerceram o seu direito cívico de petição, fazendo chegar a esta Assembleia uma preocupação com o impacto visual, ambiental, e naquilo que é uma grande riqueza da ilha de S. Miguel, que é a zona costeira de S. Vicente Ferreira.

Também é facto que durante as audições o Sr. Secretário Regional nos deu a informação de que havia um parecer do Turismo que era negativo e, sendo vinculativo, inviabilizaria o investimento que era para ser feito na fábrica da baleia. Consideramos que isso é positivo, porque quer dizer que a avaliação que é feita pelos serviços, privilegia efetivamente uma preservação do património e conseguimos perceber que há pelo menos uma avaliação rigorosa daquilo que possa constituir um ganho e um benefício ou não.

Por outro lado, em relação ao outro investimento, também soubemos que houve alterações ao projeto que o tornam menos impactante do ponto de vista visual naquela zona costeira, pelo que consideramos que isso também pode salvaguardar a preservação da beleza natural da zona costeira de S. Vicente Ferreira.

Assim sendo, registamos que é deveras importante esta intervenção cidadã.

Fica comprovado que também que este Governo está atento ao sentir das comunidades e que também acaba por fazer refletir nos projetos de investimento regionais aquilo que são as preocupações que nos devem mover a todos, e aqui subscrevendo também o que foi dito pela Sra. Deputada Valdemira Gouveia, naquilo que nós desejamos para a Região que não é um turismo massificado, com construções desadequadas que desvirtuem a nossa maior riqueza, sem dúvida, o património natural.

Desse ponto de vista, saudamos os Peticionários. E esperamos que continuem empenhados em salvaguardar e em participar ativamente, contribuindo para as decisões que venham a ser tomadas pelo Governo e pelos seus vários departamentos, porque consideramos que é efetivamente essa iniciativa cidadã e esse empenho que nos fará ter melhores resultados, ou pelo menos ter uma Região que preserve aquilo que é a nossa maior riqueza e que é o património ambiental natural.

Muito obrigado.

Deputados Pedro Pinto (CDS-PP) e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo evidentemente por saudar os Peticionários da Petição “pela preservação da zona costeira de S. Vicente Ferreira”, na pessoa da 1ª Peticionária, Blanca Martín-Calero Medrano, saudando também pela sua intervenção cívica, neste caso, numa questão ligada ao ambiente, ordenamento do território e à conservação e preservação de características, em particular, da ilha de S. Miguel.

Os Peticionários pretendem com esta Petição que não se avance para a construção de dois empreendimentos turísticos na zona costeira norte da ilha de

S. Miguel, na freguesia de S. Vicente Ferreira, nomeadamente na zona de Poços-Caminho da Beira Mar, dum hotel com 208 camas e na antiga fábrica da baleia da zona fronteiriça de S. Vicente Ferreira-Capelas, sendo que este empreendimento, tal como já foi aqui referido, felizmente não teve parecer favorável da Direção Regional do Turismo, o que registamos e que é obviamente uma decisão que nos parece acertada. Não podemos deixar de dizer que, como é evidente, o empreendimento em questão não parecia de forma alguma ter uma preocupação nem uma característica que preservasse a memória da indústria baleeira da ilha de S. Miguel.

Não posso, também, deixar de apontar o facto de, nesta ilha, ao contrário do que aconteceu – e bem – no Pico, e mesmo aqui no Faial, em que se preservou uma grande parte da memória da indústria baleeira, em S. Miguel veio tudo literalmente abaixo. Não se preservou coisa nenhuma. E isso deve-nos fazer pensar sobre a forma como tratamos o nosso património e a nossa memória histórica. Ainda esta semana debatemos iniciativas ligadas à questão patrimonial da indústria, no caso em apreço da Sinaga, mas de facto, relativamente à indústria baleeira na ilha de S. Miguel, perdeu-se muito, mesmo muito, do nosso património e da nossa memória histórica.

Passando à Petição novamente, alegam os Peticionários, e em nossa opinião com toda a razão e propriedade, que estes empreendimentos, e mesmo o que foi aprovado e cujo prazo de construção ainda está em vigor, não se enquadram naquela paisagem. E, mais do que isso, não cumprem um conjunto de preceitos legais, nomeadamente, e não vou citar aquilo que está na Petição, mas o próprio Decreto Legislativo Regional que suspendeu o Plano de Ordenamento Turístico da Região, que tem medidas cautelares para a ilha de S. Miguel e que, na nossa opinião, neste caso, foram e são ignoradas por diversas vezes.

Não cumpre a Resolução do Conselho de Governo de 2018, que adaptou à RAA a Convenção Europeia da Paisagem, para além de outras matérias que vêm aqui referidas. Ou seja, o Governo decidiu ignorar um conjunto de disposições que lá por terem um certo grau de subjetividade, não quer dizer que não devam ser cumpridas, para proteção da paisagem daquela região, do ordenamento do território e daquilo que é o espírito da legislação que também foi aqui aprovada pelo próprio Governo t.

Ora, isso parece-nos um mau princípio que se aplica, neste caso como noutros. E nesta intervenção sobre a Petição em causa, não deixo de alertar, uma vez mais, para a falta de regulação e a falta de ordenamento do crescimento do setor turístico na Região.

Desde 2010 temos um Plano de Ordenamento Turístico parcialmente suspenso. É evidente que foram aprovadas em 2019 medidas cautelares para a ilha de S. Miguel, nomeadamente onde a pressão para a construção de novos empreendimentos é maior. Mas, como se vê, elas são insuficientes, porque o próprio Governo, de certa forma, *fecha os olhos* e acaba por aprovar coisas que não devia aprovar.

A prova disso é que este Governo já aprovou praticamente 2 mil camas, desde que tomou posse, a grande maioria na ilha de S. Miguel. E, digamos, que este Governo tomou posse em plena pandemia, quando havia uma enorme incerteza, e ainda os tempos não são totalmente claros sobre o que será o futuro do turismo, mas isso não impede o Governo de aprovar mais 2 mil camas, sem falar de outras tipologias como o alojamento local ou o turismo rural que não estão aqui incluídas nestes números.

Eu bem sei que temos um Governo Regional cujo Secretário Regional do Turismo está demitido, mas isso não é desculpa, não pode ser desculpa, para a ausência total de avanços sobre essa matéria.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): O homem foi operado, está com um problema de saúde!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Ele está no hospital!

O Orador: Se o Governo acha que não precisa dum Secretário do Turismo, então que outro Membro do Governo, a começar pelo Sr. Presidente (ou outro) – deixo ao vosso critério, assuma a responsabilidade, duma vez por todas...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): O homem está com um problema de saúde. Está no hospital.

O Orador: ... de apresentar a esta Casa um Plano de Ordenamento Turístico que esta Região precisa. Não terei muito esperança de que esse Plano seja muito idêntico àquele que o Bloco de Esquerda apresentaria, mas certamente que ter algum plano é bem melhor do que ter a enorme desregulação que existe neste momento nos Açores. E acho que aquilo que foi aprovado pelo Governo não deveria ter sido. Foi uma decisão que não está de acordo com as medidas cautelares existentes, nem está de acordo com aquelas que são até resoluções do Conselho de Governo – não deste, mas do anterior - mas que adaptam à Região matérias aprovadas a nível europeu.

Agora o que eu estranho, é que os Grupos Palamentares que apoiam o Governo considerem justa e correta a reivindicação dos Peticionários, no entanto, o Governo que apoiam tenha feito exatamente o contrário. Julgo eu que falta aí um pouco de coerência e de articulação entre uns e outro.

Por isso, faço daqui uma sugestão: que recomendem ao Governo que apoiam que não aprove mais hotéis com estas características e, já agora, que revoguem a autorização que foi dada.

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): O senhor também pode ter a mesma propositura que os outros.

Já agora o Sr. Secretário Mota Borges está doente, está no hospital!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Indep.*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma primeira palavra para enaltecer o valor de cidadania que representa esta Petição na pessoa da 1ª Peticionária, mas também de todos os outros que assinaram a mesma, porque há que reconhecer mais de 900 assinaturas não é tarefa fácil, obriga a muitas horas de trabalho, a muita explicação, a muita dedicação. E, por si só, este momento, já merece todo o nosso respeito.

No entanto, devo também dizer que não tenho razões para desconfiar dos técnicos que analisaram esses projetos, sejam eles do atual Governo ou do anterior, pois estou em crer que essas pessoas estão capacitadas para dar os seus pareceres técnicos, fundamentados nos instrumentos de regulação dessas atividades, bem como do urbanismo. Estou certo de que o fizeram na plena consciência de que tinham que interpretar os documentos a que estavam sujeitos esses seus pareceres, por isso, isso deixa-me numa tranquilidade relativamente a essa questão. E se ela não fosse, por si só, suficiente, também o facto de estarmos aqui perante duas realidades diferentes, a aprovação de um dos investimentos e a reprovação do outro, mostrando precisamente que não são aprovados de qualquer forma e feitio – passe a expressão – mas sim, com base nos instrumentos a que ficam sujeitos.

Por outro lado, é preciso alertar também para uma outra realidade. Ou seja, “não há almoços grátis”. Temos que ter consciência de que para que haja receitas turísticas na Região, é preciso que também existam camas. E cada cama que não for criada no modelo de turismo tradicional de grandes e médios empreendimentos turísticos, é mais 1 ou 2 camas que terão de ser supridas pelo alojamento local, o qual também já tem sido criticado aqui, e amplamente na

nossa Região, por ser um elemento que tem desestabilizado o mercado de arrendamento. Ou seja, estamos aqui perante uma realidade segundo a qual não queremos camas do alojamento tradicional de grandes e médios empreendimentos turísticos, mas também não queremos camas para o alojamento local, queremos casas no mercado de arrendamento, e queremos casas a bom preço para as pessoas comprarem...afinal queremos tudo, mas não queremos abdicar de nada.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: Isto para lembrar que os compromissos são muito importantes nesta situação e é preciso considerá-los.

Muito obrigado.

Deputado Carlos Freitas (*PSD*): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Muito bem!

Um liberal!

(Aparte impercetível do Vice-Presidente do Governo Regional)

(*) Deputado Nuno Barata (*IL*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eles querem desestabilizar, Sr. Presidente, mas não vai ser fácil. Eles vão ter que comer bastantes papos ecos e um bocado de pão de milho para conseguir!

Quero daqui desta bancada, em primeiro lugar, endereçar o agradecimento, em nome da Iniciativa Liberal, aos quase mil Peticionários desta Petição, em particular endereçando os meus cumprimentos à minha vetusta amiga Blanca Martín-Callero Medrano e dizer que nós temos 9 ilhas que não vão crescer para cima do mar. Vão diminuir com a atividade do mar.

Cada uma das nossas ilhas têm espaços marítimos, todos eles sensíveis. Todos eles têm, localmente, mais adeptos do que outros. Certamente os graciosenses têm mais apreço pelo Carapacho, do que têm pela Baía de S. Lourenço; assim como os marienses terão mais apreço por esta última do que terão pela Barca. Ou os graciosenses terão mais apreço pela Baía da Folga enquanto os marienses terão mais apreço pela Baía dos Anjos ou pela Baía da Maia.

Este tipo de abordagem que estes Peticionários fazem relativamente à ocupação do solo nas nossas ilhas, principalmente nas zonas costeiras, é muito salutar.

Nada temos contra a iniciativa privada, nada temos contra a construção de mais hotéis, seja na ilha de S. Miguel, Terceira, Graciosa, S. Jorge, Pico Faial, Flores, Corvo e St^a. Maria, mas temos sim, porque não se trata unicamente de investimento privado, trata-se de investimento (privado) que é feito, **na sua grande maioria**, por dinheiro público que nem todo ele é sequer do Orçamento da Região, temos, portanto, de ter mecanismos de controlo desse investimento. Esse mecanismo de controlo carece de legislação que já está efetuada. E isto leva-nos para outro debate e não vou sequer entrar na questão do património baleeiro, pois isso já deu o que tinha para dar, o que lá está é um resto duma chaminé. Não sei se lembrar, mas sugeri aqui que vissem o documentário da Netflix “The last whalers of S. Miguel” e espero que o tenham feito, para perceberem o que é que perdemos naquela zona dos Poços de S. Vicente em termos de património arquitetónico e industrial do Século XX.

Porém, queria centrar o debate na questão que me parece mais importante. Nós temos uma série de ferramentas que foram criadas, algumas delas aprovadas nesta Casa, outras em Conselho do Governo, outras ainda em sede das Assembleias Municipais, e que são sistematicamente ou suspensas, ou violadas, violadas por leis ainda menores, por meros despachos, por meras portarias e resoluções de Conselho do Governo, e cujas decisões põem em causa o próprio estado de direito.

Nós não temos direito, por exemplo, de suspender um POTRAA quando ele está em funcionamento, só porque um empresário se lembra de fazer um investimento num certo lugar. Por alguma razão aprovámos aquele documento; por alguma razão reservámos uma zona numa certa ilha para uma atividade que não aquela que se está pretendendo fazer agora; por alguma razão houve um PDM que definiu áreas de intervenção. Por isso, não temos o direito de suspender esses mecanismos para fazer o que bem entendemos ou, pior do que isso, para dar *um jeito* a um qualquer empresário!

Esta é a questão fundamental que esta Petição nos vem trazer. Ou seja, traz-nos a questão do ordenamento do território, é verdade. Vem nos trazer um alerta importante (são quase mil Peticionários) sobre a sustentabilidade do setor do turismo – e aqui é verdade que temos que medir todos os indicadores de sustentabilidade, inclusivamente, a sustentabilidade social e económica, porque 300 camas vão obviamente criar postos de trabalho, o que também nos poderia levar a fazer aqui um outro tipo de debate, isto é, se temos mão-de-obra para resolver esse problema (parece que não temos, é público) e vem-nos trazer ainda o problema da violação e suspensão permanente de mecanismos que foram definidos para o ordenamento do nosso território.

Um bem-haja aos Peticionários e que quem decide, daqui por diante, tenha bem presente que existem mecanismo de ordenamento do território que não devem ser violados.

Por último, e em jeito de aparte, não tem nada a ver diretamente com este assunto, gostava de dizer que eu não sei sequer como é que estes empreendimentos se iam fazer, porque não há sistemas de incentivos para essa área e se estavam aprovados nos sistemas de incentivos antigos, tinham que ser executados até 2023, por isso, também não sei como é que isso ia acontecer.

Portanto, parece que esta Petição é pertinente, mas não vai servir para nada, porque esses empreendimentos não se vão fazer.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

O Sr. Deputado Carlos Furtado pede a palavra para...?

(* **Deputado Carlos Furtado** (*Indep.*): Para uma intervenção, Sr. Presidente.

Presidente: É só uma intervenção por cada grupo e representação parlamentar.

E no seu caso também é apenas uma única intervenção no âmbito das petições.

É assim.

Neste caso, penso que já todos se pronunciaram, e os que não se pronunciaram ainda, querendo, têm a oportunidade.

Penso que está apreciada esta Petição.

Avançamos para o ponto 10 da nossa agenda, relativo à **Petição n.º 15/XII – “Alteração do Traçado do 1.º Lanço do Projeto de Melhoria de Acessibilidade à Freguesia das Furnas”**, apresentada por Luís Alberto Ferreira Moniz, na qualidade de primeiro subscritor.

Os tempos são os que figuraram para a apreciação da Petição anterior. E dou igualmente a palavra à Sra. Relatora, Deputada Joana Pombo Tavares, para apresentação do relatório.

Deputada Joana Pombo Tavares (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER

PETIÇÃO N.º 15/XII - “ALTERAÇÃO DO TRAÇADO DO 1.º LANÇO DO PROJETO DE MELHORIA DE ACESSIBILIDADE À FREGUESIA DAS FURNAS”

7 janeiro de 2022

INTRODUÇÃO

A Comissão Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável reuniu no dia 8 de novembro de 2021, na Delegação da Assembleia Legislativa

na ilha São Miguel e ainda com recurso a meios telemáticos, para apreciação e deliberação de diligências sobre a **Petição n.º 15/XII – “Alteração do traçado do 1.º lanço do projeto de melhoria de acessibilidade à freguesia das Furnas”**.

A presente Petição reúne um total de 375 (trezentas e setenta e cinco) assinaturas, tendo como primeiro subscritor Luís Alberto Ferreira Moniz, e deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a 25 de outubro de 2021.

Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores, a referida Petição foi remetida à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, por se tratar de matéria da competência desta – *ambiente*, conforme determina o artigo 2.º da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pela Resolução n.º 49/2021/A, de 11 de agosto e pela Resolução n.º 52/2021/A, de 25 de outubro.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa e exerce-se nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na atual redação.

A apreciação da Petição e a elaboração do respetivo relatório cabe à Comissão Especializada Permanente competente em razão da matéria, nos termos do disposto nos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

CAPÍTULO II

ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua redação atual) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido Regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade, em reunião do dia 8 de novembro de 2021, tendo tal decisão sido comunicada formalmente ao primeiro subscritor.

CAPÍTULO III

OBJETO DA PETIÇÃO

Os Peticionários vêm, através deste instrumento, reivindicar a alteração e consequente modificação ou resolução da empreitada de execução referente ao traçado do 1.º lanço do projeto de melhoria de acessibilidade à freguesia das Furnas, correspondente à variante da Freguesia das Furnas, da responsabilidade da Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações, com base nos fundamentos por eles expostos, nomeadamente que:

“O projeto de execução em causa implica um enorme, irreversível e desnecessário impacto ambiental e paisagístico no Vale das Furnas, com consequências nefastas na atividade económica, agrícola e turística, que não se circunscrevem, de resto, à freguesia e ao concelho.

Com efeito, a obra implica, por si só, um grande impacto, por força da construção de uma via com uma extensão aproximada de 1.610 metros, com duas rotundas, três caminhos paralelos, catorze passagens hidráulicas e três faixas de circulação contínuas. É manifesto, assim, o enorme impacto ambiental da “variante” na paisagem, nas pastagens e nos cursos de água, já sem falar na

instabilidade da zona em causa, decorrente da sua proximidade com as caldeiras e águas minerais das Furnas, com possibilidade de se afetar este ex-libris das Furnas e dos Açores.

Por outro lado, a construção desta “variante” é, claramente, desnecessária, desde logo, por não haver tráfego (designadamente de pesados) que justifique a construção de uma via alternativa à já existente, através da freguesia, na certeza de que há, também, uma muito mais válida hipótese de acesso à Vila da Povoação, pelo Norte, através do Salto do Cavalo. Acresce que o processo prévio de consulta pública relativamente a este projeto decorreu em plena época de pandemia e confinamento, o que prejudicou o conhecimento e a participação da população.

Ora, o Vale das Furnas é, como é sabido, de uma beleza singular, sendo visitado por turistas de várias partes do mundo e todos os aspetos supramencionados aconselhavam, por isso, a máxima prudência no desenvolvimento do projeto. Os mesmos motivos, agora, quando ainda não foi iniciada a sua construção e pela repercussão negativa e irreversível que trará, impõem uma reavaliação do projeto da “variante às Furnas”, com vista à sua alteração, anulando-se a sua construção ou alterando-se o seu traçado ou dimensão, para que sejam acautelados valores maiores, com a qualidade de vida, ambiental e atratividade turística da freguesia.”

Terminam, referindo que “Os abaixo-assinados, residentes e não residente na freguesia das Furnas, vêm manifestar-se, pelos motivos expostos, contra o traçado do projeto para o 1.º lanço/variante à Freguesia das Furnas, atendendo, em suma, ao impacto que o mesmo terá no ambiente, na qualidade de vida, na atividade económica e na beleza do Vale das Furnas, solicitando que essa Assembleia, através da iniciativa dos seus membros, que recomende ao Governo Regional a alteração e consequente modificação ou resolução da empreitada de execução”.

CAPÍTULO IV

DILIGÊNCIAS EFETUADAS

Aquando da deliberação das diligências a efetuar no âmbito da presente Petição, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável determinou ouvir em audiência presencial, o primeiro subscritor da Petição, o Presidente da Câmara Municipal da Povoação, a Presidente de Junta de Freguesia das Furnas e o membro do Governo Regional com competência na matéria.

De referir que, na sequência da audiência ao primeiro subscritor, senhor Luis Moniz, o mesmo entregou um documento à Mesa da Comissão, o qual se encontra em anexo e faz parte integrante do presente Relatório.

Da Audição ao primeiro subscritor, ocorrida a 10 de dezembro de 2021:

A audiência iniciou-se com uma apreciação genérica do objeto da Petição por parte do Senhor Luís Moniz, tendo o mesmo referido que a presente Petição foi assinada por mais de quatrocentos peticionários, sendo estes contra o 1º lanço do Projeto de Melhoria de Acessibilidade à Freguesia das Furnas, que consideram ser um ataque ambiental à freguesia de Furnas, que vende pela sua singularidade e beleza natural, e que o projeto não beneficia a população em geral da freguesia.

O primeiro peticionário alega ainda que, a circulação de trânsito de pesados no centro da freguesia é reduzida a três veículos, que enuncia ser das empresas Simosil, Irmãos Duarte e o camião do leite. Refere ainda que, a circulação deste movimento ficou resolvida há oito anos atrás, pela aquisição de imóveis e construção de uma nova via de circulação pelo lado norte da referida freguesia.

Destaca que a execução desta empreitada não beneficiará as populações do Faial da Terra e Água Retorta, sendo de opinião que existem alternativas

melhores para beneficiar a população, sem prejudicar a paisagem das Furnas e a qualidade de vida da população que habitam na zona do Estaleiro.

O Peticionário Luís Moniz informou que durante as assinaturas da petição esclareceu a população, uma vez que esta considerava que a divulgação da empreitada, existente no lado norte da freguesia, era já referente ao 2º lanço da obra no sentido Ribeira Quente – Povoação, zona onde entende ser urgentemente intervencionada, pela frequência de acidentes e derrocadas.

O segundo peticionário, também presente na audição, Sr. António Pacheco reforça o argumento da petição enunciada anteriormente, considerando existir outras possibilidades de desvio do trânsito pesado, sem invadir o Vale das Furnas, e passo a citar *“não faz sentido nenhum de estarem a fazer vias rápidas e SCUT’s com esta dimensão ainda por cima, com três faixas de rodagem, uma coisa completamente desnecessária, com três caminhos paralelos (...)”*. Refere ainda que, de momento verifica-se um aumento de circulação de pesados proveniente de obras da Ribeira Quente e que a circulação está a ser realizada pelo lado Sul, a passar pela freguesia e sem constrangimentos. Este sugere ainda que seja executada a obra em direção ao Salto de Cavallo, com ligação pela Lomba da Louçã, Lombas e Água Retorta e que o valor da empreitada do 1º lanço seja utilizado para a empreitada do 2º lanço, local de elevada perigosidade.

De seguida tomara da palavra os deputados: o Deputado Joaquim Machado, que solicitou antecipadamente a sua participação na reunião, Deputado Rui Martins, Deputado Pedro Neves, Deputado António Vasco Viveiros e Deputado António Lima.

O Deputado Joaquim Machado enalteceu a participação cívica deste grupo de cidadão e questionou os peticionários sobre o número de viaturas que entra diariamente na freguesia de Furnas, pelo lado norte, e que tenham como destino final a Ribeira Quente ou Povoação, de forma a compreender se a empreitada

retira trânsito à freguesia. Questiona ainda, no seguimento da afirmação dos peticionários, em que a empreitada é um ataque à natureza, se têm conhecimento da existência de vegetação ou de outra manifestação da natureza (nascentes ou lençóis de água) que deva ser preservada pela sua fragilidade e/ou especificidade.

Na resposta, o peticionário Luís Moniz destaca que o trânsito de pesado são três viaturas, e que, como informou anteriormente, de momento verifica-se um aumento de tráfego a circular pelo lado sul. Acrescenta que o trânsito ligeiro são cerca de vinte a trinta viaturas.

O Peticionário Noel Vieira, terceiro peticionário presente, destaca que a população da Ribeira Quente poderá beneficiar com a obra, em redução de poucos minutos de sua rota, no entanto, a população das Lombas, Água Retorta e Faial da Terra não beneficiarão com a obra em questão. Realça ainda que alguns dos terrenos nos quais se executará a empreitada são reserva ecológica e outros identificados como aquíferos no Plano Diretor Municipal, com zonas de nascentes.

O peticionário Luís Moniz informa ainda que aguarda à mais de um ano uma reunião com a Secretária das Obras Públicas e Comunicações, tendo sido o último contacto de tentativa de agendamento, presencial na delegação, em julho de 2021, sem sucesso.

Em réplica, o Deputado Joaquim Machado destaca que a petição deu entrada em outubro de 2021, nos serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, sendo este um processo com alguns anos, sem que tenha havido anteriormente qualquer intervenção cívica, questionando o porquê da entrada da petição apenas agora.

O primeiro peticionário em resposta, justifica que todo o processo foi realizado sem conhecimento da população inclusive a sessão pública, e que apenas foram convidadas entidades. O Peticionário António Pacheco destaca ainda a falta de

hábito da população na leitura do Jornal Oficial para conhecimento destes processos, e realça que a discussão pública decorreu durante o período de confinamento da pandemia COVID-19.

O Deputado Rui Martins agradeceu a disponibilidade dos peticionários para esclarecimento das questões colocadas, e destaca que, mesmo antes da sua função de deputado nesta assembleia, teve conhecimento do projeto em discussão, no seguimento da divulgação efetuada nos meios de comunicação social, questionando os peticionários se, durante o processo de consulta pública tiveram alguma intervenção para que constassem as suas preocupações no referido processo.

O primeiro peticionário informou que o procedimento foi apenas do conhecimento de algumas entidades, e que em processos desta natureza, deveria a população das Furnas ter sido auscultada sobre a pertinência e aprovação do projeto.

O peticionário Noel Vieira informou ainda que, desde o processo de consulta pública que tentou marcar reunião com a então Secretária da Habitação e Obras Públicas, sem sucesso.

O peticionário António Pacheco acrescentou que, desde a discussão pública e o lançamento de empreitada decorreu o processo eleitoral, tendo sido colocada a circular a informação que o projeto por falta de verba, não iria avançar, justificando assim a tardia intervenção cívica.

O Deputado Rui Martins em réplica, realça que a audiência referenciada anteriormente foi solicitada à Senhora Secretária Regional Ana Cunha, e informa que em qualquer obra pública realizada na Região, é obrigatório o período de consulta pública do projeto assim que é apresentado, podendo a população solicitá-lo para sua análise.

O Deputado Pedro Neves agradece o documento apresentado, e enaltece a participação cívica independentemente da fase do processo que ele decorre.

Atendendo à afirmação dos peticionários que as novas vias não terão um grande fluxo rodoviário, questiona se consideram existir interesses para esta construção para a variante para as Furnas.

O primeiro peticionário realça que o presidente da Câmara Municipal da Povoação demonstrou sempre intenção de uma estrada para beneficiar a população do seu concelho.

O Deputado António Vasco Viveiros questionou sobre o que deverá ser, na visão dos peticionários, a alternativa, quer pela direção do Salto do Cavalo, quer o acesso pelo lado Sul, e que passa pela Povoação. E ainda, relativamente ao Salto de Cavalo, questiona sobre a elevação da cota da estrada, ao entrar nas Pedras do Galego.

Em resposta, o peticionário Luís Moniz informa que a cota no Salto do Cavalo é mais elevada que nas Pedras do Galego, havendo alternativas de resolução com recurso a maquinaria. Em relação ao lado Sul, para não atravessar a freguesia, consideram a alternativa do Castelo Branco. O peticionário António Pacheco acrescenta que se o acesso fosse feito pelo Salto de Cavalo, poderia posteriormente ligar o lado norte para o sul, sem intervenção dentro da freguesia das Furnas.

O Deputado António Lima agradeceu aos peticionários pelo seu ato de cidadania, considerando que o problema de acessibilidade Furnas-Povoação é antigo, sendo a segurança a questão mais urgente. Informou ainda que, na legislatura anterior, o Bloco de Esquerda apresentou um projeto de resolução para que se iniciasse rapidamente a execução do troço Furnas-Povoação pela necessidade de segurança, não tendo sido avançada pelo Governo Regional. Questionou os peticionários se são de opinião da necessidade de melhoramento do ordenamento e escoamento do trânsito na freguesia de Furnas, atendendo ao trânsito de autocarros, principalmente turísticos, mas também de ligeiros, que possuem como destino a freguesia das Furnas, mas também que tenham outros

destinos e que por ela passem. Realçou ainda que foram considerados para o presente projeto vários traçados, alguns deles chumbados pelo seu estudo de impacto ambiental, nomeadamente o da Lagoa Seca. Questionou se têm conhecimento dos restantes traçados.

O peticionário Luís Moniz informou que a melhoria da circulação do trânsito ficou resolvida com a abertura da estrada pelo lado norte, e que na época alta o trânsito mais intenso localiza-se no interior das Caldeiras. O peticionário António Pacheco destacou que o principal problema na freguesia é de estacionamento, devendo este ser uma preocupação. Informou ainda que tiveram conhecimento da opção pelo lado Sul, reprovada pelo seu estudo de impacto ambiental, opção com a qual também não concordam.

Da Audição ao Presidente da Câmara Municipal da Povoação, ocorrida a 28 de dezembro de 2021:

O Senhor Presidente da Câmara, Pedro Melo, iniciou a sua intervenção referindo que esta seria direcionada não a referir a petição em análise, mas sim, a melhoria da estrada Furnas-Povoação, nesta primeira fase, na variante às Furnas, referindo ainda que a sua opinião é pública e publicada sobre a referida obra.

Referiu ainda que nos doze anos que se encontra na Câmara Municipal da Povoação, primeiro como Vice-Presidente e nos últimos anos como Presidente, têm encetado uma batalha para que se consiga uma melhoria, uma estrada mais segura entre as Furnas e a Povoação. Referiu ainda que a 1ª fase foi acompanhada pela Câmara Municipal, e com conhecimento da zona que está previsto passar, sem nada ter a opor sobre o traçado e área da obra.

Presidente da Câmara da Povoação acrescenta ainda que se encontra de acordo com o previsto a realizar, e que de *“momento não temos informação nenhuma sobre aquilo que será e quando acontecerá a 2ª fase da estrada, e que era bom*

que não se parasse esse trabalho, aliás, era bom que se reforçasse esse trabalho para que o mais rápido termos ligação Furnas - Povoação na sua totalidade, trazendo mais segurança a todos os povoacenses mas também a quem nos visita, que são cada vez mais”.

Da Audição à Presidente da Junta de Freguesia das Furnas, ocorrida a 28 de dezembro de 2021:

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, Eduarda Pimenta, deu início à sua intervenção destacando que a freguesia da qual é Presidente de Junta, conta com 1400 habitantes, e que mais de um terço da população assinou a presente petição, e que apesar de entender ser extemporânea, saúda os seus peticionários pela iniciativa contra a construção do primeiro lanço de construção do acesso à freguesia. Realça ainda que os primeiros peticionários fizeram parte da lista à Junta de Freguesia de Furnas, demonstrando o cariz apartidário da referida petição.

A Senhora presidente Eduarda Pimenta destacou que a razão do aparecimento extemporâneo da petição deve-se a que a população, apenas agora, tomou consciência da obra, com as notificações das expropriações de terrenos.

A Presidente realçou que a última apresentação pública do projeto, a 20 junho de 2020, no salão paroquial de Furnas, foi limitada à população, pelas restrições da pandemia COVID-19, e na qual a Secretária Regional das Obras Públicas e Transportes cumpriu com todas as exigências formais do projeto, concretamente com a devida publicação e discussão pública, realçando ainda que todos os prazos foram cumpridos.

Informou ainda que e passo a citar “*durante a primeira consulta pública, entre 28 dezembro de 2017 e 8 de fevereiro de 2018, foi solicitado “parecer à Câmara Municipal e à Direção Regional da Cultura e Instituto Ordenamento Agrário, não tendo havido qualquer melhoria por parte dos cidadãos, ou*

solicitado qualquer parecer por parte da Junta de Freguesia de Furnas, e questiono-me porque só agora a Presidente da Junta foi chamada a participar nesta comissão porque não teve qualquer envolvimento anteriormente”.

A presidente da Junta realça que a obra já se encontra adjudicada e que o seu impacto ambiental foi salvaguardado, durante o qual os cidadãos não apresentaram sugestões de melhoria.

Considera que esta é uma obra estruturante na ligação do segundo lanço Furnas-Povoação, que irá desviar o tráfego pesado do centro da freguesia de Furnas, não sendo viável, segundo especialista, a alternativa do Salto Cavallo, pelas cotas que apresenta.

A presidente sugere que, futuramente qualquer obra estruturante, de elevada dimensão e que apresente impacto na vida dos cidadãos, o Governo Regional dos Açores, deverá tornar a apresentação dos projetos mais simples, direta e objetiva. Acrescenta ainda que as Juntas de Freguesia deverão ser parte integrante do procedimento, uma vez que são estas que se encontram mais perto dos cidadãos.

Da Audição à Secretária Regional das Obras Públicas e Comunicações, ocorrida a 10 de dezembro de 2021:

A Senhora Secretária Regional das Obras Públicas e Comunicações, na sua intervenção começou por saudar os peticionários, reconhecendo a legitimidade da participação da sociedade civil para assuntos de interesse público.

Destaca que o presente processo data de 2017, pelo que considera importante que seja realizado um enquadramento do mesmo, para qualquer decisão a ser tomada do presente processo de petição e que considera não terem sido objeto de uma adequada ponderação.

A obra referenciada na presente petição foi decidida pelo XII Governo Regional dos Açores, com a preocupação central de garantir a segurança, desde logo a

nível pedonal das Furnas, uma vez que a variante permitirá retirar parte do tráfego do centro da freguesia, nomeadamente o tráfego que se dirige para a Povoação e para a Ribeira Quente.

Aquando da apresentação pública do projeto de execução da variante das Furnas - 1ª fase para a melhoria da acessibilidade Furnas – Povoação, que decorreu no dia 20 de julho de 2020 às 11h00, no Centro Social e Paroquial das Furnas, na Avenida Victor Rodrigues, o então Presidente do Governo, Dr. Vasco Cordeiro, anunciou que, a presente obra aumentaria a segurança da circulação rodoviária, tendo em conta o perfil previsto para as duas fases de intervenção destacando o contributo da obra para o desenvolvimento económico deste concelho e da ilha de São Miguel, assim como consequentemente com efeitos no desenvolvimento económico do turismo, das pescas e da agricultura. Ainda no discurso do então presidente do Governo Regional, este sublinhou que a obra foi alvo de avaliação de impacto ambiental, pelo que as questões ambientais estiveram presentes na decisão de avanço com o investimento, agora discutidos, conforme informação do Gabinete de apoio à Comunicação Social de 20 julho de 2020.

Neste âmbito, o procedimento de avaliação de impacto ambiental ao projeto de melhoria de acessibilidade à Vila da Povoação, ao abrigo do Decreto Legislativo Regional nº 30/2010/A de 15 de Novembro, tendo como proponente a Secretaria Regional dos Transportes e das Obras Públicas da Região Autónoma dos Açores, iniciou-se a 23 de janeiro de 2017, com entrada na Direção Regional do Ambiente, na qualidade de autoridade ambiental do estudo de impacto ambiental, proveniente da entidade licenciadora a Direção Regional das Obras Públicas e Comunicações.

Informou ainda que a comissão de avaliação do estudo de impacto ambiental, após a visita dos técnicos à área de estudo, a 23 de fevereiro de 2017, emitiu um parecer de apreciação dos documentos rececionados no qual solicitou

melhoramentos e informações, tendo o procedimento retomado a 28 de novembro de 2017, com entrada dos elementos anteriormente solicitados, o que resultou num parecer favorável e posterior declaração de conformidade do estudo de impacto ambiental pela autoridade ambiental, com seguimento da fase de consulta pública.

A consulta pública decorreu ao longo de 30 dias úteis, entre 28 dezembro 2017 a 8 fevereiro de 2018, tendo sido solicitado igualmente pareceres à Direção Regional da Cultura, à Câmara Municipal da Povoação e ao Instituto Regional do Ordenamento Agrário, pareceres que foram apreciados pela comissão de avaliação, sendo considerados no seu parecer final, não existindo qualquer participação cívica.

A Senhora Secretária acrescentou ainda que não existiu intervenção por parte da população durante o processo de consulta pública não havendo, portanto, sido levantadas questões que poderiam estar omissas no estudo de impacto ambiental.

Informou ainda que a comissão de avaliação emitiu o seu parecer final, após receção do relatório de consulta pública, a 28 de fevereiro de 2018, onde considerou viável a emissão de uma declaração de impacto ambiental, condicionalmente favorável ao cumprimento das medidas de mitigação e programas de monitorização indicados no mesmo estudo, a considerar na declaração de impacto ambiental, nomeadamente “*a não aprovação da variante Sul às Furnas*”.

No seguimento do Despacho nº 513/2018, de 29 de março, da Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo foi aprovada a declaração de impacto ambiental favorável condicionada ao cumprimento das disposições nela contida relativo ao procedimento de avaliação de impacto ambiental do projeto de melhoria de acessibilidade à Vila da Povoação, implantado nas freguesias de Furnas e Ribeira Quente e Povoação, do concelho da Povoação, e avaliado em

fase de estudo prévio.

O projeto de execução da variante à freguesia das Furnas, na sua primeira fase, foi elaborado na sequência do estudo prévio, contendo três hipóteses de traçado. Destacou ainda que, o projeto de execução contém todas as medidas de mitigação e programas de monitorização indicados no estudo de impacto ambiental, que é atestado pelo relatório de conformidade ambiental do projeto de execução – RECAPE – e que se encontra em fase de aprovação.

Destacou ainda que, foi realizada o processo de consulta pública do projeto de execução entre 27 de março e 17 de abril de 2020, no qual estiveram disponíveis no portal de consulta pública da anterior Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo, os documentos que compõe o RECAPE. A divulgação da referida consulta pública foi realizada em Açoriano Oriental.

A Senhora Secretária Regional Ana Carvalho, esclareceu de seguida alguns aspetos concretos da petição que se encontra em análise, referindo que a hipótese de acesso à Vila da Povoação, pelo lado Norte, através do Salto de Cavalo, não foi equacionada pelo Governo Regional dos Açores, uma vez que não permite retirar parte do tráfego que se dirige para a Povoação e para a Ribeira Quente, do interior da freguesia das Furnas; não aumenta nem contribui para a segurança da circulação rodoviária, uma vez que se trata de uma área geográfica com cotas muito elevadas, sujeita a nevoeiro em maior parte do ano. De realçar que a estrada do Salto de Cavalo se localiza entre as cotas de 700 e 800 metros, o que contribui para a falta de visibilidade nestas altitudes, possuindo ainda inclinações longitudinais não favoráveis e não regulamentares para a tipologia de via a realizar.

Realçou ainda que, este processo encontra-se já em fase de contratualização da empreitada, sendo já da posse da Região Autónoma dos Açores, os terrenos a afetar ao investimento. Por último, destacou que o presente investimento é apoiado no âmbito do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência - sendo que a

sua não contratualização poderá ter como consequência a perda desta importante fonte de financiamento. Salientou que os projetos elegíveis para o PRR necessitam de cumprir os seis objetivos exigidos pela comissão, o que inclui o de sustentabilidade ambiental, sendo que pelo exposto não se verificam motivos técnicos e ambientais que coloquem em causa o presente investimento. O Senhor Deputado António Lima questionou a existência de algum estudo ou estimativa de tráfego que será desviado com a presente intervenção, uma vez que os peticionários alegam não existir tráfego de pesados que seja significativo, a circular na freguesia.

Em resposta, a Senhora Secretária Regional esclareceu que o tráfego médio diário na freguesia das Furnas é de 1700 a 1800 veículos, de todas as categorias, sendo 3% veículos pesados. Esclareceu ainda que, a presente empreitada tem como principal objetivo não entrar na freguesia das Furnas. Atualmente o tráfego proveniente quer pelo lado Sul, quer pelo lado Norte, passa no centro urbano das Furnas, causando constrangimentos na passagem de autocarros, que aumentam em períodos de época alta. Realçou ainda que, esta variante tem como objetivo a circulação mais rápida para acesso à Vila da Povoação.

Em réplica, o Deputado António Lima agradeceu os números indicados, para que melhor se possa compreender o volume de tráfego em causa e reiterou a questão se foi elaborada alguma estimativa do tráfego que será desviado do centro das Furnas, com a realização da empreitada da primeira fase.

Em resposta a Senhora Secretária informou que, do seu conhecimento não existe a estimativa referida, realçando que o tráfego varia entre épocas altas e baixas, sendo que o objetivo da construção da variante é a resolução de constrangimentos de tráfego de pesados dentro da freguesia das Furnas, durante a época alta do Verão, uma vez que no inverno o tráfego é reduzido. Destacou ainda o tráfego pesado que de momento circula no centro da freguesia, proveniente das obras que decorrem da Ribeira Quente, e não deveriam passar

pelo centro; assim como a necessidade do acesso rápido de Bombeiros e outros veículos de primeira resposta, que em caso de emergência, deverão ter um acesso livre e desimpedido para alcançar áreas geográficas até à Povoação.

O Senhor Deputado António Viveiros realçou que dado o seguimento da adjudicação da empreitada, a petição em análise é extemporânea, mas questiona se é de entendimento da Senhora Secretária Regional que para obras relevantes, futuramente, para além da divulgação legal e que foi cumprida, se o Governo Regional não deverá ter uma divulgação mais persistente, para que a população possa se manifestar.

Em resposta, a Senhora Secretária informou que a divulgação efetuada foi suficiente, nos órgãos de comunicação social, quer dos estudos prévios, quer do projeto de execução. Reconheceu que o segundo período de consulta pública decorreu durante a pandemia, razão pela qual a população poderá não ter se deslocado ao local físico onde decorreu, no entanto, o primeiro processo decorreu no ano de 2018 não havendo qualquer intervenção cívica. Realçou que sempre foi prática da presente Secretaria Regional a realização de consultas públicas presenciais, nas freguesias da localização das obras.

O senhor Deputado José Contente agradeceu a excelente explanação de todo o processo por parte da Senhora Secretária Regional, e informou que esteve presente na sessão de consulta pública assim como todos aqueles tiveram conhecimento do processo incluído habitantes e interessados. Apesar de reconhecer a legitimidade da petição, realçando o seu conteúdo extemporâneo, dado o cumprimento de todos os requisitos exigidos ao longo do processo deste projeto. Destacou que este é um projeto claro, com uma intenção útil não mensurável como por exemplo, o tempo de salvamento de uma vida que se desloque em urgência, da Povoação ou Ribeira Quente, até Ponta Delgada. Agradeceu, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a explanação de todo o processo, o qual dá garantias e segurança a quem decide e avança

com um projeto que depende de fundos comunitários europeus, sem retorno caso não fossem utilizados.

Para finalizar a Senhora Secretária Regional mostrou-se disponível, para eventuais esclarecimentos sobre o projeto, na freguesia das Furnas, caso seja intenção dos peticionários. No esclarecimento poderá divulgar as razões da escolha do traçado assim como, o perfil transversal da obra, no qual é possível demonstrar o cuidado da Secretaria Regional para implementação de cortinas arbóreas para redução de impacto visual da obra. Informou adicionalmente que é de opinião que seja esta a principal razão para a presente petição, a preocupação dos peticionários sobre o possível impacto paisagístico que este projeto possa causar.

CAPÍTULO V

CONCLUSÕES

Na sequência das diligências realizadas no âmbito da apreciação da **Petição n.º 15/XII – “Alteração do traçado do 1.º lanço do projeto de melhoria de acessibilidade à freguesia das Furnas”**, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, aprovou, por unanimidade as seguintes conclusões:

- 1) A Petição foi devidamente subscrita, no mínimo, por 300 cidadãos, nos termos da alínea a) do n.º 1) do artigo 192.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pelo que reúne as condições legais para ser apreciada em reunião plenária da Assembleia;
- 2) As pretensões dos peticionários têm origem no ataque ambiental que a presente obra terá na paisagem do Vale das Furnas, e entendem que a mesma não beneficiará a população da referida freguesia na alteração do tráfego de trânsito de pesados que circula atualmente nas estradas da freguesia das Furnas;

- 3) Os peticionários manifestaram a sua total discordância com o projeto de construção do 1º lanço de melhoria de acessibilidades à freguesia das Furnas;
- 4) Considera-se que o procedimento para a execução do 1º lanço do projeto de melhoria de acessibilidades à freguesia das Furnas cumpriu com os prazos legalmente impostos, nomeadamente os períodos e divulgação de consulta pública do procedimento de Conformidade Ambiental, assim como o período de Consulta Pública.
- 5) Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência na matéria.

Vila do Porto, 7 janeiro de 2022

A Relatora



(Joana Pombo Tavares)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade

O Presidente



(José Gabriel Eduardo)

Anexo: Documento referido no presente Relatório.

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Está apresentado o Relatório da Petição.

Sr. Deputado Rui Martins tem a palavra.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

Em nome do Grupo Parlamentar do CDS, cumpre-me saudar os Peticionários na pessoa do 1º Peticionário, Sr. Luis Alberto Ferreira Moniz, pelo facto de terem usado do seu direito cívico de petição e de trazerem esta preocupação à apreciação da nossa Assembleia.

No entanto, o que salta à vista desta Petição e no processo de audições, é que continuamos a ter muitas vezes um fraco envolvimento das comunidades, quando há apresentações públicas de projetos, sendo que os períodos de discussão pública são ultrapassados sem que haja um envolvimento das comunidades. E depois, *a posteriori*, quando já está a decisão tomada e se avança, tendo-se cumprido todos os preceitos legais, é que por vezes as pessoas perguntam-se: “mas quem é que tomou a decisão? Como é que isto aconteceu”?

Obviamente não pretendo com isto de alguma forma condenar ou recriminar a atuação dos Peticionários, em boa hora o fizeram, ou seja, infelizmente, deixaram ultrapassar os prazos na altura em que se deviam ter pronunciado, mas isso deve-nos fazer refletir e os governos, anteriores e atual, para os procedimentos de divulgação pública quando há investimentos que têm este preceito legal primeiro de consulta pública. E deve haver um esforço maior de envolver as comunidades, para que haja uma pronúncia, evitando que depois se venham reabrir processos que se julgavam devidamente esclarecidos e que tinham o acordo de toda a população.

Efetivamente, a Comissão conseguiu – e é uma das conclusões – que se verificou o cumprimento dos prazos legalmente impostos, tanto para os períodos de divulgação e consulta pública do procedimento de conformidade ambiental, como para o período de consulta pública para que as comunidades se pronunciassem. E, pronto, é com

pena que vemos que, segundo os Peticionários, há uma parte da população que não se deu conta desse investimento, não sabia exatamente como é que ia ser a obra e agora consideram que não é uma mais-valia para a freguesia.

O nosso entendimento não é bem esse, porque por um lado, foram cumpridos os prazos e, embora estes Peticionários façam bem em manifestar a sua posição, ao mesmo tempo também é verdade que a retirada de trânsito que não é destinado à freguesia das Furnas, é importante porque, como todos sabemos, para quem conhece a freguesia que, felizmente, fruto da atratividade há muito trânsito que acaba por ser prejudicado, porque precisa de atravessar a freguesia, acabando por ver dificultada essa travessia, fruto da afluência e do turismo que esta localidade capta.

Por isso, resta-nos apenas deixar este alerta para que, de futuro, os governos e as próprias comunidades intervenham mais nestes processos que são participados, que têm consulta pública, é obrigatório que todos os investimentos e as obras públicas regionais tenham consulta pública. Por isso, o apelo que aqui fica é tanto para as comunidades para que participem ativamente na decisão dos destinos dos investimentos e para, assim, contribuírem para melhorar as soluções apresentadas pelos governos, como também para os governos, para que tentem de alguma forma melhorar ainda mais aquilo que for possível ser melhorado na comunicação e divulgação destes investimentos, ou seja, apelando efetivamente a essa participação das comunidades.

De resto, e mais uma vez, saudar os Peticionários por trazerem este assunto à nossa discussão.

Muito obrigado.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não quero acrescentar muito ao que já foi dito pelo meu colega Deputado Rui Martins que acabou por se antecipar.

A verdade é que relativamente a este processo, reuni com o Sr. Luis Moniz, a pedido dele, reunião essa com mais algumas pessoas. E no mesmo dia, amavelmente, a Sra. Secretária Regional recebeu-me, expus a situação e chegámos à conclusão de que estávamos um bocadinho fora de prazo e realmente o processo aconteceu.

Fruto ou não da pandemia, não me cabe a mim ter esta opinião, as coisas ultrapassaram-se. Eles, e bem, souberam usar esta Petição e alertar para isso.

O que eu quero dizer, no fundo, é que também é importante nós cidadãos dos Açores e até do mundo, estarmos atentos ao que vai acontecendo, porque muitas vezes quando tentamos parar o barco, ele já saiu do cais e não é fácil. Bem ou mal, não vou fazer o julgamento sobre se é ou não importante fazer a obra, na verdade é que já foi difícil. E também é verdade, tal como já foi dito, é que tem de haver um esforço cada vez maior, e hoje há outras ferramentas para isso.

Da parte do Governo Regional, um alerta para que cada iniciativa com esta importância e desta envergadura, seja devidamente publicitada, para depois não estarmos aqui numa situação que não sabemos como é que a havemos de abordar; é desagradável quando temos quase 500 pessoas a dizer que não querem uma obra e ela tem que se fazer, porque já estava assim definida.

Enfim, é este o alerta que aqui deixo, saudando o Sr. Luis Moniz e todos os outros que fizeram esta intervenção cívica, que é o que devemos fazer mais vezes, com mais força, para que possamos realmente melhorar a nossa terra e não atirar para os braços dos deputados ou dos governantes, ou dum presidente de câmara, a responsabilidade que também é cidadão e nunca nos podemos demitir dela.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por saudar os Peticionários da Petição que pede a “Alteração do 1.º Lanço do Projeto de Melhoria de Acessibilidade à Freguesia das Furnas”, apresentada por Luís Alberto Ferreira Moniz, na qualidade de primeiro subscritor, pelo seu ato de participação cívica.

De facto, este projeto enquadra-se num outro que é mais vasto e que tem a ver com a melhoria das acessibilidades à freguesias das Furnas, incluindo não só este projeto da variante, mas também outro troço, nomeadamente a ligação das Furnas à Vila da Povoação, um assunto que até tivemos oportunidade, na passada Legislatura, de trazer a esta Assembleia, sob a forma de projeto de resolução e que não obstante considerarmos que a variante se justifica, na nossa opinião, teria sido mais urgente o troço de ligação das Furnas à Vila do Povoação, porque independentemente da melhoria do trânsito e do seu desvio do centro da freguesia das Furnas, as questões de segurança relacionadas com a ligação (Furnas-Povoação) pareciam-nos, e parecem-nos, mais urgentes, pois trata-se duma situação ligada à segurança, duma via com muitos constrangimentos. E este ano, com as situações climatéricas que tivemos, isso foi novamente claro. É uma urgência intervir naquela zona, de modo a criar melhores condições de segurança na circulação.

A nossa opção não teria sido de todo começar pela variante, deixando o troço seguinte para depois. Essa não foi essa a opção na altura, mas está projetado e esperamos que esse troço avance com maior rapidez do que estaria previsto.

Independentemente disso, falando da variante, nós reconhecemos que há uma necessidade, também com alguma urgência, de melhorar toda a circulação viária naquela zona.

Principalmente no verão, a freguesia de Furnas sofre um afluxo muito intenso de viaturas, ligeiras e pesadas, sendo que muitas delas dirigem-se à freguesia, pelas razões óbvias, mas outras, também, dirigem-se a outras zonas e freguesias do concelho da Povoação.

Para quem conhece a zona, é fácil de perceber que no verão o centro da freguesia de Furnas, ao nível do ordenamento do trânsito, tem uma situação muito complicada e que não se poderá prolongar por muito mais tempo.

É necessário, por um lado, uma solução (mais municipal) ao nível do ordenamento do trânsito no centro da freguesia, mas também é fundamental, tendo em conta a exiguidade de muitas das vias, desviar uma parte desse trânsito do centro da freguesia. Isso dificilmente será feito doutra forma que não seja através duma variante.

Tive oportunidade de consultar o projeto em causa. Em relação às diferentes opções que foram colocadas em cima da mesa para a construção dessa variante, nenhuma delas seria perfeita do ponto de vista do impacto na paisagem, mas realmente havia outras com impactos bastante mais sérios e que foram felizmente reprovadas em estudo de impacto ambiental. E queremos acreditar que, a fazer-se, esta será a opção com menor impacto. Não excluindo que qualquer obra, obviamente, tem sempre um impacto e naquela zona sensível, esses impactos têm de ser mitigados da melhor forma possível, sabendo que não haverá uma obra perfeita.

Portanto, consideramos fundamental que a construção da variante tenha, efetivamente, e dirijo-me à Sra. Secretária da tutela, a maior das preocupações na redução do impacto tanto na obra, como também no impacto posterior. Ou seja, no impacto da obra em funcionamento, no impacto da paisagem daquela zona, porque será um rasgo na paisagem daquela freguesia e daquele vale, cuja população tem uma preocupação muito séria, como é evidente, sobre esse impacto. Mas isso deve ser mitigado ao máximo possível.

As opções que são colocadas como outras possibilidades de desvio de trânsito, como o Salto do Cavalo, não nos parecem viáveis, porque para além de não resolver todos os problemas ao nível de acessibilidade, há uma quase impossibilidade, dado que é uma zona de grande altitude, grande perigosidade, o que seria criar-se um novo

problema, em vez de se resolver o problema da segurança que se pretende resolver também com o troço seguinte, criando mais um entrave ao nível da segurança.

Aquilo que nos parece por demais evidente, é a necessidade de ter o máximo de cuidado, nesta fase, na construção, mas também na mitigação do impacto visual e na paisagem na entrada em funcionamento pleno dessa variante, não deixando igualmente de alertar para a necessidade urgente de se avançar com o 2º troço que, como referi, teria sido mais urgente do que este troço que se vai começar.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves.

(*) **Deputado Gustavo Alves (PPM):** Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PPM felicita pelo seu ato cívico e louvável de exporem as suas questões e anseios perante a Assembleia Legislativa da RAA.

Não irei acrescentar mais sobre este tema que já foi debatido pelos meus caros colegas Deputados, relativamente à extemporaneidade do tema. Quero apenas fazer referência, tal como o Sr. Deputado Rui Martins, aos dois momentos de consulta pública em que a população não levantou questões.

O Grupo Parlamentar do PPM apela, assim, que a população tenha uma participação ativa nas decisões políticas, neste caso, através das consultas públicas que estão na página de internet do Governo Regional dos Açores.

Neste momento, existem pelo menos três consultas públicas: o Programa Operacional Açores 20/30 que é fundamental nos próximos anos e que irão marcar a nossa Região; a anteposta do Modelo de Educação Inclusiva; e, também, o Programa Regional para a Saúde Mental dos Açores.

Eu próprio quero aqui dizer que muitas vezes peço por não contribuir e ficar acanhado, pensando que as minhas ideias não vão ser bem acolhidas. E depois arrependo-me, porque o período de tempo e o local para contribuir já lá vão, já não é

possível, tudo tem um tempo e um espaço e, por vezes como é este caso, o tempo passou e o contributo ficou por dar.

A conclusão que tiro é de que todos nós devemos seguir os nossos instintos e que a nossa crença não nos deixe ficar acomodados sem mostrarmos o que pensamos, ainda mais quando é para ajudar o próximo.

Acrescento, ainda, nesta mensagem aos Açores, a utilização dum mecanismo pouco utilizado pelo povo, neste caso, para reclamações de serviços públicos ou privados que é o “Livro de Reclamações”. Com a sua utilização, oficializa-se uma reclamação e fica-se com a cópia do documento como prova, e servindo de base, para avançar com um processo judicial. É, assim, mais uma das recomendações que fazemos, porque temos a certeza de que é assim que se começa a fazer uma reivindicação em relação a serviços públicos ou privados, mas que ao ser utilizado, marcámos a diferença e mostrámos o nosso desagrado.

Finalizo a minha intervenção, saudando uma vez mais os Peticionários e apelando ao sentido crítico de todos, a bem da Autonomia, a bem dos Açores.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos do Deputado Paulo Estêvão)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, e como costumeiramente em primeiro lugar, agradecer o ato cívico dos Peticionários e tecer algumas considerações sobre o tema.

Eu cresci a ouvir dizer que no Vale das Furnas se deve mexer com pinças. E, ainda paras mais, precisamente na zona que vai ser intervencionada, uma vez que é por ali

que medram algumas das mais variadas nascentes de águas termais do Vale das Furnas, nomeadamente aquela que é mais conhecida que é a Serra do Trigo, hoje chamada *Magnifica*.

É por isso que nos preocupa essa intervenção urbanística, num dos lugares mais interessantes do ponto de vista do desenvolvimento turístico na Região Autónoma dos Açores. Porque muitas vezes, ouvimos falar de “turismo de natureza” para a nossa Região quando, na verdade, nós não temos turismo de natureza, nós o que temos é uma coisa única, é uma paisagem que harmoniza bem a natureza com a humanização. E o Vale das Furnas é talvez o espaço geográfico que melhor responde a esse desiderato. É aquele onde, provavelmente, apesar de uma ou outra intervenção desajustada, esse equilíbrio melhor está plasmado. E, sinceramente, preocupa bastante essa intervenção, ao nível rodoviário, se não for tido o cuidado de preservar quer o subsolo, nomeadamente as nascentes, quer o impacto visual que aquela intervenção pode ter no mais bonito Vale dos Açores.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Obrigado Sr. Presidente. Aras. E Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, enaltecer o trabalho e o ato de cidadania que representa esta Petição, desde logo na pessoa do seu 1º Peticionário, Sr. Luis Moniz, mas também todas as outras pessoas que a subscreveram.

Tive oportunidade de, na medida do possível, acompanhar esta situação e, de vez em quando concordamos, Sr. Deputado António Lima, pois não tenho dúvidas nenhuma de que, a escolher qual seria a primeira intervenção, se seria este lanço que agora se vai fazer ou a 2ª fase que ligará o nó ao centro da Vila da Povoação, obviamente, eu escolheria começar pela ligação da estrada de ligação das Furnas à Povoação e por razões que a mim me parecem óbvias. Quando o problema maior no

centro da freguesia das Furnas é uma questão de fluidez de trânsito, já o outro troço é uma questão de segurança rodoviária, porque como também já foi aqui dito, circular no troço de ligação das Furnas à Vila da Povoação é uma matéria de segurança rodoviária, principalmente no decurso dos invernos prolongados e algumas vez que *castigam* quem lá circula, em que o risco de desabamentos, até de acidentes devido a poucas condições de visibilidade com curvas apertadas naquele troço, dificultam essa circulação. Daí que se eu tivesse que escolher, optaria pelo 2º troço. E até por uma razão de ordem meramente prática. Estou aqui a lembrar-me de que a construção deste troço de que agora se fala, vai obrigar a adição de milhões de m³ de inertes nesse dito Vale das Furnas que hão de ser transportados dalgum sítio, é certo, curiosamente para, depois, mais tarde se retirar milhões de m³ da tal 2ª fase. Ou seja, desde logo, temos aqui, em termos de combustíveis, deslocações e constrangimentos de trânsito, a grande circulação de veículos pesados para trazer os inertes até ao Vale das Furnas, para depois um dia mais tarde, haver outra vez uma grande movimentação (veículos pesados) para retirar os inertes da zona da Povoação para levar algures não sei para onde.

Portanto, esta é imagem que eu, enquanto leigo – reconheço – vejo que seja o problema principal dessa situação.

Obviamente muitos não concordarão comigo, até assumo que possa estar errado, mas esta é a minha leitura. Além de, ao procurar inteirar-me desta situação, constatei que existe – nem que fosse de uma forma mais imediata – uma solução bem mais económica, para dinamizar os constrangimentos de fluidez de trânsito na freguesia das Furnas. Mas, lá está, as decisões ficarão sempre da responsabilidade do Governo. No entanto, penso que antes do início da obra, nunca será tarde para rever essa situação, porque aquilo que também já foi aqui referido quanto ao impacto que essa nova via de circulação possa ter, é de considerar, bem como é de considerar a urgência da intervenção no troço Furnas-Povoação.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quero, em primeiro lugar, agradecer aos Peticionários desta Petição, sobre a qual já tivemos alguma discussão em Comissão, diria, várias discussões sobre este assunto. Mas queria repetir exatamente aquilo que já disse, e que foi repetido aqui – e falo para o Sr. Deputado do PPM – de que tudo tem um *timing*. E esse *timing* continua ainda perfeito, pois não há 1 único tijolo, nem uma única linha de betão metida por uma espátula, não há absolutamente nada feito.

Não podemos nunca sequer comparar aquilo que é o tesouro dos Açores, que não é um *cheque passado* à empresa que venha a fazer as variantes, mas sim, a nossa paisagem natural que não tem preço.

Daí *passo a bola* ao Sr. Deputado da Iniciativa Liberal para dizer que, sem sustentabilidade ambiental de qualquer coisa que nós fizermos, mesmo que haja o turismo de natureza – aí não concordo consigo, teremos uma paisagem natural obviamente humanizada, mas não *betonada*. Há uma diferença entre betonização de alguma coisa e a humanização que, neste caso, o impacto humano não é de relevo, para aquilo que é a identidade das Furnas. Isto já apreço o *déjà vu* da nossa Lagoa do Fogo, estamos a ter quase a mesma conversa, isto é, estamos a falar dum património natural que não pode ser violado desta forma – e não falo do que referiu o Sr. Deputado Carlos Furtado sobre a segurança rodoviária que tem de ser assegurada, mas o que é que queremos afinal?

Queremos dar vias aos turistas para apreciarem a nossa paisagem natural, mas por via disso rebentar com essa paisagem natural? E quando formos a ver, temos uma estrada feita de betão.

Como é óbvio, nós apoiamos totalmente os Peticionários e dizemos que o *timing* é (sempre) perfeito, enquanto não for feito sequer 1 metro das variantes.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(*) **Deputado José Contente** (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista quer, em primeiro lugar, saudar os 375 Peticionários (e não 500), na pessoa do Sr. Luis Alberto Ferreira Moniz, pela iniciativa que, aliás, tem vindo a ser crescente nos Açores e que atesta, ao contrário do que eu percebi aqui, duma maior participação dos cidadãos na vida pública e nas decisões da atividade pública.

Esta Petição tinha, inicialmente, e tem, de minimizar os impactos ambientais, mas também até procurou propor uma alternativa aquele que era o projeto, só que tecnicamente chegou-se à conclusão, e bem, como foi explicado pela Sra. Secretária em sede de Comissão, que à quota de 700/800 metros, era impossível pelo Salto do Cavalo, arranjar essa alternativa.

Restava, por isso, neste projeto, atender (ou entender) as questões paisagísticas que também seriam a preocupação dos Peticionários.

Foi também dito na Comissão que estas questões estariam devidamente salvaguardadas, nomeadamente, com a utilização de cortinas arbóreas, como é comum neste tipo de projetos, que iriam dar esse reenquadramento numa paisagem que tem de facto as suas características e alguma suscetibilidade, mas que segundo essas preocupações dos projetistas, a questão ficaria resolvida.

De resto, é preciso recuar um pouco e dizer que o anterior Governo, e bem, quando tomou a decisão de avançar para este projeto – tinha três variantes e escolheu uma – escolheu uma que parecer ser realmente aquela que cumpre os melhores objetivos que, como foi dito na altura pelo então Presidente Vasco Cordeiro, eram o aumento da segurança rodoviária, a questão da potencialidade de situações associadas ao turismo, e também à agricultura e as próprias pescas, por causa do Porto da Ribeira

Quente. Dizia ele que de facto este projeto vem acrescentar aos 576 quilómetros da rede viária de S. Miguel, mais uns 4 ou 5 que acabarão por dar essas características de melhor segurança e melhor traçado a uma estrada que se insere numa filosofia muito antiga das estradas regionais. E todos aqueles que ao longo dos tempos traçaram estradas, nomeadamente a partir do século XIX, chamavam “estradas panorâmicas” ou “estradas paisagísticas”, exatamente porque já não tinham não só como critério as questões de melhoria dos acessos, mas também aproveitavam, para além de terem de transpor a nossa difícil orografia, os melhores traçados e, por isso, chamavam panorâmicas às nossas estradas regionais.

É justo realçar, também, aliás foi reiterado circunstanciadamente pela Sra. Secretária Regional das Obras Públicas e Comunicações na Comissão, que foram escrupulosamente e factualmente com datas apontadas, seguidos todos os procedimentos que têm a ver com estudos de impacto ambiental, com todas as situações associadas às declarações de conformidade do estudo de impacto ambiental que normalmente tem o acrónimo de RECAPE.

Por isso, estamos perante um projeto que pensamos que é equilibrado, sustentado em termos paisagísticos e, sobretudo, tem preocupações em não perder fundos inscritos no PRR, porque esta obra está lançada, está em andamento e qualquer sentido contrário à sua marcha e desenvolvimento, levaria à perda de fundos do PRR. E, portanto, isso seria grave. Aliás, há situações recentes que não abonam nesta matéria e, a acontecer, iríamos incorrer em mais uma situação de perda de fundos do PRR.

Por isso, parece-nos que os Peticionários exerceram o seu direito cívico, com toda a legitimidade, mas nós estamos em presença duma obra que trará mais benefícios e vantagens, principalmente ao nível da mobilidade e da segurança, do que qualquer outro prejuízo – que os haverá sempre – desde que se façam intervenções em matéria de estradas regionais ou obras públicas.

Daí querermos também saudar, neste caso, a postura do Governo na Comissão porque, circunstanciadamente, a Sra. Secretária explicou passo a passo, dando as

cabais justificações para o seguimento factual de todos passos para que esta obra pudesse tivesse sido lançada, observando as situações legais previstas para este tipo de construções.

É, quanto a nós, por isso, uma obra que enriquecerá esse património rodoviário da ilha de S. Miguel, nomeadamente nas vertentes – volto a salientar – de segurança e de outras coisas que às vezes esquecemos e que têm a ver com a facilidade com que se chega mais depressa, ou mais devagar, a um hospital central, para salvar uma vida ou ter maior capacidade de socorro às populações.

Assim sendo, gostaríamos também que fossem observadas as condições presentes em matéria de audição pública, mas há aqui também uma coisa que é preciso realçar: é que esses mesmos cidadãos que por vezes não têm essa proatividade ou iniciativa para aceder à consulta pública, já a têm para as Petições. É bom que agora haja também um novo esforço, além dessa proatividade para as petições, direcionado para se poderem abeirar das consultas públicas que estão disponibilizadas. E hoje em dia, neste período da transição digital, o que se espera é que cada vez mais cidadãos possam ter essa participação.

Esta é, portanto, a posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em nome do Grupo Parlamentar do PSD-Açores, naturalmente saudamos os Peticionários pela sua iniciativa, pelo uso deste instituto que é o da petição, enquanto instrumento importante na expressão da vontade popular, seja para reverter decisões já tomadas, seja para impedir a prossecução de outras, seja para sensibilizar, no

mínimo, os decisores públicos quanto a matérias que preocupam as nossas comunidades.

O processo de construção da variante à freguesia das Furnas foi iniciado pelo Governo Regional do Partido Socialista, todavia só agora uma parte importante da população daquela freguesia, sensivelmente 400 pessoas que se dispuseram a subscrever esta Petição, pareceram ter despertado para um assunto que efetivamente não é recente.

Talvez tenham sido despertados para este assunto, apenas num momento em que o atual Governo Regional, dando sequência àquilo que já estava delineado, e até decidido, pela anterior governação, iniciou os contatos para o processo para expropriação dos terrenos.

Este é, todavia, um assunto antigo e que não fica apenas pelo ano de 2020, altura em que no mês de julho, o Governo Regional de então realizou uma sessão pública, é verdade, mas pouco concorrida na Junta de Freguesia de Furnas para fazer a apresentação do projeto.

É um assunto que tem mais de uma década que é, no fundo, criar condições para que o acesso à Vila da Povoação se faça de uma forma mais rápida, mas também muito mais segura e que, por exemplo, em março de 2012, o então candidato a Presidente do Governo Regional, Vasco Cordeiro, dizia que do ponto de vista técnico estava resolvido e que ia arrancar imediatamente, sendo dada prioridade a essa obra que previa, entre outras coisas até, a possibilidade da construção do túnel.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso sim, a parte anterior, não!

O Orador: O Sr. Deputado como é muito previsível, eu trouxe uma impressão do site do Partido Socialista onde diz exatamente isto!

Deputada Andreia Cardoso (PS): É igual ao comunicado do TSD de ontem!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Há várias soluções, de entre as quais uma. Não dizia que estava pronto.

O Orador: É do dia 20 de março de 2012. A menos que o site do Partido Socialista já nessa altura dissesse aquilo que não correspondia à sua vontade!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O senhor é muito habilidoso! Não foi isso que eu disse.

O Orador: Não foram os órgãos de comunicação social que disseram. Foi o próprio site do Partido Socialista.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Onde é que diz aí que está pronto?!

O Orador: Dizia que “será um compromisso...”

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ok. Mas não diz que está pronto!

O Orador: ...será uma prioridade na próxima Legislatura”. Ou seja, de 2013 a 2016. Pois, passado 2016, passada a Legislatura de 2020, o assunto andou muito, muito, muito devagarinho!

Obviamente que se trata dum projeto e de uma obra importante para a freguesia das Furnas, mas com impacto no concelho da Povoação, porque facilita naturalmente o acesso a quem se dirige à Ribeira Quente, à Vila da Povoação e até ao ponto mais nascente do concelho, designadamente as freguesias do Faial da Terra. E, portanto, nós não discutimos a pertinência do investimento, comungamos com aqueles que consideram que ela é necessária, urgente, que já vem muito tarde, mas também comungamos com muitas das preocupações manifestadas pelos Peticionários no documento que foi entregue neste Parlamento. Nomeadamente, quanto àquilo que se refere ao impacto que uma construção desta natureza terá na paisagem.

Deve-se, no entanto, sobre isto dizer duas coisas.

Desde logo, que o estudo de impacto ambiental realizado, salvaguarda o interesse ecológico da zona. E que, portanto, não se verificam motivos técnicos e ambientais que coloquem em causa este investimento.

A outra coisa é que não se apresenta nenhuma alternativa técnica ao traçado que foi delineado, nomeadamente aquilo que também foi apontado pelos Peticionários como

uma “derivação pelo Salto do Cavalo” com todos os constrangimentos que isso naturalmente trazia.

Por outro lado, também, que não há uma alternativa que eu diria do ponto de vista operativo, isto é, naquilo que decorre das decisões que já estavam tomadas pelo anterior Governo Regional, bem como a necessidade de aproveitar, como disse e bem o Sr. Deputado José Contente, os fundos do PRR, o que poderia tornar irreversível a criação duma alternativa duma estrada variante à freguesia das Furnas, se interrompêssemos agora este processo.

Dito isto, e para terminar, gostava de sublinhar uma afirmação feita pela Sra. Presidente da Junta de Freguesia das Furnas, antiga Deputada na bancada socialista neste Parlamento, que me parecem ser importantes observações, uma para o passado e outra para o futuro.

Para o passado, entendi essas observações em jeito de crítica àquilo que foi o processo de divulgação e informação, nomeadamente às populações das Furnas, sobre aquilo que efetivamente era o projeto. Talvez comungando do que foi dito pelos Peticionários, de que as grandes fotografias colocadas nas vésperas das eleições regionais de 2020 nas Furnas, induziram em erro os furnenses. E que importava – e esta é a parte para futuro, que fica também como recomendação a este Governo Regional agora em funções, de que efetivamente estes processos, sobretudo aqueles que são muito impactantes, não do ponto de vista ambiental porque essa parte estará sempre salvaguardada pelos estudos, mas sim sobre aquilo que é o traçado e a tradição das nossas localidades, sobretudo as rurais, de que esses processos de alteração sejam sempre sujeitos a uma grande informação, a um diálogo com os órgãos de poder local, por forma a que, de futuro, não tenhamos novamente petições atrasadas e, por consequência, sem sentido prático que não seja esse de sensibilizar, de modo a que as decisões públicas possam, dentro das condições técnicas, ir também ao encontro e comungando daquela que é a posição das nossas comunidades.

Dito isto, cumprimento novamente os Peticionários pela iniciativa, mas infelizmente, nesta matéria, chegaram tarde e o que agora importa é avançar o quanto antes com a obra.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Avançamos para o ponto 12 da nossa agenda, **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 92/XII – “Pela suspensão das alterações ao modelo de transporte marítimo de passageiros e dos encaminhamentos para passageiros aéreos não residentes”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A urgência do debate e votação desta iniciativa prende-se com o facto de já estarmos em fevereiro de 2022 e ainda não se vislumbrar soluções alternativas para o serviço de transporte marítimo de passageiros inter-ilhas e o encaminhamento de passageiros aéreos não residentes, sobretudo para as ilhas sem *gateway* que, como é sabido, foram descontinuados repentinamente e de forma unilateral.

Por fim, acrescento que este assunto já foi amplamente debatido em conselho de ilha, câmaras municipais e associações empresariais das ilhas que se sentem mais prejudicadas e até, inclusivamente, o Sr. Secretário Regional dos Transporte, Turismo e Energia também já foi ouvido nesta Assembleia sobre esta matéria, pelo

que o exame em Comissão pode muito bem ser dispensado, se bem que esta recomendação vai no sentido do Governo consensualizar com os parceiros sociais as melhores soluções para estes dois problemas que, no nosso entendimento, são graves.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Justificada a urgência, pergunto se há inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As matérias que constam deste Projeto de Resolução do Partido Socialista foram debatidas nesta Assembleia em dois momentos diferentes no último ano. E aquilo que ficou assente da parte do Governo, e também por desafio da parte dos Grupos Parlamentares que apoiam a Coligação, que estas matérias eram importantes e que interessava encontrar soluções que minimizassem o seu impacto.

O que entendemos – e não estamos aqui a discutir o conteúdo – é que faz todo o sentido que esta matéria seja discutida em Comissão, sobretudo quando o ponto 2 da Resolução propõe exatamente a audição de entidades.

Deputado Francisco César (PS): Então nós vamos fazer uma audição à audição?! Está certo.

E o que diz disto o Sr. Deputado Paulo Estêvão?!

O Orador: E, portanto, nós não nos devemos alienar desta audição, até porque é fundamental que a Comissão tenha oportunidade de ouvir o que o Governo tenha já desenvolvido sobre esses dois temas e que possa, em sede de Comissão, analisar em conjunto a situação.

Deputado José Ávila (PS): A recomendação é ao Governo, não é à Assembleia!

O Orador: Por isso, nós votamos contra a urgência e entendemos que deve ser discutido em Comissão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Pedido de Urgência aqui requerido pelo Partido Socialista faz sentido, porque os encaminhamentos que deixaram de existir a meio do ano passado, ao que parece e uma vez que não está aqui nenhum elemento do Governo que possa dar informação em contrário, tem lógica que alguma solução tenha que existir. Até porque estamos a 4 meses do verão e até agora, soluções... *népias!*

Deputado José Ávila (PS): Tem razão!

O Orador: E se tivesse aqui o elemento do Governo para efetivamente nos dar alguma satisfação sobre o que é que está previsto que substitua os encaminhamentos, se calhar eu não votaria favoravelmente esta urgência. Mas o que é certo é que o Sr. Membros do Governo com competência na matéria não está aqui para dar as explicações. O que é certo é que temos um problema territorial para resolver. O que é certo é que o princípio do aeroporto único nos Açores é um conceito que faz sentido. E o que é certo é que vem aí o verão e, uma vez mais se calhar, vamos estar aqui a agir em reação, em vez de reagirmos em prevenção.

Em função disso, o meu voto está decidido, vou votar a favor desta urgência.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN não apoia na totalidade, mas apoia maioritariamente esta iniciativa. Acho que ela tem de ser aprofundada, porque sem um estudo de impacto económico nós não sabemos, à partida, qual é o valor real desta iniciativa. E também é preciso ter cuidado para que não olhemos tudo para o passado e tem que haver um maior aprofundamento de todos os partidos e não como uma urgência.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente. Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos discutindo a urgência e não os pontos resolutivos e a sua argumentação. Mas eu diria que o ponto resolutivo nº2 desta resolução, tem por baixo escrito “baixe-se à Comissão”.

Porque lhe falta apenas por baixo estar escrito a tal “centralidade do Parlamento”.

O que é que ponto nº2 da resolução diz?

Diz: “Recomenda ao Governo que ouça as autarquias e os conselhos de ilha”.

Deputado Carlos Silva (PS): E o que é que diz o ponto nº1?

O Orador: Ora, a centralidade do Parlamento manda que este ouça as autarquias e os conselhos de ilha.

De resto, o Projeto de Resolução apresentado pelo Partido Socialista faz sentido do ponto de vista da coerência do Partido Socialista que entende que a Região deve gastar 10 milhões de euros, segundo as contas da Atlanticoline, com o transporte marítimo de passageiros sazonal.

O Sr. Deputado Nuno Barata e a Iniciativa Liberal entendem que não é isto mesmo plasmado num acordo de incidência parlamentar.

Eu não quero acreditar que o Partido Socialista arranjou este Projeto de Resolução para criar algum incómodo ao Governo e ao Sr. Deputado Nuno Barata. Mas se foi para isso, tenho muita pena, mas então vamos aprofundar esta matéria em Comissão.

Deputado José Ávila (PS): Não é assim!

O Orador: Mas há mais uma questão.

Alguém falou aqui que já estamos quase no mês de março e que urgia tratar esse assunto – foi o Sr. Deputado José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Não! Disse que estávamos em fevereiro!

O Orador: Até me dizer que esse assunto, a ser pertinente e importante, e se a maioria entender hei de ficar sozinho nesta matéria, não é importante resolver agora, porque o verão IATA está à porta e o assunto não pode ser resolvido assim. O assunto tem que ficar bem resolvido, para que no próximo verão IATA não haja outra vez constrangimentos desta natureza.

Deputado Bruno Belo (PSD): Apoiado!

O Orador: Até porque nós não sabemos – e aqui está uma certa incongruência – se o Partido Socialista ou o CDS estão com medo da pandemia, ou se acham que a gente já saiu da pandemia e vai ter turistas a rodos este ano.

Deputada Ana Luís (PS): E ainda vamos ter muito menos à conta disto!

O Orador: Ou seja, há aqui ainda muitas coisas e muita instabilidade, quer no setor quer na mobilidade... o Sr. Deputado disse há pouco que era preciso ter calma com o abrandamento das medidas, porque ainda estamos em pandemia...

Deputado Miguel Costa (PS): Mas isso é factual.

O Orador: Pois é factual, é o que eu estou a constatar, Sr. Deputado!

A questão é mesmo essa: nós ainda nem sabemos que verão IATA vamos ter. E, portanto, esta é uma questão que da minha parte tem já uma clara oposição, quer o transporte marítimo de passageiros inter-ilhas quer o pagamento a turistas estrangeiros para viajarem entre as ilhas dos Açores. Mas uma coisa é clara, a fazer, e se a maioria entender que é para fazer, tem que ser bem pensado, bem ponderado e tem que ser na centralidade do Parlamento que tem que ser debatido.

Por isso, votaremos contra a urgência.

Deputado Bruno Belo (PSD): Apoiado!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(Protestos impercetíveis trocados entre alguns Deputados das bancadas do PSD, PS e o Deputado Nuno Barata)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Rui Martins faça a sua intervenção.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já ninguém está interessado na urgência...?

O Grupo Parlamentar do CDS obviamente tem que corroborar alguma da argumentação já aqui aduzida, tanto pelo Deputado António Vasco Viveiros, como pelo Deputado Pedro Neves ou pelo Deputado Nuno Barata, os quais consideramos que têm argumentos sólidos, para que esta urgência não seja efetivamente votada favoravelmente.

Sem entrar no documento, é incontornável o facto do 1º ponto resolutivo ir no sentido de termos uma suspensão daquilo que foi uma decisão do Governo. E que do ponto de vista do conceito e do modelo, é bem como o Deputado Nuno Barata disse, que nós não temos a mesma visão. Daí o Governo ter tomado outras posições. Mas ao mesmo tempo, compreendemos a pertinência do assunto e do Partido Socialista propor que se regresse, porque consideram que não há aqui uma resolução cabal das alterações que foram preconizadas e então faz esta proposta. Mas, na realidade, no nosso entender, o que é preciso é aprofundar para ver se há uma verdadeira razão, do lado do PS, para se fazer essa suspensão, quanto é que isso poderá custar e se esse investimento se justifica e se queremos tomar essa decisão, ou melhor, se este Parlamento quer tomar essa decisão.

Por isso, subscrevo na íntegra o que o Sr. Deputado Nuno Barata diz relativamente ao ponto resolutivo nº2, ou seja, ouvir as forças vivas das nossas ilhas...

Deputado José Ávila (PS): Já disseram tudo! Ainda hoje!

O Orador: ... e que terá de ser feito *à priori* e não *à posteriori*.

E quando este documento depois for devidamente relatado e subir a plenário, não há qualquer problema em que o Partido Socialista faça uma proposta de alteração, uma vez que o ponto resolutivo nº2 já estará resolvido. Mas isso não tira nem esvazia o documento e consideramos que não estamos, neste momento, preparados, sendo que não tomaríamos uma decisão devidamente avisada ou profundamente informada, discutindo esta urgência agora, logo não somos favoráveis à urgência.

Muito obrigado.

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

V. Exas chamaram por mim e eu cá estou!

Já vos disse que dou sempre a cara em qualquer tipo de situação.

O que vos quero transmitir é que a minha posição sobre a questão dos encaminhamentos é conhecida.

Deputado Carlos Silva (PS): Qual é?

O Orador: Qual é? Quem é que perguntou?

Deputado Carlos Silva (PS): Todos!

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Eu sou a favor da manutenção do processo dos encaminhamentos e sou a favor que o turismo seja distribuído por todas as ilhas.

Deputado Carlos Silva (PS): Então como é que apoia o atual Governo?!

O Orador: Esta é a minha posição e não escondo a minha posição de sempre sobre esta matéria.

Eu considero que independentemente da minha posição, e essa será sempre a minha posição na votação final global...

Deputado Miguel Costa (PS): A sua posição é decisiva!

O Orador: ...quando se fizer essa votação, a minha posição e do PPM não será outra. O que não quer dizer que se invalide a análise em Comissão desta matéria.

Considero que esta é uma matéria que deve ser analisada em Comissão, que o Partido Socialista tem razão quando quer que seja devidamente participada por várias entidades, a decisão quando foi tomada, não foi participada por diversas entidades. Eu soube da decisão pelos jornais, não fui informado previamente da mesma e faço parte da Coligação. E, portanto, em relação a esta matéria, eu quero que ela seja devidamente discutida e aprofundada. É assim em democracia. E que os argumentos sejam apresentados e que os diversos intervenientes sejam escutados e que seja feita uma análise em relação ao conjunto de procedimentos que aqui temos que fazer.

Pronto, é isto, muito simplesmente, é esta a minha posição sobre esta matéria, não mudou.

Em relação à urgência, eu considero que a análise em Comissão faz todo o sentido, aliás V. Exas. também solicitam que se proceda à mesma, pelo que não faz qualquer sentido que não se proceda a ela, quando a discussão ainda está a ocorrer no âmbito da Comissão Parlamentar respetiva. A seu tempo, será tomada a decisão, espero também que ela seja rápida e que os trabalhos da Comissão decorram com celeridade.

Sobre aquela que é a posição do Grupo Parlamentar do PPM, pois já ficam a saber que eu sou a favor, sempre fui, dos encaminhamentos e continuo a ser.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação deste Pedido de Urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão colocado à votação obteve como resultado um empate, com 24 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do Deputado Independente, 20 votos contra do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 da Iniciativa Liberal e registou 1 abstenção do PAN.

Presidente: Vamos então repetir a votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com este Pedido de Urgência, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, em 2ª votação, obteve um resultado de empate, com 24 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do Deputado Independente, 20 votos contra do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 da Iniciativa Liberal e registou 1 abstenção do PAN. Tendo obtido um 2º empate na votação, o Pedido de Urgência foi rejeitado.

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro para uma declaração de voto.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou a favor do Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão desta Proposta de Resolução que pede a suspensão da decisão de acabar com os encaminhamentos e com a operação de transporte marítimo de passageiros e viaturas inter-ilhas, por três razões.

Em primeiro lugar, porque acreditamos que a maneira de se abordar uma matéria que tem esta importância, não é a de decidir primeiro e estudar-se depois. É, exatamente, a de estudar primeiro e só depois decidir. O que esta Proposta de Resolução fazia era que até a uma análise, que entendemos necessária, por parte do Governo Regional, e a uma tomada de decisão que é legítima, se mantivesse a situação que tínhamos. Ou seja, estudar primeiro e decidir depois.

O segundo fundamento para o voto a favor do Partido Socialista, é porque já houve uma decisão. E ela foi a de, de forma imponderada, fechada e pouco transparente, sem qualquer diálogo, decidir acabar com o sistema de encaminhamentos e de transporte marítimo de passageiros e viaturas inter-ilhas. Portanto, o Pedido de Urgência tem a ver também com isso.

Deputado José Ávila (PS): Exatamente! E quem sofre são as ilhas mais pequenas!

O Orador: O terceiro fundamento para o voto a favor do Partido Socialista a este Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, tem a ver exatamente com a precipitação do Governo Regional e a sua inércia, porque a decisão não foi tomada agora, a decisão já foi tomada há algum tempo. E só a circunstância de, até hoje, em fevereiro, o Governo Regional não ter, no fundo, indicado uma solução é, na nossa opinião, fundamento suficiente para que o Parlamento se pronunciasse de forma urgente sobre essa matéria, recomendando a suspensão quer da decisão de acabar com os encaminhamentos quer com a decisão de acabar com o transporte marítimo de passageiros e viaturas.

Nós nem sequer – é nesse contexto que se lê também o Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão – apresentámos uma recomendação ao Governo para que proceda num ou noutro sentido, porque isso seria incongruente com tudo aquilo que dissemos até agora neste âmbito.

Nós até achamos que essa é uma decisão legítima, que deve ser tomada pelo Governo. Mas deve ser tomada exatamente como a Proposta de Resolução

recomendava, ouvindo, dialogando e analisando todos os aspetos que estão em conta nesta matéria.

Por isso, o voto a favor do Partido Socialista quanto ao Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, é porque num assunto tão importante para a economia das nossas ilhas, os Açores e os açorianos não podem esperar que o Governo Regional saia da sua letargia e da sua inércia nesta matéria.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado também para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Votei favoravelmente esta urgência, porque, como todos sabemos, o que estava à votação era uma urgência e era importante, até antes de votar o Projeto de Resolução, perceber os seus contornos. E até à hora de votação do Projeto de Resolução quiçá pedir um intervalo para e eventual alteração deste pedido de Projeto de Resolução. Nada disso aconteceu.

O que acontece agora, a partir do chumbo desta urgência, é que voltámos novamente à estaca zero, ou seja, não temos nenhum modelo de encaminhamentos, o modelo de transporte marítimo mantém-se e ficamos a aguardar serenamente que apareça um modelo alternativo. Não sei se o mais grave é não ter nada e não pagar nada, a nível de custos do que possam custar esses modelos, ou se efetivamente nem que seja de forma temporária, manter o modelo que tínhamos até que se arranje alguma que supostamente há de ser melhor. E eu acredito que seja melhor, até porque devo confessar que não concordava integralmente com os pontos resolutivos que o Projeto

de Resolução apresentava. No entanto, o que estava à votação era o Projeto de Resolução, não era nenhum DLR que obrigava o Governo ao cumprimento integral daquilo que estava a ser votado (se fosse um DLR).

Portanto, o que temos aqui é uma recomendação que não chegou a ser aprovada como tal, que vai baixar à Comissão, vai ser analisada e se calhar no mês de agosto, vamos pensar num modelo de transportes marítimos e ligações aéreas que promova mais coesão territorial.

É pena que assim seja. E tal como eu disse no início da minha primeira intervenção, é pena que o Sr. Secretário dos Transportes não esteja aqui, nem que fosse para esclarecer a câmara relativamente a este assunto.

Em função disso, não me arrependo do voto favorável que manifestei. E espero que no decurso do trabalho que há de ser realizado em Comissão, o Governo eventualmente apareça (finalmente) com aquilo que é a sua versão coesão de transportes marítimos e aéreos para a Região.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

Não havendo mais inscrições, damos assim por encerrado este ponto da nossa agenda. A iniciativa baixará á Comissão.

Sras. e Srs. Deputados, assumindo a falta de enquadramento regimental, mas dando cumprimento a uma salutar praxe parlamentar, dou a palavra ao Sr. Deputado Francisco César. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Artur Lima, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não quero tomar muito do tempo desta câmara, pois não gosto de despedidas.

Há cerca de 14 anos, eu voltei aos Açores, após longa permanência no continente, mudando o curso da minha vida. E voltei a convite do meu amigo e camarada Berto Messias que foi quem me trouxe para a vida política nos Açores e que me fez aceitar

um convite e um desafio que foi, e é, a maior honra que tive na minha vida: a de representar o povo açoriano e de ser eleito por ele.

Quando cá cheguei, era um pouco mais novo (com um bocadinho de mais cabelo!), era idealista, cheio da minha razão, convencido que bastava propor para acontecer. Como se tudo fosse simples nesta vida e como se tudo se resumisse àqueles que sabem e àqueles que não sabem. Ou que a vida era feita de quem escolhe uma cor – branco ou preto. Mas, como sabemos e rapidamente aprendi, a vida não é assim e ainda bem que não é assim.

Enquanto cá estive, aliás logo no início, tive um professor e um Presidente de Comissão chamado José Rego, meu ilustre e sábio Presidente de Comissão que, rapidamente, me deu trabalho, muito trabalho, e me obrigou – talvez como uma boa lição de vida, a construir consensos com os outros partidos políticos. Desde os relatórios nacionais, àquelas que são as posições políticas das Comissões.

Outros Deputados da oposição, como o Deputado Artur Lima, o eng. Jorge Macedo, com quem travei dezenas – para não dizer mais, de debates, neste Parlamento e até na RTP, me fizeram aprender e acreditar que é possível, aliás, numa forma às vezes que quase parece extravasar os limites daquilo que é aceitável, mas sem nunca pessoalizar, sem nunca ir para além daquela que é a fronteira que nos permite, quando saímos daqui, podermos olhar uns para os outros nos olhos, mantendo o respeito que nos é devido.

Foram, também, alguns destes Deputados que me permitiram dizer que, na política, há amigos na nossa bancada e há amigos, também, nas bancadas da oposição. É possível e é desejável termos amigos com pessoas das quais discordamos, são talvez daquelas que mais aprecio. Como também é bom reconhecermos que nem sempre temos razão. E o PS nem sempre tem razão e que os senhores nem sempre têm razão.

Aliás, este trabalho e aquilo que verifiquei, presenciei e participei, ao longo de 13 anos, demonstra que em determinadas matérias, o que nos diferencia, pode permitir a

construção de soluções melhores. E isso aconteceu, e verifiquei acontecer, com o PS, o CDS (várias vezes), com o Bloco de Esquerda (várias vezes também), com o Partido Comunista Português também construímos – e muita falta aqui faz, com o PSD, até com o PPM.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): “Até?!”

(Risos de alguns Deputados das várias bancadas)

O Orador: Até com o PPM.

Quando queremos, é possível construir consensos e melhorarmos o trabalho que realizamos.

Passados quase 14 anos, eu continuo idealista (com menos cabelo!) e espero que um pouco mais sensato. E continuo a acreditar que é possível construir uma sociedade onde todos podem ter, à partida, as mesmas oportunidades, quer sejam mais ricos, quer sejam mais pobres, quer estejam em contextos familiares mais difíceis ou mais fáceis. Desde que aquilo que é a maior construção da democracia portuguesa, e das democracias ocidentais, que tenhamos um estado social sustentável que possa permitir que essa igualdade de oportunidades se realize.

Também continuo saindo daqui a acreditar numa sociedade que não celebre a meritocracia como objeto; isto quer dizer, em que o sucesso de uns, não seja feito inevitavelmente à custa de outros; que é possível trabalharmos para que todos possamos lá chegar, ou seja, de que não há vencidos, para poderem existir vencedores.

Continuo a acreditar que o nível duma sociedade é medido exatamente por aquele que está na sua pior posição. E é isso que nos deve preocupar. E também acredito que todos os que aqui estão, como disse na campanha eleitoral, com caminhos diferentes, com formas diferentes de ver o mundo, têm – acredito eu! – os mesmos objetivos de desenvolvimento para a sua terra.

Por isso, é bom discutirmos ideias, não é bom discutirmos factos nem valores fundamentais. Mas essas ideias acho que é aquilo que nos faz crescer.

Por fim, acredito na minha terra, acredito nos Açores e na sua defesa. E só me resta, nestas últimas palavras, agradecer ao povo açoriano a oportunidade que me deu para o servir e tentar que, no futuro, não o deixe mal e possa agradecer e retribuir a oportunidade que me deu de continuar a trabalhar para ele.

Muito obrigado.

(Aplausos da Câmara e de pé dos Deputados das bancadas do PS e BE)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ávila.

(*) **Deputado Sérgio Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados: Esta é talvez das intervenções mais difíceis que vou tentar fazer nesta Casa.

O que me resta, neste momento, e tentarei ser rápido, é agradecer a oportunidade que me foi dada para servir os Açores em dois Governos liderados por Carlos César e em dois Governos liderados por Vasco Cordeiro e agora como Deputado.

Muito do que eu ia dizer o Sr. Deputado Francisco César já o disse, por isso não vou repetir. Mas permitam-me só que vos diga que o Deputado Francisco César fala de quase 14 anos, eu falo de um pouco mais de 17 anos. E revia-me precisamente nas palavras que ele proferiu, relativamente à forma como entrei nesta Casa.

Aprendi imenso. Aprendi exatamente aquilo que o Sr. Deputado Francisco César disse sobre o facto de que podemos ter opiniões diferentes e visões diversas, podemos discutir conceções diferentes de sociedade, princípios e valores. Mas aprendi, também, que independentemente dessas diferenças, une-nos a vontade servir os Açores e os açorianos. E isso é um denominador comum a todos os que estão nesta Casa.

Aprendi, ainda, uma coisa essencial: não há bons e maus. A razão não está só dum lado ou do outro. Às vezes, temos mais razão, outras vezes temos menos razão e outras vezes não temos razão nenhuma, mas a nossa vontade é efetivamente a de, a cada dia, aperfeiçoarmos a nossa visão, fazermos o melhor por todos aqueles que estamos a servir e que representamos.

Ao longo destes 17 anos, tive inúmeros debates e aprendi muito com todos. Com aqueles que aqui há mais tempo estão, como o Sr. Deputado Artur Lima, o Sr. Deputado Paulo Estêvão, os diversos Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, antigos Deputados que agora são Membros do Governo. E tudo isso fez-me também sentir que nós somos tão úteis a servir os açorianos, estando no poder executivo ou estando numa bancada da oposição ao Governo.

Isso mesmo fez com que reforçasse, particularmente neste último ano, a valorização do papel de todos. E aqui não posso esquecer alguns líderes partidários com quem debati e que estavam na altura na oposição, como a Zoraida Soares, o Aníbal Pires como, agora, estando em posições diferentes, todos os líderes de bancada, os Srs. Deputados António Lima, Pedro Neves, Nuno Barata, José Pacheco e Carlos Furtado (quando também foi líder). Aprendi com todos eles e todos os dias.

Permitam-me só um momento que me marcou na minha vida, estando aqui, quando entrei em 2004, tive durante 4 anos debates muito acesos com um Deputado que se sentava nesta mesma bancada, bastante acesos. E houve um dia um Deputado que estava nesta bancada, e que agora circunstancialmente não está como tal, e que me disse: “Conheço vocês os dois e não percebo porque é que se pegam tanto, quando afinal se calhar pensam quase o mesmo. Podem ter visões diferentes, mas se calhar têm que se conhecer”. Esse Deputado promoveu um encontro em que passei uma tarde a conversar com esse Deputado. E a partir desse dia, percebemos quem estávamos em bancadas diferentes, podíamos ter posições diferentes, mas talvez aquilo que nos unia era muito mais do que parecia e era efetivamente aquilo que era real. E esse Deputado era o António Soares Marinho.

Deputado Bruno Belo (PSD): Exatamente!

O Orador: A partir desse dia...

(Pausa)

... a minha visão mudou.

Por isso, neste momento final, eu só gostaria de agradecer a todos a colaboração. E podem crer duas coisas: a primeira é que cada dia que saio por esta porta e que saí durante estes 17 anos, levei sempre a ânsia de fazer melhor no dia a seguir, do que fiz no dia anterior; a sensação de que nunca fiz tudo aquilo que podia fazer. Mas a consciência de que fiz tudo que estava ao meu alcance, em cada dia, para ser digno da confiança dos açorianos que me elegeram.

É isto que levo deste trabalho e desta Casa.

Como disse o Francisco, e acabo como ele, continuar a servir os Açores, a servir os açorianos, porque estamos aqui e o que nos une é servir a nossa terra.

Muito obrigado a todos.

(Aplausos de pé dos Deputados das bancadas do PS, BE, PAN, Paulo Estevão, Vice-Presidente do Governo, e dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM, Chega e Deputado Independente e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Da minha parte, gostava de dizer aqui é que obviamente são dois Deputados marcantes para a história do Parlamento dos Açores.

O Sr. Deputado Francisco César foi sempre um bom Deputado, eu nunca lhe disse isto anteriormente, não lhe podia dizer.

(Risos de alguns Deputados das bancadas do PSD e PS)

Mas agora que V. Exa. está a sair, já lhe posso dizer.

Um Deputado consciencioso no âmbito dos seus deveres (de deputado), como líder parlamentar, como Presidente de Comissão e alguém foi competente, no âmbito do exercício das suas funções.

É evidente que eu percebo quando disse “até o PPM”. Eu sei que posso ser um pouco irritante, como dizia o Sr. Deputado Rodolfo Franca.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não, cá nada!

O Orador: Por vezes, posso ser um pouco irritante. Mas tenha sempre em consideração que o meu objetivo é sempre atingir os propósitos que me proponho e que tenho como objetivo concretizar. E esses são sempre na defesa do povo dos Açores. Pode ter a certeza absoluta de que o meu interesse é sempre esse.

Quero dizer-lhe, também, que acho que V. Exa. não aguentou esta composição parlamentar e teve que voltar outra vez para uma maioria absoluta.

(Risos da Câmara)

Estava tão habituado que voltou outra vez para o aconchego numa maioria absoluta! Também não acredito que isto seja bem uma despedida. Isto é mais um “até já”, Sr. Deputado. No futuro vamos ver!

Quero dizer-lhe que admiro o seu trabalho e acho que desempenhou estas funções – tenho a certeza! – ao serviço dos Açores o melhor que soube. E vai sentar-se agora num local onde pode continuar a servir o povo dos Açores e tenho a certeza de que o fará.

Como dizia o Sr. Deputado Sérgio Ávila, quem aqui se senta, nem que seja uma única vez, adquire este sentido do dever para com o povo dos Açores. Este peso da responsabilidade. Este enorme orgulho que é estar aqui, sentado neste Parlamento, a servir o povo dos Açores. Eu partilho desse sentimento.

Sr. Deputado Sérgio Ávila, é um dos políticos açorianos da história dos Açores com maior sucesso de sempre. Como autarca, como Membro do Governo, como Deputado, também na Assembleia da República para onde agora regressa. É um político experiente, com enorme sucesso na política dos Açores. E esse sucesso tem a ver com o apoio popular que sempre teve também. E tem a ver com a sua habilidade do ponto de vista político, a sua competência e a forma como desempenha as suas funções.

Não tenho nenhuma dúvida de que irá continuar a servir os interesses dos Açores na Assembleia da República.

Desejo-lhe, Sr. Deputado, as maiores felicidades pessoais. Não lhe posso desejar as maiores felicidades políticas, mas também não precisa. Com uma maioria absoluta daquelas, nada lhe irá acontecer nos próximos 4 anos e 9 meses.

(Risos da Câmara)

Por isso, Sr. Deputado, é com saudade, porque me habituei-me a discutir com V. Exa., com quem aprendi muito. Aprendi a não referir muitos números...

(Risos da Câmara)

...dizia sempre, nas discussões consigo, expressões como “aumentou significativamente”, “foi uma diminuição drástica”, portanto, habituei-me a proteger-me, não rebatendo os números de V. Exa, a não ser qualificando as descidas e as subidas.

(Risos da Câmara)

Vi que era uma estratégia correta que V. Exa. sabe perfeitamente que é mais fácil rebater uma décima que seja, do que uma adjetivação deste tipo.

Por isso, Sr. Deputado, não tomando mais tempo a esta câmara, quero muito sinceramente desejar-lhe as maiores felicidades e dar-lhe daqui um enorme abraço da parte do Grupo Parlamentar do PPM.

Muito obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou ser muito curto, porque o palco não é meu.

Só queria mesmo agradecer, porque quando entrei como Deputado, nós temos algumas lacunas e, sem dúvida, houve várias pessoas que me ajudaram, de entre as quais em particular três pessoas que me ajudaram imenso. Uma delas ainda não saiu...

Deputada Ana Luís (PS): Nem vai sair!

O Orador: ...é o Sr. Deputado Paulo Estêvão, e as outras duas foram os Srs. Deputados Sérgio Ávila e Francisco César. Sem a ajuda deles, tanto em termos orçamentais como regimentais ou até de logística, a minha vida estaria muito mais dificultada.

Por isso, muito obrigado!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado Sr. Presidente. Srs. Deputados, Sr. Presidente, Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Obviamente que o meu tempo em comum passado com os Srs. Deputados Francisco César e Sérgio Ávila não foi muito longo. Foi o tempo desta Legislatura e uma breve passagem anterior, na qual o Deputado Francisco César teve a amabilidade de me vir logo cumprimentar e perguntar quanto tempo é que eu ia cá ficar.

(Aplausos da Câmara)

Não lhe soube responder na altura, ou pelo menos não quis. Mas de qualquer das formas, reconheço ao Sr. Deputado Francisco César a tenacidade e a lealdade do debate democrático, aos seus argumentos e ao seu pensamento e que considero que muito contribuiu para melhorar a autonomia, a vida dos açorianos, isso reconheço, obviamente estando muitas das vezes noutra posicionamento, mas é exatamente isso que também referiu na sua intervenção. Da mesma maneira que reconheço ao Sr. Deputado Sérgio Ávila, para já, uma grande nobreza com que desempenhou as funções de governante e que passou para a bancada da oposição com a mesma postura, sempre na defesa dos açorianos. E tenho a firme convicção de que tudo aquilo que defendeu foi sempre no caminho da defesa do sucesso desta Região, nunca porei em causa a vontade e a força com que defendeu a nossa Região e como dirigiu os destinos desta Região.

É óbvio que habituei-me a vê-lo pela televisão, na altura. E não estando também sempre de acordo com as suas posições, reconhecia que era sem dúvida esse o trajeto e que o fazia com convicção.

Reconheço, também, porque obviamente não estando eu em funções, a abertura que sempre teve e o muito que se construiu do que são hoje direitos dos açorianos, algo que se construiu em prol da nossa comunidade, que foi trabalhado com o Grupo

Parlamentar do Partido Socialista e com os Governos socialistas, nomeadamente com o Deputado Sérgio Ávila.

Termino dizendo que da parte do Grupo Parlamentar do CDS, nós tudo fizemos para que não saíssem desta Assembleia, falhámos.

(Risos da Câmara)

Mas desejo os maiores sucessos, porque os vossos sucessos serão, sem dúvida, o sucesso dos Açores, temos essa convicção. E foi um gosto poder privar este palco com V. Exas.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PSD, PS, CDS/PP, PAN, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Hoje de manhã, já tinha felicitado e desejado para o futuro que representem bem os Açores, porque é mesmo uma grande responsabilidade – não vou entrar por esses caminhos, mas queria dizer a ambos que só os conhecia da televisão, não me recordo de alguma vez ter estado com eles. Os senhores vão ali e pode ser até que voltem um dia. Mas garantidamente, da minha parte, é uma imagem muito mais positiva que eu tenho de vós, de pessoas, de seres humanos, até de políticos e tenho que agradecer ao Sr. Deputado Sérgio Ávila - permitam-me esta inconfidência – que foi a pessoa que me explicou o orçamento e as suas mecânicas, com uma disponibilidade e um à-vontade total. Eu sou adversário, com certeza que sou, mas ele teve essa disponibilidade humana, essa paciência. E depois continuámos, volta e meia, as nossas conversas. Ali com o Sr. Deputado Francisco César, também, sempre que

possível, mais com alguma picardia, mas é isto. São dois seres humanos fantásticos e, como tal, penso que vão representar a minha terra, a nossa terra, muito bem, com pena minha num outro partido, preferia que fosse no meu.

Desejo-vos as maiores felicidades, toda a sorte do mundo e que os Açores tenham muito para vos agradecer no futuro.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, PS, CDS/PP, PAN, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado Sr. Presidente.

Nesta intervenção quero, obviamente, começar por desejar as maiores felicidades aos Deputados Sérgio Ávila e Francisco César. E tenho a certeza de que farão na Assembleia da República aquilo que considerarem ser o melhor para os Açores, sendo que não tenho dúvidas de que, na grande maioria das vezes, não teremos discordâncias sobre essa matéria, porque reconheço, e acho que todos reconhecerão, que o que nos move é, acima de tudo, a procura da defesa da Região.

Julgo que quer a saída do Deputado Francisco César, quer do Deputado Sérgio Ávila, deixa um vazio que certamente será bem preenchido, mas são dois Deputados que não só já cá estavam há muitos anos, como marcaram de facto os últimos anos da política regional. E marcaram com o seu estilo próprio, com a sua competência, com a sua lealdade no debate, independentemente das discordâncias que tivemos, e certamente continuaremos a ter, mas que foram sempre dirimidas de forma leal, correta e certamente deixam essa marca. E pela competência no debate e qualidade no debate político que são fundamentais que tenhamos aqui, julgo que leva e levou a que todos nós tivéssemos que trabalhar mais. E quando estavam no Governo, e o

Bloco de Esquerda na oposição, saber que tínhamos que debater múltiplos assuntos, tendo noção de que do outro lado estavam pessoas preparadas, competentes e que sabiam do que estavam a falar, mesmo que discordássemos, fez-nos ser melhores. E isso é fundamental reconhecer, ou seja, que essa competência e esse conhecimento continuará a fazer falta. E que haja outros que aqui tenham a mesma capacidade de debater, de governar, no caso do Deputado Sérgio Ávila, para que todos nós possamos ser melhores.

Acho que é fundamental reconhecer este registo, porque o facto de cada um trabalhar bem e defender bem as suas posições, faz com que todos os outros sejam também melhores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, PS, CDS/PP, Chega, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Indep.): Muito obrigado Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Foi uma honra trabalhar com vocês, Srs. Deputados Francisco César e Sérgio Ávila. Tal como alguns aqui já disseram, o conhecimento que tinha de V. Exas. tinha o *vidro na frente*, era o écran do televisor.

A partir do momento em que entrei nesta Casa, e naqueles momentos mais quentes que se seguiram à tomada de posse e o início desta Legislatura onde, não havendo um vidro físico que nos separasse, havia um vidro interior que nos separava, é certo. E esse vidro foi aos poucos se partindo e o que é certo é que hoje, com gosto, reconheço que foi efetivamente muito bom trabalhar com V. Exas.

O jeito mais brincalhão do Sr. Deputado Francisco César que às vezes a brincar, mas também a falar a sério, mandava os seus recados. E o tom muito institucional do Sr. Deputado Sérgio Ávila, o toque fino com que sempre me tratou, especialmente nas Comissões onde tínhamos alguns momentos mais próximos, foi algo que deixou marcas. E só me resta desejar-vos as maiores felicidades no cumprimento dessa (nova) obrigação que é representar os Açores a 1800 quilómetros de distância.

Portanto, espero que consigam o sucesso, que certamente é o que desejam. E não tenho dúvidas que, embora ideologicamente exista algo que nos separa, é certo, seguramente farão o melhor trabalho possível em prol desta terra.

Uma vez mais, ficam então aqui os meus sinceros agradecimentos pela vossa colaboração durante este tempo, pela aprendizagem que se realizou com o trabalho do Partido Socialista, nomeadamente através dos dois Srs. Deputados que agora saem e que, hoje, tenho o prazer de sentir que tenho também outra maturidade democrática e que para isso contribuiu seguramente o trabalho dos Srs. Deputados.

Muito obrigado e as maiores felicidades.

(Aplausos das bancadas do PSD, PS, CDS/PP, PPM, Chega, PAN, Deputado Independente e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Presidente do governo Regional.

(*) Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Tive oportunidade, durante a sessão e os trabalhos deste plenário, de ter já dirigido uma palavra aos Srs. Deputados desta Assembleia Legislativa, eleitos e com verificação de poderes, representarão os Açores na Assembleia da República, para desejar-lhes felicidades.

Permitam-me que, nesta consideração e neste momento mais evocativo da despedida e cumprimentos de cordialidade aos Srs. Deputados Francisco César e Sérgio Ávila também dirigir-lhes, agora de forma nominal, uma palavra.

Nós não faremos nem fazemos nenhuma avaliação do trabalho em concreto desempenhado na vida parlamentar ou até, no caso do Deputado Sérgio Ávila, executiva. Não é isso que nos compete, nem sequer é, no meu entender, próprio. Mas em nome do Governo da Região Autónoma dos Açores, deixar aqui e de forma direta, a expressão de confiança da capacidade que terão de, na assunção de poderes na Assembleia da República, interpretarem bem e com denodo o interesse da Região a defender num órgão de soberania tão importante como é a Assembleia da República.

A um e a outro, e aqui diretamente, desejo as maiores felicidades em nome do XIII Governo, com a confiança de que exercerão com absoluto sentido de responsabilidade e empenho a defesa dos interesses dos Açores, independentemente da diferença e das componentes político-partidárias. A nossa responsabilidade política é cumprir o mandato de lealdade ao povo e à Região que representamos.

Quero, também, aqui neste espaço e perante ambos, Deputado Francisco César e Deputado Sérgio Ávila, dirigir a mesma palavra à Deputada eleita Isabel Rodrigues que, aliás, também já foi membro desta Assembleia Legislativa, bem como aos Deputados eleitos pela força política que defende esta Legislatura do Governo da Região Autónoma dos Açores, mas que está mandatada para defender os Açores na Assembleia da República, os Deputados Paulo Moniz e Francisco Pimentel.

Em nome do Governo, uma saudação a todos. A convicção de que, as vossas felicidades políticas, na defesa dos Açores na Assembleia da República a todos nos considera. E contar também, por parte deste Governo, com todo o apoio e estímulo para qualquer oportunidade de concertação, na boa interpretação do in tesse da Região a defender num órgão de soberania tão importante como é a Assembleia da República, contam com o XIII Governo da Região Autónoma dos Açores.

Bem hajam. Felicidades e compromisso.

Muito obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Muito obrigado Sr. Presidente.

Não havendo mais pedidos de intervenção, quero também em nome da Assembleia e desta Mesa, agradecer aos Srs. Deputados Francisco César e Sérgio Ávila toda a colaboração, todo o serviço que prestaram nos dois órgãos de governo próprio da nossa Região. Desejar-vos as maiores felicidades, como fiz logo no dia a seguir ao domingo de eleições, quer ao Sr. Deputado Francisco César quer ao Sr. Deputado Sérgio Ávila, quer também à Sra. Deputada Isabel Rodrigues e aos Srs. Deputados Paulo Moniz e Francisco Pimentel. E dizer-vos que isto não é “adeus”, porque a vossa missão de representar o povo dos Açores continua, apenas muda de palco parlamentar. E, portanto, fica aqui a minha disponibilidade e para além disso, a obrigação de cooperarmos, a bem dos interesses dos Açores. E fica, desde já, o aviso de quando eu precisar, como já fiz no passado, recorrer aos vossos bons serviços, não hesitarei em pedir a vossa colaboração para juntos trabalharmos para defendermos os interesses dos Açores.

Felicidades e contem com a minha disponibilidade total para esta colaboração leal, a bem dos Açores.

Deputado Francisco César (PS): Muito obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados submeto à votação a Proposta de Deliberação da Mesa declarando findo o Período Legislativo de Fevereiro.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A Proposta de Deliberação Final foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Estão encerrados os nossos trabalhos.

Bom regresso aos que vão regressar e continuação de bons trabalhos.

Os trabalhos terminaram às 17h50

(Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Sérgio Humberto Rocha de Ávila

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

(Deputados/as que faltaram à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Maria Guilhermina Ourique Moniz Silva

A redatora: Ana Paula Lemos

